UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ

CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS APLICADOS

MESTRADO PROFISSIONAL EM PLANEJAMENTO E POLÍTICAS PÚBLICAS

GLAUCIA MARIA PINHEIRO DA SILVA

O NOVO MAIS EDUCAÇÃO: UMA ANÁLISE A PARTIR DE UMA ESCOLA PÚBLICA MUNICIPAL DE FORTALEZA

FORTALEZA - CEARÁ

2019

GLAUCIA MARIA PINHEIRO DA SILVA

O NOVO MAIS EDUCAÇÃO: UMA ANÁLISE A PARTIR DE UMA ESCOLA PÚBLICA MUNICIPAL DE FORTALEZA

Dissertação apresentada à Coordenação Curso de Mestrado Profissional em Planejamento e Políticas Públicas do Centro de Estudos Sociais aplicados da Universidade Estadual do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de mestre em Políticas Públicas. Área de concentração: Planejamento e Políticas Públicas.

Orientador(a): Profa. Dra. Isaurora Claudia Martins de Freitas.

FORTALEZA - CEARÁ

2019

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

Universidade Estadual do Ceará

Sistema de Bibliotecas

Silva, Glaucia Maria Pinheiro da .
O novo mais educação: uma análise a partir de uma escola pública municipal de fortaleza [recurso eletrônico] / Glaucia Maria Pinheiro da Silva. - 2019 .
1 CD-ROM: il.; 4 ¾ pol.

CD-ROM contendo o arquivo no formato PDF do trabalho acadêmico com 161 folhas, acondicionado em caixa de DVD Slim (19 x 14 cm x 7 mm).

Dissertação (mestrado profissional) - Universidade Estadual do Ceará, Centro de Estudos Sociais Aplicados, Mestrado Profissional em Planejamento e Políticas Públicas, Fortaleza, 2019 .
Área de concentração: Planejamento e Políticas Públicas..
Orientação: Prof.ª Dra. Isaurora Claudia Martins de Freitas..

1. Política Pública. 2. Política Educacional. 3. Escola em tempo integral. 4. Qualidade da educação. I. Título.

GLAUCIA MARIA PINHEIRO DA SILVA

O NOVO MAIS EDUCAÇÃO: UMA ANÁLISE A PARTIR DE UMA ESCOLA PÚBLICA MUNICIPAL DE FORTALEZA

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Profissional em Planejamento e Políticas Públicas do Centro de Estudos Sociais Aplicados da Universidade Estadual do Ceará, como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em Planejamento e Políticas Públicas. Área de concentração: Planejamento e Políticas Públicas.

Aprovada em: 08/03/2019

BANCA EXAMINADORA

Isaurora Cláudia Martins de Freitas

Prof.ª Dr.ª Isaurora Claudia Martins de Freitas (Orientadora)
Universidade Estadual do Ceará - UECE

Diocleide Lima Ferreira

Prof.ª Dr.ª Diocleide Lima Ferreira
Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA

Maria Raquel de Carvalho Azevedo

Prof.ª Dr.ª Maria Raquel de Carvalho Azevedo
Universidade Estadual do Ceará - UECE

AGRADECIMENTOS

A Deus, pai todo poderoso, pois, se consegui cumprir essa missão que me foi dada, foi graças a Ele.

Aos meus pais, Lourdes e Aristeu, minha eterna gratidão e agradecimento pelo que sou hoje, graças ao exemplo de ambos.

Ao meu companheiro, Diego, que foi ao mesmo tempo amigo, companheiro sempre me incentivando nessa caminhada.

Aos meus irmãos Marcia, Vania, Vanda, Leslie e Ricardo, família linda, que amo!

Aos meus sobrinhos Daniele, Douglas, Danilo, Vanessa e Adriano, pela torcida nessa caminhada cheia de percalços.

A minha orientadora, Profa. Dra. Isaurora Claudia Martins de Freitas, pelo compromisso nos momentos produtivos de orientação e segurança desempenhada em seu trabalho.

À Escola Municipal José Sobreira de Amorim locus desta pesquisa, na pessoa de sua gestora, coordenadora, orientadora, professores e pais, meu muito obrigada, pela contribuição e pela forma receptiva e acolhedora como me receberam.

Aos estudantes da escola pesquisada, sem os quais esta investigação não teria sido possível, pois é no convívio com essas crianças e jovens que nos fortalecemos.

À equipe técnica da SME, responsável pelo acompanhamento do Programa nas escolas, meus sinceros agradecimentos, pois fui prontamente atendida em todos os momentos em que necessitei da ajuda e cooperação.

As minhas amigas e companheiras de trabalho na Coordenadoria de Gestão de Pessoas- COGEP/SME Cecília, Jayne, Hiane, e Karine pelo apoio nos momentos em que mais precisei.

A Coordenadora da Gestão de Pessoas COGEP/SME Francisca Giovanna Lucena de Pontes França, que, além de amiga e uma pessoa ímpar, humana e que acima de tudo acredita no meu trabalho.

À Secretaria Municipal de Educação de Fortaleza (SME) por autorizar a pesquisa âmbito da Rede Pública Municipal de Ensino de Fortaleza.

A Coordenação do Curso de Mestrado Profissional em Politicas Públicas na pessoa do Prof. Dr. Horácio Frota, a quem tive o privilégio de compartilhar de sua rica experiência acadêmica e seus ensinamentos.

Ao Cristiê, secretario do Mestrado Profissional em Políticas Públicas, sempre atencioso com todos, e na presteza e organização de seu trabalho.
Ao meus colegas de mestrado da turma-16 ano 2017-2018, professores e funcionários que, com certeza, deixarão saudades.
A Karine Moreira Gomes Sales, que formatou esta pesquisa e cuidou atenciosamente dos detalhes para a sua realização.
À Escola de Ensino Médio Constança Távora, em nome de todo núcleo gestor dessa escola, na pessoa do diretor João Paulo, pelo qual tenho um imenso carinho, agradeço pela imensa compreensão e solidariedade.
Aos meus colegas de Multímeios da Escola de Ensino Médio Constança Távora, Fabíola e Fabiano, pela força e aprendizado.
À minha amiga Joana D'arc Guimarães, técnica em Educação, assim como eu, pela suas contribuições e questionamentos, pois sempre esteve na torcida esse tempo todo para a conclusão dessa pesquisa.
Ao Sr.Francisco (in memorian) que me ajudou nos momentos que mais precisei.
Ao Dr. José Ibiapina Siqueira Neto, neurologista, que me acompanha há três anos no meu tratamento contra enxaqueca; sem sua ajuda, eu não teria concluído esta pesquisa.
Ao professor Vianney Mesquita pela revisão ortográfica realizada nesta pesquisa.
E a todos os que, direta ou indiretamente, contribuíram para a realização do que parecia impossível.

“Informação não é formação. Houve uma capilarização do conhecimento não houve um aumento da compreensão... e as escolas ainda são arcaicas, elas ainda acham que o importante é a transmissão do conhecimento, quando na verdade o desafio hoje é a retenção e a formação do conhecimento”.

(Leandro Karnal)

RESUMO

O objetivo dessa dissertação é analisar como o Programa Novo Mais Educação, foi apropriado e utilizado a partir de uma escola da rede pública municipal de ensino de Fortaleza, por meio da concepcão da educação, contida em sua proposta; e dos resultados alcançados pela escola, através do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). O desenvolvimento deste trabalho dissertativo, deu-se através do aporte teórico de diversos autores como Gadotti, Paro, Libâneo, Freire e outros; como da análise do material institucional sob forma de leis, decretos, portarias, editais que subsidiaram esta pesquisa, na análise do contexto da implementação dessa política pública da educação no Brasil, e especificamente em Fortaleza. O recorte temporal considerou os anos compreendidos entre 2007 a 2016, nos governos Lula e Dilma Roussef e o ano de 2017, quando se deu a reformulação do programa para Novo Mais Educação (PNME), considerando o contexto histórico-social, político e econômico em que foi implantado. O estudo contemplou dois níveis de análise: a primeira diz respeito ao programa Mais Educação como indutor de uma política pública de tempo integral, e o segundo ao Novo Mais Educação e sua proposta baseada no déficit de ensino em língua portuguesa e matemática, que visa atingir ou até superar continuamente as metas do IDEB. A questão da qualidade da educação foi abordada, explicitando a dependência da política educacional aos organismos internacionais, que controlam os recursos destinados aos programas e projetos executados; a lógica do capital, nos termos da política neoliberal. Essa pesquisa segue uma abordagem qualitativa, com visita in loco para a realização de entrevistas com a gestão, coordenador pedagógico, supervisor ou orientador educacional, professores, pais, estudantes, e um profissional da SME que acompanha o Programa; na coleta de dados confrontamos as concepções acerca do (PNME), de cada ator social entrevistado. Em nível de rede municipal o Programa se propõe a contribuir com o aumento da permanência do aluno na escola; melhorar a aprendizagem dos alunos juntamente com os índices do IDEB. O resultado da pesquisa de campo apontou para o fortalecimento das discussões em torno do Programa e da necessidade de ampliação da atuação da escola junto a comunidade; e os entrevistados consideram o programa como uma alternativa à formação integral do ser humano.

Palavras-chave: Política Pública. Política Educacional. Escola em tempo integral. Qualidade da educação.

ABSTRACT

The objective of this dissertation is to analyze how the New More Education program was appropriated and used, from a school of the municipal public school of Fortaleza, through the conceptions of full time education and integral education, contained in its proposal; and the results achieved by the school, through the index of development of basic education (IDEB). The development of this dissertative work was through the theoretical contribution of several authors such as Gadotti, Paro, Libâneo, Freire and others; as well as the analysis of the institutional material in the form of Laws, Decrees, Ordinances, Discourses that subsidized this research, in the analysis of the context of the implementation of this public education policy in Brazil, and specifically in Fortaleza. The time cut included the years between (2007 and 2016), the Lula and Dilma Roussef government, and the year (2017), when the program for New More Education (PNME) will be reformulated, considering the historical-social context, political and economic context in which it was implemented.The study contemplated two levels of analysis: the first relates to the More Education program as an inducer of a full-time public policy, and the second to New More Education and its proposal based on the deficit of Portuguese language and mathematics teaching that aims to achieve, or even to continually exceed the goals of the IDEB. The issue of the quality of education was addressed by explaining the dependence of educational policy on international organizations, which control the resources allocated to programs and projects executed, the logic of capital in terms of neoliberal politics. Exploratory in nature, this research followed a qualitative approach, with a view to conducting interviews with the social actors that make up the school: management, pedagogical coordinator, supervisor or educational supervisor, teachers, parents and students, and an SME professional which accompanies the program; in the data collection we confront the conceptions about the (PNME) of each social actor interviewed. At the municipal network level, the program aims to contribute to increase the permanence of the student in school, improve the trapping of students along with the IDEB indexes. the results of the field research pointed to the strengthening of the discussions about the program and the need to expand the school's activities with the community; and the interviewees consider the program as an alternative to the integral formation of the human being.

Keywords: Public Policy. Educational Policy. Full-time school. Quality of education.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 -	**Organograma básico da estrutura da gestão cooperativa dos espaços educativos…….....**	48
Figura 2 -	**Organograma básico da composição da estrutura organizacional da escola……..…….....**	98
Quadro 1 –	**Variavéis positivas e negativas da operacionalização do PNME.....…….....**	57
Quadro 2 –	**Número de escolas e alunos acompanhados pelo PNME..**	63
Quadro 3 –	**Carga horária do PNME.....….....**	65
Quadro 4 –	**Carga horária do PNME …….....….....**	65
Quadro 5 –	**Comparativo entre o PME e o PNME …….....**	79
Quadro 6 –	**Quantitativo total de escolas patrimoniais juntamente com os centros de Educação Infantil .....……**	84
Quadro 7 -	**Secretarias executivas regionais onde se encontram os bairros mais populosos .....**	90
Quadro 8 -	**Plano de Atendimento do Novo Mais Educação da Escola José Sobreira de Amorim .....**	94
Quadro 9 -	**Plano de Ação do Programa Novo Mais Educação da Escola José Sobreira de Amorim .....…….....**	95
Quadro 10 -	**Plano de Ação do Programa Novo Mais Educação da Escola José Sobreira de Amorim…….....**	107
Quadro 11-	**Indicadores relacionados à avaliação externa da escola...**	109
Quadro 12 -	**Relação dos documentos encontrados na escola pesquisada .....….....**	118

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Horário do Programa Novo Mais Educação turma A - Manhã ……..... 91

Tabela 2 - Horário do Programa Novo Mais Educação turma B – Manhã..... 92

Tabela 3 - Horário do Programa Novo Mais Educação turma C - Manhã …..... 92

Tabela 4 - Horário do Programa Novo Mais Educação Turma A - Tarde ……..... 92

Tabela 5 - Horário do Programa Novo Mais Educação Turma B - Tarde ……..... 93

Tabela 6- Horário do Programa Novo Mais Educação Turma C - Tarde ……..... 93

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BIRD	Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento
CONAE	Conferência Nacional de Educação
CAED	Centro de Políticas e Avaliação da Educação
CME	Conselho Municipal de Educação
CESA	Centro de Estudos Sociais Aplicados
D.E	Distrito de Educação
DEIDHUC	Diretoria de Educação Integral, Direitos Humanos e Cidadania
EMEIF	Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental
ETI	Escola de Tempo Integral
EM	Escola Municipal
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
EJA	Educação de Jovens e Adultos
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FUNDEB	Fundo de Desenvolvimento e Manutenção da Educação Básica e Valorização do Profissional do Magistério
GPR	Gestão por Resultados
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IEE	Índice de Efeito Escola
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
MEC	Ministério da Educação e Cultura
MPPP	Mestrado Profissional de Políticas Públicas
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento econômico
PMDE	Programa de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino
PAR	Plano de Ações Articuladas

PDDE	Programa Dinheiro Direto na Escola
PDE	Plano de Desenvolvimento da Educação
PME	Programa Mais Educação
PMNE	Programa Novo Mais Educação
PNE	Plano Nacional de Educação
PNAE	Programa Nacional de Alimentação escolar
PEC	Proposta de Emenda Constitucional
PCCS	Plano de Cargos Carreiras e Salários
PME	Plano Municipal de Educação
PPGPP	Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Políticas Públicas
PISA	Programa Internacional de Avaliação de Alunos
SER	Secretaria Executiva Regional
SME	Secretaria Municipal de Educação
SIMEC	Sistema Integrado de Monitoramento Execução e Controle
SEDAS	Secretaria de Educação e Assistência Social
SPAECE	Sistema Permanente de Avaliação Básica do Ceará
SECAD	Secretaria de Educação Continuada Alfabetização e Diversidade
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UNESCO	Organização das Nações Unidas para Educação a Ciência e a Cultura
UECE	Universidade Estadual do Ceará
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância

SÚMARIO

1	**INTRODUÇÃO .....**	15
1.1	DEFINIÇÃO DAS CATEGORIAS DE PESQUISA.....	20
1.2	PRESSUPOSTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS.....	24
2	**O PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO E SUA TRAJETÓRIA HISTÓRICO-CONCEITUAL: CONCEPÇÃO E PROPOSTA.....**	32
2.1	A GÊNESE DO PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO	32
2.1.1	**O Programa Mais Educação como Política Pública.....**	37
2.1.2	**Objetivos em foco no Programa Mais Educação.....**	42
2.2	O MAIS EDUCAÇÃO E OS ESPAÇOS EDUCATIVOS	47
3	**UM BREVE PANORAMA DO PROGRAMA NOVO MAIS EDUCAÇÃO .....**	54
3.1	O PROGRAMA NOVO MAIS EDUCAÇÃO DO GOVERNO FEDERAL: ASPECTOS GERAIS.....	54
3.1.1	**A implantação do Novo Mais Educação.....**	62
3.1.2	**A qualidade da educação e o Novo Mais Educação .....**	67
4	**O NOVO MAIS EDUCAÇÃO NO MUNICÍPIO DE FORTALEZA.....**	76
4.1	A POLÍTICA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE FORTALEZA	76
4.1.1	**A Constituição Histórica da Escola José Sobreira de Amorim.....**	83
4.1.2	**O funcionamento do Novo Mais Educação na Escola José Sobreira de Amorim.....**	89
4.1.3	**A Gestão da escola .....**	98
4.1.4	**A influência do Novo Mais Educação sobre os índices do IDEB na Escola José Sobreira de Amorim .....**	105
4.2	ANALISANDO OS RESULTADOS DO NOVO MAIS EDUCAÇÃO O QUE DIZEM: PROFESSORES PAIS, ALUNOS, MEDIADOR E FACILITADORES DE APRENDIZAGEM.....	112
5	**CONSIDERAÇÕES FINAIS .....**	121
	REFERÊNCIAS	127
	APÊNDICES	135

APÊNDICE A- ROTEIRO PARA O GRUPO FOCAL COM OS ESTUDANTES 136
APÊNDICE B- ENTREVISTA COM OS PAIS DOS ESTUDANTES.. 137
APÊNDICE C- ENTREVISTA COM A GESTÃO DA ESCOLA..... 138
APÊNDICE D- ENTREVISTA COM A ARTICULADORA DO PROGRAMA NOVO MAIS EDUCAÇÃO .....…..... 139
APÊNDICE E- ENTREVISTA COM A COORDENADORA PEDAGÓGICA ……..... 140
APÊNDICE F-ENTREVISTA COM A ORIENTADORA EDUCACIONAL 141
APÊNDICE G-ENTREVISTA COM OS PROFESSORES 142
APÊNDICE H-ENTREVISTA COM O MEDIADOR DE APRENDIZAGEM ……..... 143
APÊNDICE I- ENTREVISTA COM O FACILITADOR DE APRENDIZAGEM ……..... 144
APÊNDICE J-ENTREVISTA COM A TÉCNICA DA SME RESPONSÁVEL PELA EXECUÇÃO DO PROGRAMA NAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE FORTALEZA .....……..... 145
APÊNDICE L-CARTA DE APRESENTAÇÃO E DE COMPROMISSO DA PESQUISADORA 146
APÊNDICE M-TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO .....……..... 147
ANEXOS 148
ANEXO A- PRESSUPOSTOS LEGAIS REFERENTE AO PROGRAMA NOVO MAIS EDUCAÇÃO QUE FUNDAMENTAM SUA POLÍTICA EDUCACIONAL..... 149
ANEXO B – FACHADA DA ESCOLA JOSÉ SOBREIRA DE AMORIM……..... 159
ANEXO C – FOTO DA PARTE INTERNA DA ESCOLA JOSÉ SOBREIRA DE AMORIM……..... 160

1 INTRODUÇÃO

Essa dissertação foi desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Políticas Públicas (PPGPP) da Universidade Estadual do Ceará (UECE), vinculada à linha de pesquisa Avaliação de Instituições Programas e Projetos Educacionais e ao Núcleo de Estudos Sociais Aplicados (CESA).

Sua origem baseia-se na trajetória de vida profissional como pesquisadora, na condição de servidora concursada da Secretaria Municipal de Educação (SME) da Prefeitura de Fortaleza desde 2004, onde tive a oportunidade de visitar várias escolas dos seis Distritos de Educação, e pude constatar que nesse ambiente existia a preocupação de toda comunidade escolar em relação à qualidade de ensino ofertado às crianças e jovens da rede pública municipal de ensino.

Nessa trajetória de atuação tive meu retorno à academia em 2017, quando submeti meu projeto de pesquisa à seleção do MPPP/UECE, cujo objetivo era constituir um estudo que motivasse ações que deveriam ser buscadas para superar os problemas elencados na compreensão do discurso oficial do Programa *Novo Mais Educação.*

Desse projeto nasceu o interesse por esta dessa pesquisa e pela temática abordada *"O Novo Mais Educação: Uma análise a partir de uma escola pública municipal de Fortaleza*" que tem como objetivo principal analisar como o programa *Novo Mais Educação* indutor de uma política de escola de tempo integral, foi apropriado e utilizado em uma escola pública municipal de Fortaleza, a partir da perspectiva do envolvimento de toda a comunidade escolar no período compreendido entre os anos de 2013 a 2017 início da gestão do atual Prefeito, Roberto Claudio Rodrigues Bezerra.

O campo de pesquisa abrange uma escola municipal de Fortaleza, que utiliza em sua gestão o Programa *Novo Mais Educação (PNME),*a escolha por esta escola deve-se pelo fato dos baixos índices do IDEB, em edições anteriores e a mesma encontrar-se localizada em um dos bairros com baixo índice de IDH onde a população a ser atendida carece de um programa como o Novo Mais Educação. A escola municipal José Sobreira de Amorim, possui um total de trezentos e cinquenta e sete alunos matriculados, atende do infantil ao quinto ano do Ensino Fundamental, e funciona nos dois turnos: manhã e tarde.

O programa *Novo Mais Educação* contempla cento e cinquenta e cinco estudantes matriculados na escola no contraturno escolar (manhã e tarde), e oferece as atividades de acompanhamento pedagógico em Língua Portuguesa e Matemática, Educação Patrimonial, Judô e Artesanato. A escola aderiu ao programa em 2016, e possui em seu quadro: a articuladora do PNME, que é professora da rede municipal com formação em Pedagogia, mediador de aprendizagem e facilitadores com formação acadêmica.

Esta escola está localizada no bairro Cajazeiras, atende a uma comunidade carente, em sua maioria moradores do entorno da escola, e do bairro Barroso. Os alunos em sua maioria, são oriundos de famílias de baixa renda e, em grande parte, com problemas familiares.

São filhos de pais desempregados que sobrevivem de pequenos trabalhos (pintor, marceneiro, pedreiro, etc), sem direitos trabalhistas ou estabilidade financeira, e recebem também as influências dos fatores de ordem social e econômica que interferem diretamente na aprendizagem, ocasionando muitas vezes a desmotivação para os estudos.

Um fator que deve ser considerado é que a escola, pela própria dinâmica de funcionamento e ante seus objetivos e metas, possui intensas relações de poder e decisões que, no desenrolar das relações entre seus atores sociais (diretor, coordenador, supervisor ou orientador, funcionários, pais e alunos), podem influenciar para mais ou para menos o alcance de suas metas em relação aos resultados escolares dos alunos.

Somos sabedores, de que a escola é hoje depositária de interesses de grupos ou classes sociais, uma instituição inserida na sociedade, onde existem conflitos e tensões, e onde se cruzam as dimensões intelectual, ética e profissional, configurando-se num campo de ação política.

Atualmente, a grande preocupação dos que fazem a escola é encontrar uma alternativa para esses conflitos que possa ser analisada e implementada com a participação de todos os segmentos, sem voz e voto.

A princípio como a escola reproduz e legitima os interesses da classe dominante, é necessário “repensá-la”, pois a escola pública atende a grande massa da classe trabalhadora, e tem como função um dos mais importantes papéis de

destaque na luta pela transformação de valores dessa classe, o que a torna um instrumento de luta e mudança social.

Mapeando o seu importante papel político e social, que é instrumentalizar as classes trabalhadoras e a grande população que não teve acesso à escolarização, e à participação na sociedade moderna, a escola deverá gerar condições mínimas ao progresso intelectual e cultural dessa população, à margem dos bens produzidos pela sociedade.

> O objetivo da escola, assim será garantir a todos o saber e as capacidades necessárias a um domínio de todos os campos da atividade humana, como condição para redução das desigualdades de origem social. (LIBÂNEO, 1995, p.96)

Para o alcance dessa meta, alguns fatores devem ser observados a partir dos seguintes desafios que a escola terá que confrontar: a socialização de informações que não mais poderá centralizar-se na pessoa do gestor da escola; o poder de decisões coletivas, para a formação de uma sociedade democrática; a oportunidade do exercício pleno da cidadania, pela forma de se organizar e dar plena condições à participação.

A escola é um espaço contemporâneo de conhecimento, e o que se busca exponencialmente através de propostas didático-metodológicas educacionais no contra turno escolar, por meio do *Novo Mais Educação,* é orientar todos os atores sociais (estudantes, educadores, professores, pais e comunidade), acerca do valor social da educação na vida e na formação dos indivíduos.

> Se a escola não se ocupar centralmente das atividades especificas dos processos de escolarização, terá sonegado aos estudantes, sobretudo os dos setores das camadas populares, o direito à cidadania. (BRANDÃO, 2009, p.102)

Daí a necessidade de se instrumentalizar os conhecimentos em diálogo, construir situações que possibilitem ao educando articular aprendizagens mediante análises, sínteses e informações geradoras de conexões múltiplas entre conceitos que vão do abstrato ao concreto, de modo a contextualizar saberes.

A ampliação do tempo diário na escola, responde hoje às mudanças de concepção de educação escolar, ou seja, proporciona aos educandos às práticas e rotinas escolares contextualizadas às realidades nas quais esses alunos se inserem.

Na realidade, se educarmos nossas crianças e jovens sem dialogar com os saberes e experiências, que os mesmos trazem para a escola, estaremos dificultando as suas aprendizagens e aumentando a exclusão escolar, contribuindo para o aumento da desigualdade e das mazelas que a ela são atribuídas.

Nesse sentido, o espaço escolar deve ser pensado no dinamismo que lhe é característico ao desenvolvimento dos alunos, e o *Novo Mais Educação* precisa desenvolver-se em múltiplos espaços e lugares, de modo que potenciais até hoje ignorados pela escola possam fluir por meio de explorações e descobertas (plenos de significados e valores a serem apreendidos), feitas pelos próprios alunos, em locais que fazem parte da vida social deles.

Diante dos novos espaços de formação, caberá a escola formar o cidadão para a sua participação política na sociedade, dando-lhes condições indispensáveis para o seu desenvolvimento. Nessa perspectiva, situam-se algumas preocupações que constituem os problemas que norteiam essa pesquisa, tendo como objetivos que direcionam sua discussão e desenvolvimento os seguintes questionamentos:

a) O que os gestores da escola e demais beneficiários (comunidade escolar) pensam sobre o Programa?

b) O que mudou na escola após a sua “reissignificação”, o desempenho dos alunos melhorou nas disciplinas de português e matemática?

c) O que dizem os índices oficiais e o que se pode observar no cotidiano da escola com o *Novo Mais Educação?*

d) O que os alunos pensam sobre as atividades do programa?

e) Que impasses e desafios a gestão da escola vem enfrentando para que o programa funcione a contento?

f) Como reconhecer nos documentos do Novo Mais Educação, uma educação integral e de respeito às identidades de seus diversos públicos, se algumas orientações normativas do programa reforçam e focam o atendimento, somente a uma parcela das crianças e jovens em situação de exclusão social?

O objetivo dessa pesquisa é, portanto, compreender de que maneira a escola (como campo de pesquisa) utiliza em sua gestão o programa *Novo Mais Educação* para melhoria da aprendizagem dos alunos.

Importante é ressaltar que se verificou na busca realizada no portal da CAPES, que nenhum registro foi encontrado como resultado para essa pesquisa sobre o *Novo Mais Educação,* no plano local ou nacional ou que se aproxime da temática desse estudo e que a literatura que trata sobre o *Novo Mais Educação* ainda se encontra em pequena quantidade.

Ante o contexto explicitado, essa pesquisa se mostra como necessária e oportuna ante as recentes mudanças no cenário educacional brasileiro, que trazem como foco a elevação da aprendizagem dos alunos e o funcionamento das escolas em tempo integral.

A investigação sobre esse tema e sua relevância é motivada por considerar que essa pesquisa deverá contribuir como subsídio para o avanço do conhecimento sobre o tema junto à comunidade acadêmica e um público externo a ela, visto que se trata de um trabalho empírico que busca compreender a realidade in loco.

Os próximos itens desta introdução foram dedicados à exposição dos aspectos metodológicos que nortearam o desenvolvimento da pesquisa.

Em seguida, o referencial teórico e conceitual desta pesquisa foi fundamentado com a definição em duas categorias de centrais de análise nos quais se apoia o presente trabalho: a primeira categoria a ser trabalhada diz respeito ao Programa *Mais Educação* como Política Pública, baseado no estudo dos documentos norteadores do Programa que encontra-se disponibilizados no sitio do Ministério da Educação (MEC) e no Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), e em autores como Cavaliere, Paro e Moll, que discutem a educação como política pública, dada a importância de se conhecer de que modo esse Programa serviu de travessia para a implantação da escola de tempo integral em Fortaleza.

A segunda categoria concentra-se na *qualidade da Educação mediante Novo Mais Educação* e sua proposta pedagógica, baseada no déficit de ensino em Língua Portuguesa e Matemática, que visa a atingir, ou até superar, continuadamente as metas do IDEB.

1.1 DEFINIÇÃO DAS CATEGORIAS DA PESQUISA

O arcabouço teórico e conceitual desta pesquisa encontra-se fundamentado em duas categorias fundamentais de análise: O Programa *Mais Educação* como política pública, indutor da escola de tempo integral; e a q*ualidade da educação por via do Novo Mais Educação,* cujo objetivo é melhorar a aprendizagem dos alunos em Língua Portuguesa e Matemática.

Na primeira categoria *o Mais Educação como política pública indutor da escola em tempo integral*, buscou-se verificar de que maneira esse Programa facilitou ou estimulou a ampliação da escola em tempo integral na esfera pública, pois a ampliação da jornada escolar recebe inteira atenção neste século XXI, por tratar-se de uma temática compreendida atualmente como forte argumento para a oferta de uma educação de qualidade e da formação plena dos indivíduos.

Com relação à segunda categoria, *a qualidade da educação por via do Novo Mais Educação,* buscou-se investigar como os sujeitos estão inseridos na sua nova proposta, que objetiva melhorar a aprendizagem em Língua Portuguesa e Matemática dos alunos e superar continuamente as metas do IDEB.

Neste trabalho, o termo política pública abordado no capítulo I, é pensado a partir dos seguintes autores: Rua, Secchi, Cunha, Costa e Souza. Para a última autora, política pública significa " *As políticas públicas dizem respeito ao conjunto de ações, voltadas para a garantia de direitos sociais, configurando um compromisso público que visa dar conta de determinadas demandas em diversas áreas.*" (SOUZA, 2006, p.20).

Para o alcance da proposta desta pesquisa e caracterização do estudo, foi realizado levantamento de literatura sobre o programa anterior *"Mais Educação",* e sobre *o "Novo Mais Educação",* tendo como eixo norteador o Documento Caderno de Orientações Pedagógicas e o Documento Orientador Versão I, seu caminho percorrido até os dias atuais, apresentando seus desdobramentos legais, culminando sua trajetória no Município de Fortaleza.

Para entendermos esse percurso histórico, foram realizadas leituras sobre os documentos norteadores dessa política de Educação, partindo dos textos normativos do PME, selecionados e disponibilizados pelo Ministério da Educação

(MEC), Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e Portaria Interministerial N° 17/2007 que instituiu o programa.

Sobre o PNME, foram analisados a Portaria N°1.144/2016, que instituiu o Programa, bem como os documentos: Cadernos de Orientações Pedagógicas e Caderno Orientador versão I; manual operacional do programa e diretrizes para o desenvolvimento do programa *Novo Mais Educação* nas escolas municipais de Fortaleza, este último entregue às escolas municipais participantes do Programa, e os demais todos de domínio público no portal do MEC.

Foram realizadas visitas à escola José Sobreira de Amorim, que participa do Novo Mais Educação, para uma série de entrevistas com os atores sociais que compõem a comunidade escolar, e verificar quais as suas concepções sobre o PNME na escola.

Foi pontuado a partir desse material um conjunto de ações estrategicamente elaboradas em âmbito nacional, para a implementação dessa política pública de Educação.

Existe uma demanda por parte das prefeituras e estados, bem como das instituições de ensino, pela necessidade de Educação em tempo integral, cuja meta, de certo é o acesso às atividades diferenciadas e significativas para os alunos, o que no tempo ampliado, haveria mais chances de ser estabelecida por todos os sujeitos envolvidos.

A criação da escola em tempo integral, traz à pauta uma concepção de Educação que não é recente na história da Educação brasileira e que teve extensiva influência no ideário de Paulo Freire, que mediante suas ideias, alicerçou muitos estudos sobre Educação integral na atualidade. Freire considera que a Educação está intrinsecamente relacionada ao homem, quando diz:

> A educação é possível para o homem. Porque este é inacabado e sabe-se inacabado. Isto leva-o à sua perfeição. A educação, portanto, implica uma busca realizada por um sujeito que é o homem. O homem deve ser o sujeito de sua própria educação. Não pode ser objeto dela. (FREIRE, 2003, p.27-28)

Para Paulo Freire, a Educação simplesmente não acontece de fora para dentro, pois é necessário que haja busca, interesse e desejo para aprender algo, o aprendente precisa ser sujeito que participe de sua aprendizagem.

Educação, por conseguinte, é processo humano de relacionamento interpessoal e sobretudo determinado pela atuação das pessoas, isso porque são as

pessoas que fazem a diferença em educação, como em qualquer outro empreendimento humano, pelas ações que promovem, pelas atitudes que assumem, o uso que fazem dos recursos disponíveis, o esforço que dedicam na produção e alcance de novos recursos e pelas estratégias que aplicam na resolução de problemas e no enfrentamento de desafios e promoção de desenvolvimento.

Para Moacir Gadotti a Educação de tempo integral, ultrapassa as paredes da escola e está relacionada à forma como aprendemos nela. Faz-se necessário que mais tempo na escola esteja intimamente relacionado com a formação integral do ser humano, pois o indivíduo está sempre aprendendo o tempo todo, para esse autor, " *A educação se dá em tempo integral, na escola, na família, na rua em todos os turnos, de manhã, de tarde, de noite, no cotidiano de todas as nossas experiências e vivências*". (GADOTTI, 2009, p.21-22), para esse autor ampliando-se a jornada escolar, amplia-se a responsabilidade assumida pela escola, quando argumenta:

> O desafio é, portanto, agregar as diversas e diferentes experiências de educação integral, com dois aspectos em comum, a dimensão quantitativa mais tempo na escola e seu entorno, quanto uma dimensão qualitativa a formação integral do ser humano. (GADOTTI, 2009, p.31)

Assim, mediante a análise bibliográfica, que utiliza fundamentalmente as contribuições de vários autores acerca de um tema, buscou-se um aprofundamento teórico em livros, artigos e periódicos que expressem a concepção de seus idealizadores.

Para tanto, buscou-se um suporte teórico em alguns autores, que irão ajudar na análise das questões propostas nessa pesquisa, nas contribuições de: Guará (2006), Paro (2009), e Cavaliere (2002) com os conceitos de Educação integral e em tempo integral; Moll (2012) com a política educacional do Mais Educação; e Gadotti (2009) com a qualidade da Educação.

O discurso pela melhoria da *qualidade de educação* encontra-se no centro das discussões e nas pautas de reuniões dos gestores e técnicos da SME, acentuando-se mais a cada dois anos após a divulgação dos dados do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), última avaliação realizada no ano de 2017.

O foco dos debates que norteiam essas reuniões estão sempre ao redor das possíveis causas dos baixos desempenhos e dos problemas relacionados ao fluxo escolar (reprovação, abandono e evasão).

No bojo dessa discussão, o monitoramento do IDEB constitui-se como o principal referencial de *qualidade* a ser seguido pelas escolas públicas, válido para mensurar objetivamente a qualidade de uma escola, ou de um sistema educacional, a partir de duas dimensões: fluxo escolar e desempenho dos alunos em exames padronizados, conforme expresso no paragráfo único Art. 3 do Decreto N°6.094/2007 ao expressar que "*O IDEB será o indicador objetivo para a verificação do cumprimento de metas fixadas no termo de adesão ao Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação".*

No âmbito do Plano de Metas *Compromisso Todos pela Educação*, as metas estabelecidas pelo INEP por sistema de ensino, e por escola, tem mobilizado gestores na esfera federal no desenvolvimento de iniciativas voltadas à melhoria de indicadores, principalmente os relacionados à taxa de aprovação e o desempenho escolar dos alunos.

Nesse sentido, é que foram criados Programas e Projetos pelo Ministério da Educação e Governo do Estado elegendo prioridades de atendimento com base nos desempenhos alcançados pelas escolas e redes de ensino.

Uma vez considerada a *qualidade da educação* como consenso, o Programa *Novo Mais Educação* (PMNE) ocorreu em meio à difusão de estudos e pesquisas entre gestores e técnicos na esfera federal que, de modo especial, se preocuparam com o quantitativo de vinte e quatro por cento (24%) das escolas de ensino fundamental nos anos iniciais não terem alcançado as metas estabelecidas pelo IDEB em 2015, e quarenta e nove (49%) por cento das escolas de ensino fundamental anos finais, não terem alcançado as metas estabelecidas pelo IDEB nesse mesmo ano.

Para uma tomada de decisões acerca de quanto se deve investir em Educação, quais as suas prioridades, os problemas que precisam ser solucionados e os melhores programas ou projetos a serem executados, é que foi instituído o *Novo Mais Educação:*

> Fica instituído o programa Novo Mais Educação, com o objetivo de melhorar a aprendizagem em língua portuguesa e matemática no ensino fundamental por meio da ampliação da jornada escolar de crianças e adolescentes, mediante a complementação da carga horária de cinco ou quinze horas semanais no turno e contraturno escolar. (BRASIL. Art.1° Portaria N°1.144 de 10/10/2016)

A perspectiva dessa política educacional é içada em um índice/resultado que pode variar numa escala de zero a dez, e a de que cada instância escolar evolua de modo a contribuir para que o Brasil atinja o nível educacional da média dos países considerados desenvolvidos, ou seja, um IDEB igual a 6,0 até o ano de 2021.

Com efeito, percebe-se que as estratégias de uso dos resultados passam a ser o principal desafio para os gestores, de modo a atingir padrões de qualidade compatíveis com as metas a serem alcançadas. Conforme o Documento Orientador do *Novo Mais Educação,* as diretrizes pretendem:

> A integração do Programa à Política educacional da rede de ensino e as atividades do projeto político pedagógico da escola; o atendimento prioritário tanto dos alunos e das escolas de regiões mais vulneráveis quanto dos alunos com maiores dificuldades de aprendizagem, bem como as escolas com piores indicadores educacionais; a pactuação de metas entre o MEC, os entes federados e as escolas participantes; o monitoramento e a avaliação periódica da execução e dos resultados do programa e a cooperação entre união, Estados, Distrito Federal e munícipios. (Documento Orientador, 2016, p.03)

Esse Documento Orientador da reformulação do Programa esclarece que o seu direcionamento visa a alcançar os resultados qualitativos da aprendizagem, o que nos leva a observar que as reais dimensões formativas da Educação integral, foram postas de lado, ou seja, os ideais de Educação integral estão distantes no *Novo Mais Educação,* que visa apenas à aprendizagem quantitativa dos alunos. De modo amplo, no discurso oficial do governo, o aprendizado dos alunos passou a ser definido e defendido como o maior objetivo a ser alcançado por esse Programa.

1.2 PRESSUPOSTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

Para alcançar os objetivos desta pesquisa, foi utilizada a abordagem qualitativa, pois pretendemos entender os importantes aspectos relacionados à contribuição dessa política pública para a aprendizagem dos alunos.

A abordagem qualitativa envolve a obtenção de dados descritivos, mediante contato direto do pesquisador com a situação analisada, dando relevância ao processo, mais do que ao produto, preocupando-se em retratar a perspectiva dos participantes, considerando suas áreas de atuação. Na concepção de Bogdan e Biklen:

> Parte do pressuposto de que o ambiente natural é sua fonte direta de dados, e o pesquisador como seu principal instrumento, permite o estudo do fenômeno a partir do contato direto do pesquisador com a situação a ser investigada, em que se procura verificar na perspectiva dos participantes, como o fenômeno se manifesta em todos os seus aspectos. Verifica-se por essa afirmativa, que a abordagem qualitativa indica o melhor caminho para delinear a pesquisa, considerando que no trabalho de campo proposto, o investigador passará muito tempo com seus sujeitos no território deles, trabalhando para conseguir sua aceitação e prosseguir com os objetivos da investigação. (BOGDAN e BLIKLEN apud LÜDKE e ANDRÉ, 1986, p.11-13)

Ao se optar pela abordagem qualitativa dadas a sua relevância e maior amplitude, foi levado em consideração o fato do contato direto do pesquisador com a situação estudada, para retratar a perspectiva dos participantes.

Dessa forma, optou-se pelos seguintes procedimentos metodológicos: a) pesquisa documental; b) observação participante; c) entrevistas; d) grupo focal.

A técnica da pesquisa documental consiste em dados obtidos de documentos que registram fatos ou acontecimentos de uma determinada época, que vão precisar ser analisados e investigados quando há necessidade de entender as circunstâncias nas quais ocorreram os fatos, como é o caso dos documentos oficiais, leis, decretos, diretrizes, resoluções e portarias, já citados anteriormente.

Para a primeira etapa de coleta de dados foi feita uma análise de pesquisa documental sobre a temática, partindo de leis, decretos, resoluções, portarias, artigos, sítios e dados obtidos com órgãos oficiais, como a Secretaria Municipal de Educação de Fortaleza considerando que o foco desses documentos tende a fundamentar a política educacional vivenciada no cotidiano da escola, além de contribuir com elementos que auxiliam na descrição do objeto do estudo.

Na pesquisa de campo, foi visitada a Escola Municipal José Sobreira de Amorim, da rede pública de ensino, situada na Região Metropolitana de Fortaleza, que trabalha com o *Novo Mais Educação.* Buscou-se na fase de campo investigar o projeto político-pedagógico, por considerar mais um importante material que dará subsídio à pesquisa, no sentido de que se encontre articulado ao Programa.

O critério utilizado para a relação da referida escola foi ser uma escola de ensino regular, ou seja, não possuir Educação em tempo integral, por isso a adesão ao Programa e verificar se o Novo Mais Educação contribuiu para as melhorias dos índices do IDEB, em Língua Portuguesa e Matemática na edição de 2017. A partir da definição desses critérios para a seleção da escola, verificou-se a importância de fazer

um estudo sobre a realidade do bairro da escola investigada, bem como de sua origem e fundação.

A observação participante começa na fase explorátoria e acompanha todo o processo da pesquisa, foi realizada concomitantemente com as entrevista e os grupos focais. É o primeiro momento do desenho metodológico, que se dá com a chegada à escola, para vivenciar as experiências, ações e falas, além da interação com todos os atores sociais envolvidos nesse processo. Como afirma Schwartz:

> Observação participante, pode ser definida como processo pelo qual se mantém a presença do observador numa situação social com a finalidade de realizar uma investigação cientifíca. [...] assim, o observador é parte do contexto sob observação, ao mesmo tempo modificando e sendo modificado por esse contexto. (SCHWARTZ; SCHWARTZ apud CICOUREL, 1990, p.89).

A observação participante sugere desenvolver uma rotina de trabalho mediante notas e manutenção do diário de campo, criar uma autodisciplina, observar e anotar sistematicamente todos os fatos e acontecimentos durante o trabalho de campo, tendo atuação constante na escola, o pesquisador contribui, por sua vez, por gerar confiabilidade na população estudada. No total, foram dois meses de uma rica experiência na qual observei como a gestão da escola se apropria do Programa, por via de suas ações e atividades para colaborar com a aprendizagem dos alunos.

As entrevistas foram realizadas por pauta, do tipo semiaberta, por serem mais flexíveis, permitindo a qualidade das respostas por parte dos entrevistados, pois as respostas são visões sobre a realidade pesquisada que contribuem para que o pesquisador compreenda melhor o que se passa no campo pesquisado.

As entrevistas foram elaboradas e aplicadas em dois momentos. No primeiro entrevistamos os atores sociais envolvidos com o PNME na escola: a gestora, coordenadora pedagógica, orientadora educacional, articuladora do programa, mediador e facilitadores, professores da sala de aula, pais e alunos. No âmbito da Secretaria Municipal de Educação, foi necessário realizar contato com o profissional da SME, que atue mais diretamente, ou mais próximo ao programa *Novo Mais Educação* nas escolas, para a obtenção de dados mais consistentes e informações específicas relativas a essa política pública implementada no Munícipio de Fortaleza com relação à atual gestão.

Para ter acesso a informações que viessem a subsidiar a pesquisa, a pesquisadora solicitou via ofício do MPPP/UECE à Secretaria Municipal de Educação de Fortaleza, autorização para o desenvolvimento da presente pesquisa.

Com a autorização dada pela SME, para a realização da pesquisa de campo, foi necessário conhecer os profissionais que atuam na gestão da escola investigada, durante o período de 2013 a 2017, considerando o recorte temporal do estudo relatado.

Para elaborar o corpus desta pesquisa, a vantagem pela escolha dessa técnica é que não há rigidez nas questões, o que permite ao entrevistado discorrer sobre o tema proposto confortavelmente, partindo das informações que ele próprio detém, expondo suas experiências vividas no Programa, pois amplia o conhecimento a respeito do objeto da pesquisa, Gil (1991,p.45) ensina: "*De fato o processo de análise em abordagens qualitativas permeia todo o desenvolvimento, embora, ganhe contornos mais bem definidos quando se trata de analisar os dados da pesquisa em seu campo de estudo".*

A importância dessa técnica, consiste também no fato de haver maior interação do pesquisador com o entrevistado, feedback fundamental para que as informações, ocorram de maneira natural, num clima reciproco de confiança e veracidade, e quando se considera o contexto e informações utilizadas no diálogo, que é o verdadeiro objetivo da pesquisa.

> A utilização do roteiro semiestruturado apresenta-se como o mais adequado mecanismo para esse trabalho, tendo em vista permitir adaptações e adequações necessárias durante seu desenvolvimento, o que constitui a melhor forma de conseguir captar por completo as informações desejadas. (MINAYO, 2001,p.127)

As entrevistas por pauta, do tipo semiabertas, realizadas por via de roteiro semiestruturado, abordaram as duas categorias centrais de análise sendo: o *Mais Educação* como indutor da escola de tempo integral; e o *Novo Mais Educação e a qualidade da educação,* com ênfase na melhoria da aprendizagem dos alunos.

Considerando o teor e objetivo proposto nesta busca as entrevistas foram organizadas por categorias, a serem predefinidas na pauta, considerando apresentar a escolha dessa técnica:

> Um certo grau de estruturação, já que se guia por uma relação de pontos de interesses que o investigador vai explorando ao longo do curso. O entrevistador faz poucas perguntas diretas e deixa o entrevistado falar livremente, obedecendo a pauta assinalada. (VERGARA, 2006, p.120)

Todas as entrevistas foram transcritas, dada a importância dos detalhes do registro das informações coletadas. Para Gil (1991, p.45): "*De fato o processo de análise em abordagens qualitativas permeia todo o desenvolvimento, embora, ganhe contornos mais bem definidos quando se trata de analisar os dados da pesquisa em seu campo de estudo".*

O roteiro das entrevistas encontra-se no apêndice desta pesquisa, e identifica como o *Novo Mais Educação* se operacionaliza, para investigar quais os resultados obtidos através do programa e verificar sobre ele como pensam gestores, professores, pais e alunos. A técnica de entrevista por pauta consiste em:

> Apresentar um certo grau de estruturação, já que se guia por uma relação de pontos de interesse que o investigador vai explorando ao longo do curso, o entrevistador faz poucas perguntas diretas e deixa o entrevistado falar livremente, obedecendo à pauta assinalada. (VERGARA, 2006, p.120)

Essa técnica demonstra ser a mais adequada para este trabalho, por captar as percepções dos entrevistados, bem como deve existir a interação entre pesquisador e entrevistado. De acordo com Ludke e André (1986, p.13) *"Quanto mais o entrevistado sente-se à vontade, maior a possibilidade de fornecer informações objetivas e subjetivas, além de destinar tempo e atenção aos interesses do pesquisador".*

A escolha dessa técnica exige do pesquisador a capacidade de ouvir, o respeito pelo entrevistado, o resguardo à identidade e a liberdade de expressão dos entrevistados, bem como a elaboração do conteúdo da entrevista com os aspectos-chave das informações que se pretende conseguir.

Foi pensado com o apoio de todo esse material compreender quais as estratégias elaboradas e que resultaram em um conjunto de ações em nível federal, estadual e municipal para a implantação do programa *Mais Educação*, atualmente *Novo Mais Educação* que irão subsidiar essa pesquisa, assim como as entrevistas foram elaboradas no sentido de resguardar a identidade e a liberdade discursiva dos entrevistados.

Para as entrevistas, foi utilizado o Termo de Consentimento e Livre Esclarecimento (TCLE). Antes de iniciar a entrevista[1], os entrevistados foram avisados quanto ao compromisso com o sigilo das informações fornecidas, cujo método preserva a identidade dos sujeitos entrevistados na pesquisa. O Termo foi assinado pela pesquisadora e todos os entrevistados, em duas vias, e constará no Apêndice desta pesquisa.

A última etapa do procedimento metodológico diz respeito ao grupo focal, entrevista em grupo com alguns alunos acompanhados pelo PNME. A opção por essa técnica surgiu da necessidade de envolver todos nas atividades realizadas (pesquisadora e estudantes) a fim de captar dados de uma forma mais interativa.

Segundo Powell e Single (1996, p.103), "[...] *um grupo focal é um conjunto de pessoas selecionadas e reunidas por pesquisadores para discutir e comentar um tema, que é objeto de pesquisa a partir de sua experiência pessoal".*

O grupo selecionado, foram de alunos que participam das atividades do *Novo Mais Educação* na escola, cuja faixa etária foi compreendida de 10 a 12 anos, estando portanto, dentro dos critérios. Foram organizados três grupos focais, com a participação de dez alunos cada qual reunidos na biblioteca da escola, cujos temas abordados foram: a importância do PNME para a escola e comunidade; os desafios que a escola enfrenta com a implementação do PNME e o que deve melhorar no funcionamento do Programa na escola.

A coleta de análise de dados foi realizada na modalidade categorial temática, que consiste em descobrir os núcleos de sentido, por etapas, operações de desmembramento do texto em unidades e em categorias para reagrupamento analítico posterior.

Essa modalidade categorial temática comporta dois momentos: o isolamento dos elementos e a organização das mensagens a partir dos elementos repartidos. Todo o material a ser coletado na entrevista será tratado de acordo com que orienta Minayo:

1 A entrevista é uma técnica de coleta de dados cuja vantagem nos permite "a captação imediata e corrente da informação desejada, praticamente com qualquer tipo de informante e sobre os mais variados tópicos". (LÜDKE; ANDRÉ, 1986, p.34)

> Esse tratamento do material é subdividido em seu interior em três momentos; a) ordenação; b) classificação; c) e análise propriamente dita; que conduz o pesquisador à teorização sobre os dados, produzindo o confronto entre a abordagem teórica anterior e o que a investigação do campo aporta de singular como contribuição". (MINAYO, 1998, p.26)

As entrevistas foram então focadas na gestão da escola junto ao coordenador(a), supervisor ou orientador educacional e professores no que se refere aos desafios e impasses que vêm enfrentando para que o programa *Novo Mais Educação* funcione a contento; bem como na percepção de quais as decisões tomadas pela comunidade escolar quanto aos problemas e dificuldades identificadas na implementação do *Novo Mais Educação.*

Para compor esta dissertação, seu escopo foi organizado da seguinte forma: a introdução, que tem como enfoque o interesse da pesquisadora pela temática; essa secção contextualiza o problema da investigação e explicita os objetivos que direcionam a discussão e o desenvolvimento desse estudo destacando a sua relevância.

Além desta introdução, a Dissertação possui quatro capítulos incluindo-se as considerações finais que estão organizados da seguinte forma:

No capítulo II foi abordada a trajetória histórico-conceitual do Programa *Mais Educação,* no período compreendido de 2007 a 2016 dentro da sua concepção e proposta; como se deu seu desenvolvimento na sua fase embrionária, fruto da pesquisa documental inicial; e também o referencial teórico que fundamenta todo o desenvolvimento da investigação.

Nessa pretensão, foi abordada qual sua importância como política pública educacional, quais os seus objetivos e a correlação com os demais espaços educativos; até a sua reconfiguração, que resultou na implantação do *Novo Mais Educação.*

No capítulo III é iniciada a abordagem, já com a nova *reconfiguração* do programa anterior, como agenda contemporânea neoliberal; quais os aspectos gerais desse programa desde a sua reformulação em 2017 e implantação com o novo formato, até os dispositivos que o fundamentam, para chegarmos à análise critica do PNME.

No capítulo IV, foi abordada a política Municipal de Educação de Fortaleza, e as mudanças com base no compromisso de *Metas Todos pela Educação*, e nesse

contexto na pesquisa de campo, foi realizado um levantamento histórico da escola selecionada, incluindo-se o papel da gestão da escola e a influência do *Novo Mais Educação* sobre os índices do IDEB, nessa escola, bem como, a análise desses resultados. Para isso, foram realizadas entrevistas com o núcleo gestor, professores, alunos e pais dos alunos a fim de saber o que mudou após a implantação do Programa na escola.

As considerações finais procuram analisar os fatores que interferem na efetivação do PNME, e a pretensão de apontar caminhos como esteio nos questionamentos aqui suscitados.

2 O PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO E SUA TRAJETÓRIA HISTÓRICO-CONCEITUAL: CONCEPÇÃO E PROPOSTA

2.1 A GÊNESE DO PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO

Considerando o recorte temporal do Programa *Mais Educação*, no período compreendido de 2007 a 2016, seu surgimento ocorreu em meio à difusão de estudos e pesquisas realizados por técnicos e gestores na esfera federal que, de um modo especial, se preocuparam em sistematizar e analisar nas últimas décadas a implantação e o conceito de "Educação em tempo integral", como práticas e experiências de ampliação da jornada escolar.

Nesse contexto, a política educacional brasileira vem desenvolvendo leis, projetos e programas, no intuito de orientar e efetivar a ampliação da jornada escolar nas escolas, ou seja, os gestores de políticas públicas reconhecem as necessidades de ampliar a permanência de crianças e jovens na escola.

Na tentativa de tirar as crianças e adolescentes da rua ou de melhorar os índices de desenvolvimento educacional e ampliar o tempo de permanência desses jovens na escola com atividades no contra turno escolar, é que foi instituído o Programa *Mais Educação,* criado por meio da Portaria Interministerial n°17, de 24 de abril de 2007, e pelo Decreto N°7.083, de 27 de janeiro de 2010, que tem como objetivo:

> Contribuir para a formação de crianças, adolescentes e jovens, por meio da articulação de ações, de projetos e de programas do Governo Federal e suas contribuições às propostas, visões e práticas curriculares das redes públicas de ensino e das escolas, alterando o ambiente escolar e ampliando a oferta de saberes, métodos, processos e conteúdos educativos. (BRASIL, 2007, Art.1°)

Desde a sua instituição, o Programa é implantado nas redes municipais e estaduais de ensino em todo o Brasil, ampliando tempos, espaços e oportunidades, trazendo para o aluno uma melhoria na sua Educação.

Para orientar a sua implementação nos munícipios brasileiros, o Governo Federal produziu vários documentos de referência, como os cadernos da série Mais Educação (BRASIL, 2009b, 2009c, 2009d).

Também no ano de 2009 a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, do Ministério da Educação (SECAD/MEC), publicou relatórios de pesquisas que concentram estudos e experiências na área, e trazem um mapeamento intitulado *"Educação Integral/educação integrada e(m) tempo integral: concepções e práticas na educação brasileira.*" (BRASIL,2009a).

Esses documentos fortaleceram as bases para a implementação de uma política pública de Educação de tempo integral no Brasil, pois ressalta a formulação do *Programa Mais Educação* e a criação da Diretoria da Educação Integral, Direitos Humanos e Cidadania (DEIDHUC/SECAD/MEC), coordenada pela professora Dra. Jacqueline Moll.

De acordo com o Ministério da Educação, em seu documento *"Mais Educação Passo a Passo*", esses jovens terão acesso a outras aulas/oficinas que têm como objetivo proporcionar oportunidades de formação humana, cultural e de lazer, bem como inibir a evasão escolar. Com essa intencionalidade, o Programa *Mais Educação*, no art.2° da Portaria N°17.2007 que é uma estratégia do Governo Federal, tem como finalidade

> A contribuição para redução da evasão escolar, da reprovação e da distorção idade/ série; combate a exploração sexual e ao trabalho infantil; interação de atividades educativas, esportivas e de lazer para o desenvolvimento humano em uma visão cidadã e solidária; aproximação entre escola, família, e comunidade; e a consideração à diversidade de expressões de linguagens corporais, culturais e necessidades educativas especiais elementos também constantes no plano de metas "Compromisso todos pela Educação" (BRASIL, 2007)

O Programa *Mais Educação* tem por finalidade, de acordo com os Cadernos Pedagógicos da série, universalizar o acesso, garantir a permanência das crianças e jovens na escola e promover a democratização do conhecimento como instrumento de transformação social, trazendo uma proposta de ampliação da jornada escolar associada à oferta de novos métodos e saberes educativos.

> Trata-se da construção de uma ação intersetorial entre as políticas públicas educacionais e sociais, contribuindo desse modo, tanto para a diminuição das desigualdades educacionais, quanto para a valorização da diversidade cultural brasileira. Por isso coloca em diálogo, as ações empreendidas pelos ministérios da Educação-MEC, da Cultura-MINC, do Esporte-ME, do Meio Ambiente-MMA, do Desenvolvimento Social e Combate à Fome-MDS, da Ciência e Técnologia-MCT e, também da Secretaria Nacional de Juventude e da Assessoria Especial da Presidência da República, essa última por meio do

> Programa Escolas-Irmãs passando a contar com o apoio do Ministério da Defesa, na possibilidade de expansão dos fundamentos de educação pública. (MEC, 2009, p.7)

Percebe-se, portanto, que o Programa Mais Educação é bastante amplo e necessita do apoio de todos os que fazem a comunidade escolar, o qual deve ser tratado com muita seriedade em relação aos seus princípios norteadores.

Em uma sociedade como a nossa, marcada por enorme desigualdade social, por baixos níveis de escolarização, pobreza de uma grande parcela da população associadas às formas de exclusão econômica e política, esse Programa aponta, segundo seus idealizadores, para uma mudança dessas adversidades, por via de suas oficinas que são realizadas no contra turno escolar, onde crianças e jovens tenham ampliado seu tempo de permanência na escola.

As atividades das oficinas do Programa foram elaboradas de modo a contribuir para minimizar os entraves causados pela desestrutura familiar, currículos excludentes, a não garantia de mobilidade social, violência nas escolas, desigualdades sociais e má distribuição de renda.

> As atividades do Programa Mais Educação são organizadas através de temáticas sobre Direitos Humanos, Consciência Ambiental, Novas Tecnologias, Comunicação Social, Saúde, Consciência Corporal, Segurança Alimentar e Nutricional, Convivência e Democracia, Compartilhamento Comunitário e dinâmicas de Redes, que são atividades realizadas no contraturno escolar e precisam estar articuladas ao projeto político pedagógico da escola e ao currículo. (MEC, 2009)

A Orientação do Ministério da Educação, por meio da Portaria Interministerial que criou o *Programa Mais Educação,* é a de que suas atividades não se constituam mera ocupação do tempo das crianças e dos jovens, porém são muitos os “limites” vivenciados pelas escolas, que serão analisadas a partir da experiência da escola selecionada como campo de pesquisa ante as condições para o desenvolvimento efetivo da proposta do Programa.

A escola, obrigatoriamente, deve executar, pelo menos uma atividade de acompanhamento pedagógico (focada em qualquer disciplina) com duração de seis horas semanais, e outras três atividades nas áreas de Educação Ambiental, Esporte e Lazer, Direitos Humanos, Cultura e Artes, Cultura Digital, Saúde, Comunicação e Investigação no Campo (aulas de campo com visitas a teatros, jardim botânico, zoológico, museus).

As próprias escolas tinham que preencher o plano de atendimento por meio do PDDE-interativo, já com a indicação das atividades a serem desenvolvidas. As atividades eram aplicadas por monitores (atualmente, com a reconfiguração do programa para *o Novo Mais Educação*, as atividades são ministradas pelo articulador da escola, o mediador da aprendizagem e o facilitador).

Antes eram preferencialmente estudantes universitários com formação específica nas áreas contempladas, ou pessoas da comunidade com habilidades apropriadas (como mestre de capoeira, contador de histórias, etc), estudantes do ensino médio ou da educação de jovens e adultos (EJA), também podiam desempenhar a função de acordo com suas competências e habilidades.

As atividades não eram remuneradas, sendo ressarcidas apenas as despesas com transporte e alimentação dos voluntários, pois não era recomendada a atuação de professores da própria escola, quando isso significasse ressarcimento com recurso do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

Para as escolas urbanas, os critérios eram já terem sido contempladas pelo Programa Mais Educação e PDE Escolar, ter nota inferior a 4,6 nos anos iniciais do Ensino Fundamental e 3,9 nos anos finais no IDEB[2].

Os recursos, tanto no programa anterior (PME) como no atual (PNME), podem ser empregados em despesas de transporte e alimentação dos responsáveis pelas atividades para aquisição de material de consumo e na contratação de serviços. Os valores eram calculados de acordo com o número de turmas e estudantes para o período de seis meses.

A ampliação da jornada escolar, nem sempre garante a permanência dos alunos na escola e a qualidade do processo educativo, pois há que se considerar uma mudança na base conceptiva da escola e um aporte maior em termos de investimentos pelo governo.

Infelizmente, o que vemos são jovens recém-saídos das escolas sem o mínimo de conhecimentos básicos exigidos. Ciente de que temos um déficit histórico com a educação de nossas crianças e jovens, torna-se necessário ressaltar que o objetivo do *Mais Educação* não é suprir ou complementar o que a escola deveria

2 O IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica), criado em 2007, pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) é formulado para medir a qualidade do aprendizado nacional e estabelecer metas para melhoria do ensino. A série histórica dos resultados do Ideb e informações sobre as políticas de monitoramento estão disponíveis no portal do Ideb (http://portal.inep.gov.br/portal-ideb).

realizar, mas surge como alternativa a mais no intuito de incentivar a ampliação do tempo de permanência das crianças e jovens na escola.

O mencionado programa é, portanto, uma política de Educação nacional, que aposta na ampliação da jornada escolar como meio para solucionar os problemas da qualidade de ensino, e tem como estratégia o combate à pobreza e à exclusão social.

O Mais Educação chegou às escolas com o objetivo de formular uma política nacional de Educação Básica em tempo integral, com jornada igual ou superior a sete horas diárias ou trinta e cinco horas semanais no contra turno

Como parte constitutiva do PDE [3], e o apoio de quatro ministérios (Educação, do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, do Esporte e da Cultura), o Programa Mais Educação é apoiado pelos programas PDDE [4] e PNAE [5] e componente do Plano de Ações Articuladas PAR[6] e tem entre suas metas e objetivos as seguintes orientações:

> Contemplar a ampliação do tempo e espaço educativo de suas redes e escolas, pautada pela noção de formação integral e emancipadora; Promover a articulação, em âmbito local, entre as diversas políticas públicas que compõem o programa e outras que atendem às mesmas finalidades; integrar as atividades ao projeto político pedagógico das redes de ensino e escolas participantes; promover em parcerias com o Ministério e Secretárias Federais, a capacitação de gestores locais; contribuir para a formação e o protagonismo de crianças, adolescentes e jovens; fomentar a participação das famílias e comunidades nas atividades desenvolvidas, bem como da sociedade civil, de organização não-governamentais e esfera privada; fomentar a geração de conhecimentos e tecnologias sociais, inclusive por meio de parceria com Universidades, centro de estudos e pesquisas, dentre outros; desenvolver metodologias de planejamento das ações, que permitam a focalização da ação do poder público em territórios mais vulneráveis; e

3 O Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), foi aprovado pelo ex-presidente Luis Inácio Lula da Silva e pelo ex-Ministro da Educação Fernando Haddad em 24 de abril de 2007, cujo objetivo é melhorar a educação do país, em todas as suas etapas em um prazo de 15 anos. Dentre suas ações que prevê identificar e solucionar os problemas da educação brasileira, encontra-se o combate aos problemas sociais que inibem o ensino e aprendizado com qualidade, ações estas que deverão ser desenvolvidas conjuntamente pela União, Estados e Munícipios. (BRASIL,2007).

4 O programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) foi instituído em 1995, e consiste na assistência financeira às escolas públicas da educação básica das redes estaduais e municipais e do Distrito Federal e as escolas privadas de educação especial mantidas por entidades sem fins lucrativos. (BRASIL,1995).

5 O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) foi implantado em 1995 e garante através da transferência de recursos financeiros, a alimentação escolar dos alunos de toda a educação básica, matriculados em escolas públicas e filantrópicas. (BRASIL,1995).

6 O Plano de Ações Articuladas (PAR) foi instituído pelo Decreto 6.094 de 24 de abril de 2007, e deve ser elaborado por Estados, Municípios e Distrito Federal que a partir do Plano de Metas Compromisso de Todos pela Educação, devem realizar um estudo minucioso da realidade educacional local e a partir desse diagnóstico desenvolverão um conjunto coerente de ações que resulta no PAR. (BRASIL,2007).

> estimular a cooperação entre União, Estados, Distrito Federal e Munícipios. (BRASIL. Ministério da Educação Secretaria da Educação Básica, 2010)

Resta clara a amplitude conceitual que envolve o referido programa, para além dos tempos escolares e espaços educativos. Tendo em vista o recorte temporal desta pesquisa 2007 a 2016 período em que o *Mais Educação* esteve nas escolas (em outro contexto histórico e político), há de se considerar se realmente ocorreu o cumprimento de suas metas e objetivos propostos, que eram integrar vários campos de atividades (artes, cultura, esportes, etc) com suas temáticas (direitos humanos, consciência ambiental, etc) ao currículo e projeto político-pedagógico das escolas e se o mesmo ocorre na escola selecionada para esta pesquisa.

Para tanto, foram realizadas pesquisas em materiais que, na época, dado o recorte temporal de sua implantação 2007 a 2016, serviram para o desenvolvimento do estudo sobre a jornada escolar ampliada, ou escola em tempo integral.

Foram realizados levantamentos de estudos que expressem as concepções de seus idealizadores, bem como contato com órgão oficial (SME), para consulta de materiais específicos que trabalhem com o Programa, a fim de verificar o contexto da experiência.

2.1.1 O Programa Mais Educação como Política Pública

Diversas definições e novos modelos de políticas públicas têm surgido nas últimas décadas, os quais têm promovido grandes debates sobre o atendimento a demandas econômicas, políticas, educacionais e sociais. Nesse sentido, para melhor compreensão dessas demandas, faz-se necessário entender que elementos contribuem para dimensionar ou definir a amplitude de uma política pública para traçar objetivamente os critérios de sua análise.

Uma política pública envolve vários atores sociais e níveis de decisões, o que comumente, se materializa por meio do governo, com a atuação do Estado, daí o nascedouro do programa Mais Educação 2007 a 2016, que sendo uma política pública educacional, foi pensada e articulada por meio da ação do Governo Federal, Estados e Munícipios, que se propuseram analisar as especificidades da educação, e as ações a serem implementadas nas escolas como melhoria da qualidade da Educação.

Uma política pública para um setor específico deve coexistir com os interesses que predominam na sociedade, a partir de um problema que passa a ser discutido pela sociedade com a atuação do Estado. Rua (1998, p.73) a designa como "[...] *um conjunto de decisões e ações destinadas à resolução de problemas políticos"* Na verdade, uma política pública envolve mais do que uma decisão e requer diversas ações estrategicamente selecionadas para implementar as decisões tomadas.

O estabelecimento de uma agenda de programas a serem executados, investimentos a serem feitos, controle de resultados, assim como a implementação, execução e avaliação, constituem elementos que concretizam as definições sobre a política pública e seu planejamento.

> Considera-se como política pública o espaço de tomada de decisões autorizada ou sancionada por intermédio de atores governamentais, compreendendo atos que viabilizam agendas de inovação em políticas ou que respondem a demandas de grupos de interesse. (COSTA, 1998, p.7)

Nesse caso, a política pública é uma ação intencional, com objetivos a serem alcançados. Importante é ressaltar que as políticas públicas não devem ser confundidas com a mera prestação de serviços públicos, por possuir uma dimensão essencialmente coletiva e não somente estatal e um caráter distributivo. Para Cunha (2002, p.12), " *É mediante as políticas públicas que são distribuidos ou redistribuidos bens e serviços sociais, em resposta às demandas da sociedade. Por isso, o direito que as fundamenta é um direito coletivo e não individuais".*

As políticas públicas são também expressão de compromisso público de atuação, em uma determinada área, que emergem do interior da sociedade, através da previsão legal de direitos e garantias, que são nas palavras de Cunha (2002):

> Embora as políticas públicas sejam reguladas e frequentemente providas pelo estado, elas englobam preferências, escolhas e decisões privadas podendo (e devendo) ser controladas pelos cidadãos. A política pública expressa assim, a conversão de decisões privadas em decisões e ações públicas, que afetam a todos. (CUNHA, 2002, p.12)

Como a política pública é um sistema de ações sociais que reúne esforços da sociedade e das instituições para garantir o direito de todos à cidadania, principalmente os que se encontram excluídos, à margem da sociedade e esquecidos pelo Poder Público, é proposta do governo do nosso País, por via de uma política educacional, promover Educação de qualidade para todos. Sendo assim, destacamos

o *Programa Novo Mais Educação* objeto desta pesquisa. É relevante compreender o significado do termo Programa. Segundo Silva (2002,p.18), " *É um conjunto de ações constituídas para serem realizadas dentro de cronograma e orçamentos específicos disponíveis para a implementação de políticas, ou para a criação de condições que permitam o alcance de metas políticas desejáveis".*

Para ser política pública, torna-se necessário que ela seja mediada pelo Poder Público, portanto, sendo função dos governos estaduais, municipais e a nível Federal torná-la parte de sua agenda de atuação, constituindo como diz Secchi (2014, p.01) "[...] *É uma diretriz elaborada no sentido de enfrentar um problema público e possui dois elementos fundamentais: intencionalidade pública e resposta a um problema público,*" num campo de ação de acesso a direitos coletivos a todos os cidadãos.

Procurando especificar o tema Educação, é importante reinteirar a ideia de política pública educacional é tudo o que o governo faz ou deixa de fazer em Educação, porém Educação é um conceito amplo, por se tratar das políticas educacionais, portanto, uma política pública educacional deve ser orientada pelos valores de igualdade e equidade de oportunidades na Educação.

Pode-se dizer que políticas públicas educacionais [7] dizem respeito à educação escolar, quando for passível de decisões do governo que têm incidência no ambiente escolar, como ambiente de ensino-aprendizagem.

É importante ressaltar a relevância do debate sobre a Gestão Pública da Educação no Brasil. No ano de 1990, surgiu na agenda do discurso do Governo Federal a necessidade da ampliação da "E*ducação para todos*", que incluía como prioridade a qualidade da Educação e a ampliação da jornada escolar[8] por via de programas que seriam implantados nos Estados e Munícipios de todo o Brasil.

Com o desenvolvimento de políticas públicas de Educação de tempo integral, os sistemas municipais e estaduais tiveram um acréscimo no oferecimento

7 Politicas públicas educacionais estão ligadas a todas às medidas e decisões que regulam e orientam os sistemas de ensino, instituindo a educação escolar em todos os níveis de ensino (SOUZA, 2003, P.25)

8 De acordo com o Documento final da Conferência Nacional de Educação (CONAE,2010) estudos e pesquisas vem demonstrando que o Brasil é um dos países que possuem o menor tempo diário de permanência de estudantes nas escolas. Uma das ações públicas demandadas pela sociedade e pelo meio acadêmico/profissional que objetiva garantir a qualidade da educação e a ampliação da jornada escolar diária. (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2010)

dessa modalidade de Educação, e na ampliação de escolas de tempo integral, com a criação de escolas e a ampliação gradativa dos alunos nas escolas de tempo integral.

Inicialmente, o fortalecimento do tempo integral nas escolas da rede pública, encontra-se vinculado à ideia de reduzir as desigualdades sociais e culturais existentes no ambiente escolar, por meio do atendimento às comunidades, onde crianças e jovens se encontram em situação desfavorável à sua aprendizagem.

Consoante Guará (2006), a adoção da política de Educação integral e em tempo integral na rede pública, enseja o cumprimento da meta de proteção integral à criança e ao adolescente, vinculada com a formação.

Cavaliere (2002), lembra, no entanto que se a escola oferece poucas oportunidades ou atividades irrelevantes do ponto de vista da formação humana aos seus educandos, acaba tendo caráter assistencialista, o que não soluciona os problemas e faz com que ela se desvie de sua real função social.

Percebe-se que a Educação em tempo integral no Brasil é uma política pública em construção, considerando que uma das principais tentativas do Governo Federal com relação a ela foi proposta no plano de Desenvolvimento da Educação PDE (Brasil, 2007).

> A Educação Integral está presente na legislação educacional brasileira e pode ser apreendida em nossa Constituição Federal, nos artigos 205, 206 e 227, no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei n°9089/1990); na Lei de Diretrizes e Bases (Lei n°9394/1996), nos artigos 34 e 87; no Plano Nacional de Educação (Lei n°10.179/01) e no Fundo Nacional de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Básico e de Valorização do Magistério (Lei n°11.494/2007). Por sua vez, a Lei n°10.172, de 9 de janeiro de 2001, que instituiu o Plano Nacional de Educação (PNE), retoma e valoriza a educação integral como possibilidade de formação integral da pessoa (BRASIL, 2013b, p.4).

Encontramos, nesses documentos, discursos que consideram o Estado como provedor da proteção social à criança e ao jovem adolescente em situações de vulnerabilidade, risco ou exclusão social.

Infelizmente, convivemos no Brasil com uma séria desigualdade social, que conduz a escola condicionalmente a uma função assistencial que ocupa boa parte da escolarização. O próprio Programa, nos textos normativos, considera ser função da Educação articular-se com as políticas sociais, tendo a responsabilidade de desenvolver projetos sociais entrelaçados com as atividades educativas.

O PNE 2014-2024 traz como meta a proposta de Educação de tempo integral pelos próximos dez anos, agregando a isso critérios condicionantes de organismos internacionais que se constituem: na ampliação da jornada escolar, nos resultados positivos das avaliações dos índices educacionais[9], diminuição da evasão escolar, ações integradas do ensino regular com o contraturno, melhorias no espaço físico das escolas e concepções de Educação condizentes com o contexto escolar.

> O Ministério da Educação definirá a cada ano os critérios de priorização de atendimento do Programa Mais Educação, utilizando entre outros, dados referentes à realidade da escola ao índice de desenvolvimento da educação básica de que trata o Decreto n°6.096 de 24 de abril de 2007. (BRASIL, 2007)

Notadamente, *o Mais Educação* teve uma trajetória marcada por um expressivo momento de expansão em quase todas as escolas do território brasileiro, e atualmente, passa por momentos de readequação, agora com o título de "*Novo Mais Educação*", e de redução no seu atendimento.

Por não ser um programa universal, o PME sempre esteve atrelado a critérios específicos de funcionamento, adesão e repasse de recursos, direcionados especificamente às escolas mais necessitadas, ou seja, baixo índice no IDEB.

De fato, compreende características das políticas sociais do governo no seu contexto, que subordinadamente depende das políticas econômicas para o seu desenvolvimento; formato esse que, embora articulado a concepções progressistas, gestão Intersetorial e territórios educativos, por exemplo, tornou-se insuficiente para dar conta de muito de seus pressupostos relacionados à Educação integral.

Como política pública, o Programa está recente nas legislações educacionais, assim como está cada vez mais nas agendas das escolas brasileiras, principalmente das públicas, em resposta a determinadas demandas e interesses sociais, como é o caso das escolas que ainda não tiveram ampliada sua jornada escolar.

9 A subordinação do Brasil à nova ordem mundial, tem dentre outras coisas levado a homogeneizações de determinadas medidas educacionais no âmbito do movimento de globalização hegemônica pela doutrina neoliberal, este é o caso da adoção das avaliações "estandardizadas" em larga escala. (AFONSO, 2001, p.46)

2.1.2 Objetivos em foco no Programa Mais Educação

A Conferência de Jomtien realizada na Tailândia em 1990, configurou-se num grande debate mundial sobre o tema *Educação para Todos.* Nesse evento estiveram representantes de cento e cinquenta países, que uniformemente, tiveram a compreensão da Educação para Todos como um modelo universal, para todos os países representados na conferência.

Esse movimento marcou profundamente as reformas educativas ocorridas nos anos de 1990, que sob a influência dos organismos internacionais, permeou toda uma política educativa em escala global, a nível de ideias, projetos, programas e execução nos países pobres e considerados em desenvolvimento. Segundo Azevedo (1997, p.13), "*Para o governo de caráter neoliberal, a política educacional, assim como outras, será bem sucedida na medida em que tenha por orientação principal os ditames e as leis que regem o mercado e o setor privado".*

Naquele momento entraram em cena dois grandes agentes econômicos, o Banco Mundial[10] e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), então os países para estabelecer suas reformas educativas, subordinaram-se ao seu modelo gestor, e a interesses financeiros internacionais.

Na lista de reformas centrais, incluem-se como prioridades: a melhoria da qualidade de ensino por meio da ampliação da jornada escolar, ampliação dos recursos didáticos e formação permanente dos professores, democratização da gestão e descentralização das decisões no interior da escola, bem como a participação de toda comunidade escolar.

A realidade brasileira no final dos anos de 1990, com o Presidente Fernando Henrique Cardoso, era de descentralização, criação de parcerias com o sistema privado, extinção de órgãos. Naquele governo, as ideias neoliberais foram marcadas pela reforma do Estado, que visava ao fortalecimento da iniciativa privada e à redução do papel do Estado, que para o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, significava

10 O Banco Mundial é uma Instituição financeira Internacional que fornece empréstimos para países em desenvolvimento o banco é composto por duas instituições: o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) que é uma instituição ligada à ONU com o objetivo de promover o desenvolvimento econômico e social e a Associação Internacional de Desenvolvimento. (www.bancomundial.org.br)

> Abandonar visões do passado de um Estado assistencialista e paternalista, de um Estado que, por forças de circunstâncias concentrava-se em larga medida na ação direta para a produção de bens e serviços. Hoje todos sabemos que a produção de bens e serviços pode e deve ser transferida à sociedade, a iniciativa privada com grande eficiência e com menor custo para o consumidor. (CARDOSO, 1998, p.15)

O Estado estava diante de um novo quadro econômico provocado pela crise do capital. Essa crise de redefinição do papel do Estado, ocorre a partir da descentralização ocorrida nos anos de 1990, como consequência de uma nova maneira de conceber a política pública, estabelecendo-se como capaz de assegurar mais eficiência e resultados a custo menor.

Na Educação, diversos fatores evidenciaram essa descentralização como ocorreu com o projeto de municipalização do Ensino Fundamental, com a União apenas como agente controlador, articulador e provedor dos repasses dos recursos financeiros, deixando de lado os outros níveis de Educação Básica.

Começou então, um período de efervescente debate sobre a Educação no Brasil, onde é elaborado o Plano Decenal de Educação para Todos, período de 1993 a 2003. Esse plano foi proposto como metas para a ampliação da educação para todos, ao envolver os diversos segmentos da sociedade civil como parceiros.

Com essa iniciativa, começou-se a elaboração do projeto da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, na primeira metade dos anos de 1990, Lei (N°9.349/1996). Cria-se, com efeito uma visão abrangente do conceito de Educação, sem limitá-la ao mundo escolar.

Essa Lei monopolizou as discussões, análises, lutas e interesses do engajamento de setores da sociedade, que ansiavam por participar, após décadas de cerceamento da liberdade de expressão decorrente da ideologia do governo autoritário instalado no Brasil nos anos de 1960 a 1980.

Apesar da implantação dos investimentos para a Educação Básica, desde a Constituição de 1998, de caráter obrigatório e gratuito, ainda precisamos avançar bastante no que se refere à oferta de vagas nesse nível de Educação, hoje abaixo das reais necessidades de atendimento e qualidade.

A Educação brasileira ainda continua apresentando elevada taxa de evasão, limitando os avanços desejados de atingirem sua meta. O Programa “Uma

escola do tamanho do Brasil", lançado em 2002 pelo então candidato à presidência da República, Luiz Inácio Lula da Silva, estabelece que:

> Se a escola tem historicamente produzido a exclusão social, por meio de fenômenos de evasão e da repetência, possibilitar a permanência de todos e a aprendizagem exige, necessariamente, repensar a estrutura seriada da escola. Todos podem aprender; a escola é que deve mudar seus espaços reorganizando-se para tanto. (BRASIL, 2009b, p.7)

Em termos de proficiência e rendimento, o Brasil pretende atingir em 2021, taxa de aprovação igual à média dos países desenvolvidos, membros da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE)[11]. Outro fator que alertou para nossos problemas educacionais foi a participação do Brasil, em 2000, no Programa Internacional de Avaliação de alunos (PISA), que obteve baixos índices de resultados dos estudantes brasileiros.

Essa avaliação de desempenho escolar (PISA), realizada internacionalmente, de três em três anos, desde o ano 2000, visa medir em uma escala que varia de 0 a 800 pontos, as habilidades em Leitura, Matemática e Ciências em estudantes de realidades socioeconômicas diferentes e de faixa etária de 15 anos.

Paralelamente ao índice do Pisa, o Brasil criou o IDEB, indicador que objetiva a verificação do cumprimento das metas fixadas no termo de adesão ao compromisso "Todos pela Educação".

O IDEB é outro indicador dessa vez organizado no Brasil em uma escala de 0 a 10, que avalia o desenvolvimento dos estudantes em testes padronizados, por meio do SAEB, da Prova Brasil e da taxa de rendimento escolar (aprovação e evasão). No Portal do INEP seção "As metas do IDEB", verifica-se que:

> Para que o Brasil chegue à média 6,0 em 2021, [...} cada sistema deve evoluir segundo pontos de partidas distintos, e com esforço maior daqueles que partem em pior situação, com o objetivo implícito de redução de desigualdade educacional. A definição de um IDEB nacional igual a 6,0 teve como referência a qualidade dos sistemas em países OCDE. Essa comparação internacional só foi possível graças a uma técnica de compatibilização entre a distribuição das proficiências observadas no PISA (Programme for Internacional Student Assessment) e no SAEB. (BRASIL, 2000, p.2).

11 A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) é uma organização Internacional com representantes de 34 países que se reúnem em comissões especializadas para avançar idéias e analisar os progressos em áreas políticas específicas, como a economia, comércio, ciência, emprego, educação ou os mercados financeiros. (OCDE, 2015)

Esse índice identifica a Educação brasileira com dados por escola, município e Estado, permitindo uma leitura detalhada utilizada pela gestão federal para a análise e aplicação dos recursos financeiros nos municípios brasileiros. A Prova Brasil fornece os dados que medem a qualidade da Educação em todo o País e em cada município.

> Os testes da prova Brasil avaliam competências construídas e habilidades desenvolvidas e detectam dificuldades de aprendizagem. No caso da prova Brasil, o resultado quase censitário amplia a gama de informações que subsidiarão a adoção de medidas que superem as deficiências detectadas em cada escola avaliada. (BRASIL, 2011C, p.06)

O Decreto N°6.094, de 24 de abril de 2007, *todos pela Educação*[12], está alinhado a outro modelo de cooperação internacional nos últimos anos. É a parceria das organizações das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), cuja proposta é fornecer subsídios referenciais para a proposta curricular, para as políticas e programas de valorização docente, bem como a qualificação de políticas e programas de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos (EJA).

> A representação da UNESCO no Brasil desenvolve projetos de cooperação técnica em parceria com o governo Federal, estaduais e municipais, a sociedade civil e a iniciativa privada. Esses projetos organizam-se em eixos programáticos que procuram principalmente contribuir na concepção, na implementação ou na consolidação de políticas públicas. O papel da UNESCO consiste em criar as sintonias entre essas políticas públicas e as metas internacionais acordadas entre os 193 estados-membros da organização. (UNESCO, 2011.p.6)

É a parceria com órgãos do governo na realização de análises sobre a realidade brasileira, promovendo projetos e ações de caráter intersetorial. O planejamento, as metas e as avaliações programáticas do Governo brasileiro estão submetidos a esses mecanismos internacionais. Tal lógica se verifica com a implantação do *Mais Educação.*

> O Programa Mais Educação é operacionalizado pela Secretaria de Educação continuada, alfabetização e Diversidade (SECAD), em parceria com a Secretaria de Educação Básica (SAEB), por meio do Programa Dinheiro

12 O Decreto n° 6.094 de 24 de abril de 2007, "dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação pela União Federal em regime de colaboração com Munícipios e Estados, e a participação das famílias e da comunidade, mediante programas de assistência técnica e financeira, visando a mobilização social para a melhoria da qualidade da educação básica". (BRASIL, 2007)

> Direto na Escola (PDDE) do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para as escolas prioritárias. As atividades fomentadas foram organizadas nos seguintes macrocampos: Acompanhamento Pedagógico, Meio Ambiente, Esporte e Lazer, Direitos Humanos em Educação, Cultura e Artes, Cultura Digital, Promoção da Saúde, Educomunicação, Investigação no Campo das Ciências da Natureza, Educação Econômica. (BRASIL, MEC, 2009, p.05)

O Programa prioriza instituições de ensino localizadas em capitais e regiões metropolitanas que têm baixo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica-IDEB, e que tem por defesa a ampliação do tempo de permanência diária dos educandos nas escolas, para que complementem a formação escolar com uma visão integradora do ensino, considerado como forte argumento para a oferta de uma educação de qualidade.

> Como parte constitutiva do PDE, o Programa Mais Educação objetiva a implantação de educação integral a partir da reunião dos projetos sociais desenvolvidos pelos ministérios envolvidos – inicialmente para estudantes do ensino fundamental nas escolas de baixo IDEB. (BRASIL, 2009d., p.13).

Numa apreciação aos Documentos[13] do Programa, ganha destaque a magnitude desse projeto, que se mostra como a mais recente política de Educação em tempo integral, que teve início no governo do ex-presidente Lula e perdura até hoje como política de integração de todas as ações do Ministério da Educação, dirigida para a manutenção e desenvolvimento do ensino, visando melhorar a qualidade da Educação brasileira.

Sob o ponto de vista, de alguns estudiosos sobre o tema, como Gadotti e Cavaliere, esse Programa não consegue ampliar as oportunidades educativas, por acreditar que ele não logra romper com as estruturas econômicas e sociais vigentes, e permanece com o discurso do “carente” e “vulnerável” que permeia os jovens da escola pública do nosso País.

13 São Documentos do Programa Mais Educação: Programa Mais Educação-Passo a passo.2009a; BRASIL. Série Mais Educação-Educação Integral, 2009b; BRASIL. Série Mais Educação- Gestão Intersetorial no Município, 2009c; e Rede de Saberes Mais Educação: pressupostos para projetos pedagógicos de educação integral, 2009d. (MEC, 2007).

2.2 O MAIS EDUCAÇÃO E OS ESPAÇOS EDUCATIVOS

O PME é um mecanismo criado pelo Governo Federal, uma espécie de embrião para a futura implementação da Educação de Tempo Integral, tendo como proposta a oferta de atividades diversificadas no contraturno escolar, que propõe, entre outros aspectos, que a jornada escolar ampliada se estabeleça no espaço escolar ou em outros locus educativos.

A ampliação do tempo diário na escola responde, hoje, às mudanças de concepção de Educação escolar, propiciando aos educandos as práticas e rotinas escolares contextualizadas às realidades nas quais eles estão inseridos.

Crianças e jovens em idade escolar, moradores de comunidades economicamente vulneráveis, são o público-alvo desse Programa, pois o ambiente educacional tendo a escola como locus específico é um território fértil de práticas de formação e transformação dos sujeitos, mas que vem acompanhando lentamente as demandas que a sociedade exige, no sentido de emancipar os indivíduos e proporcionar-lhes uma vida mais igualitária e justa.

A estruturação de propostas didático-metodólogicas educacionais no contraturno escolar, por intermédio do Programa *Mais Educação,* visa a orientar todos os atores sociais (estudantes, educadores, pais e comunidade) acerca do valor social da Educação na vida e formação dos cidadãos.

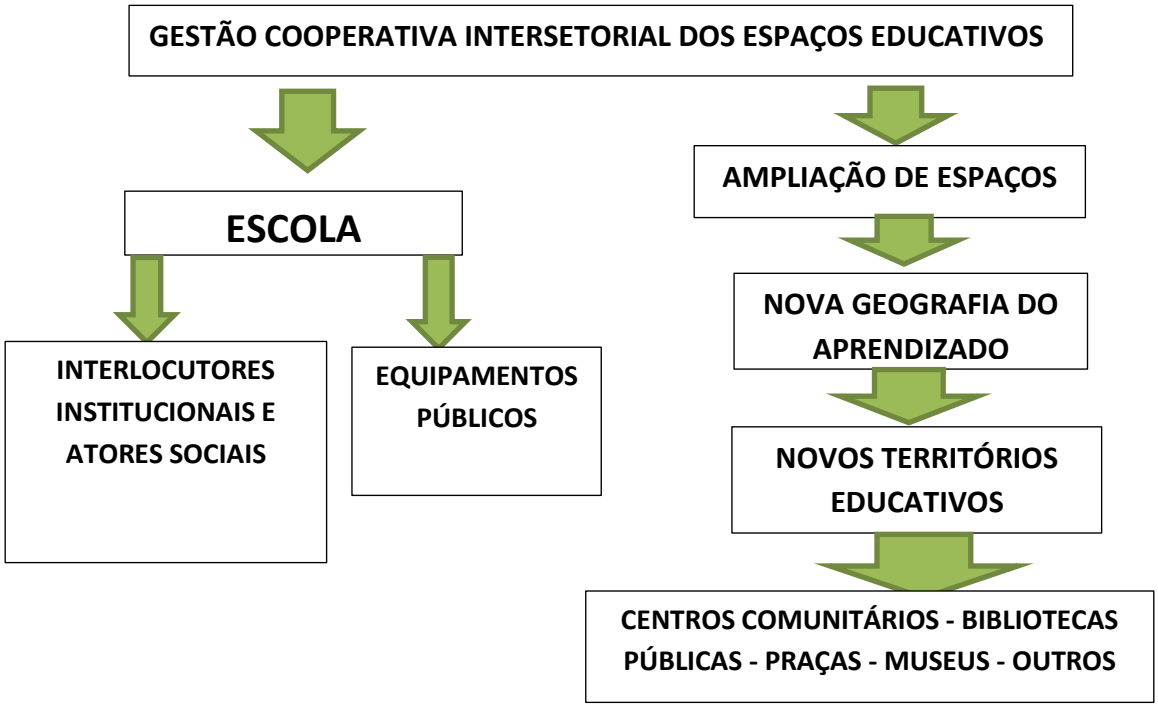
Sob essa perspectiva, a escola precisa interagir com a comunidade em sua redondeza, pois ela é um espaço contemporâneo de conhecimento e cabe ao aluno perceber como se dá esse conhecimento; ao participar, por exemplo de uma atividade que não seja somente o espaço formal da escola, ele estaria interagindo com o seu meio, e na prática, consequentemente, estaria aguçando sua curiosidade e seu protagonismo nessa troca de experiências uns com os outros, seguindo preceitos metodológicos sócio-interacionistas.

Por isso, abrir as portas da escola à comunidade é preencher de sentido e gerar identificação e pertencimento por parte dos educandos daquilo que a escola oferece; é permitir-lhes acessar novos conhecimentos e distintos conteúdos.

Com essa intencionalidade, o *Mais Educação* pretende ampliar tempos, espaços e oportunidades educativas, e pretende ir além dos muros da escola, criar um vínculo escola-comunidade à vida, acreditando poder fazer uma Educação de

qualidade social para todos. A figura 1, traz o organograma do Programa na escola com a ampliação dos espaços educativos.

Figura 1 - Organograma básico da estrutura da gestão cooperativa dos espaços educativos



Fonte: Ministério da Educação (MEC, 2000)

O fortalecimento da discussão de políticas públicas, em torno do que estamos chamando de ampliação da jornada escolar, se torna imprescíndivel para ampliar o espaço de atuação da escola, onde suas metas e estratégias devem ser repensadas a partir de novos desafios.

O novo *Plano Decenal de Educação* (Projeto de Lei N°8.035/2010, PNE 2011 a 2020) prevê, na sexta meta a oferta da Educação em tempo integral em cinquenta por cento das escolas públicas de Educação básica até 2020.

Uma escola que se pretende democrática conta com os pais para refletir coletivamente sobre problemas a serem superados, estabelecer objetivos e decisões comuns e valoriza os saberes da família e de todos os envolvidos que fazem parte do processo educativo.

Fundamentalmente, o *Mais Educação* necessita da participação de toda a comunidade escolar e não apenas de pessoas ligadas à educação, mas também do

engajamento de todos com seus conhecimentos e habilidades de maneira voluntária para a efetivação das oficinas. O Programa prevê a

> Realização de arranjos locais e de parcerias com a comunidade para a utilização de espaços, não apenas porque as escolas não possuem locais adequados para a realização das atividades do programa, mas também porque fora da escola há espaços considerados potencializadores da aprendizagem que devem ser explorados. Porém quando essas parcerias não se concretizam, os resultados podem ficar comprometidos. (PONCE e BARROS NETA, 2011, p.8)

Ressalta que essas atividades não são de reforço, e sim de se estabelecer conhecimentos, dirimindo as distâncias entre escola e comunidade por meio da gestão de parcerias, que envolvem: escola, famílias, Poder Público, empresas. organizações sociais e associações de bairros, todas capazes de contextualizar saberes escolares e comunitários.

> A educação integral de hoje, para ser real precisa desenvolver-se em territórios mais amplos e em múltiplos espaços e lugares, na escola e também nas praças, ruas bibliotecas, museus, e nos teatros; de tal forma, que locais com potencial educativo até hoje ignorados pela escola possam ser utilizados pelo grupo de aprendizes para suas explorações e descobertas, porque se esses locais e equipamentos fazem parte da vida social desses grupos, estarão plenos de significados e valores para serem apreendidos. (LIBLIK e BRANCO, 2009, p.391).

Conforme leituras dos cadernos do PME*,* é simples observar que trazem no seu âmbito a valorização da comunidade e de outros espaços educativos, com ações locais que gerem outras experiências em termos de sua trajetória e organização.

Assim, as atividades desenvolvidas no contraturno escolar, fazem uso de diferentes espaços, sejam eles públicos ou privados. Geralmente, essa parceria para o desenvolvimento das oficinas do Programa dar-se-á através da cessão de espaços, recursos humanos ou materiais.

> É muito importante lembrarmos que a ideia de fazermos parcerias vai bem além de usarmos o salão da igreja ou do clube para fazer as oficinas. As parcerias são propostas na perspectiva de criarmos uma rede de corresponsabilidade em torna da educação escolar, integradamente com a educação não formal e informal existentes nas localidades, ou seja, na direção da integração destes sistemas de educação em um sistema educativo, integrado como exige a boa educação integral. Isso significa que, na base das parcerias, deve estar a socialização dos projetos pedagógicos

> de todas as entidades envolvidas e a busca de pontos comuns e complementares entre estes projetos. (BRASIL, 2014c, p.42).

Analisando os pressupostos teóricos da formulação do PME, vê-se que a esses segmentos compete a participação e o acompanhamento do desenvolvimento do ensino, e não a obrigação em termos qualitativos e estruturais, que deverá estar sobre a responsabilidade do Estado. Mesmo sabendo que a experiência com a comunidade possibilita aprendizagens inovadoras e diferenciadas, pois o simples fato de reconhecer a importância de outros atores sociais (monitores, comunidade, Estado), não deve descaracterizar o papel dos professores, cada um deve ser sabedor de sua função para que se amplie a ideia de Educação, de modo a não torná-la limitada. O próprio caderno do Programa estabelece uma educação de caráter comunitário, onde são destacados os seguintes pontos:

> Transcendência que trata da educação para além dos muros da escola, ela ocorre em todo lugar, a todo momento e para toda a vida; Permeabilidade é o sentido que a educação pode assumir junto à comunidade, como um valor construído que passa a lhe pertencer; Corresponsabilidade é o envolvimento de todos os segmentos sociais, como organismos governamentais, empresários, organizações sociais e comunidade; Pluralidade o diálogo, o respeito à diversidade como componente essencial para compor essa proposta de ação integral. (BRASIL, MEC, 2007).

Uma educação que requeira distanciar-se do modelo capitalista vigente em nossa sociedade terá que propor uma educação que vincule os interesses da população atendida e não adaptá-los às necessidades da sociedade do capital, que estabelece planos e programas vinculados e adaptados aos organismos internacionais, de um mercado globalizado.

A escola, nesse sentido, é desafiada a reconhecer outros saberes que vão além do estudo das disciplinas, sem uma vinculação com a vida, pois as atividades são organizadas mediante temáticas, como: Direitos Humanos, Consciência Ambiental, Convivência e Democracia, etc.

Também o Programa prevê, entre outras coisas, que sob a coordenação da escola, membros da comunidade participem desse processo, não como simples coadjuvantes, mas reforçando a ideia de que a Educação integral ocorra para além do território escolar. Concretizar a ampliação da jornada escolar é fundamental, desde que toda a comunidade escolar e seu entorno se engajem e tenham ciência do modo como ela deve acontecer.

Em tais circunstâncias é possível perceber que a ampliação da jornada escolar, efetuada através do PME, tem passado por momentos de perdas e avanços e que necessita de ações, que tornem a Educação Pública menos vulnerável do ponto de vista de dotar de significado a aprendizagem dos alunos, como explica Moll:

> A proposta da educação integral deve distanciar-se dessa lógica de divisão em turnos, com a diferenciação entre um tempo de escolarização formal, com todas as extensões pedagógicas e outro tempo sem compromissos educativos sistematizados, ou seja,, mais voltado à ocupação do que à educação integral. Portanto a organização da escola na perspectiva da educação integral vai além da demanda do aumento do tempo do aluno na escola, passa pela questão de novas organizações curriculares, voltadas para as concepções de aprendizagens compostas de vivências contextualizadas e inter-relacionadas em todo o período que o aluno permanecer na escola. Ressalto, ainda, que a reorganização do currículo ora citado, deve contemplar todos os alunos matriculados na escola. (MOLL, 2007).

Esse programa, no entanto, é apenas um pré-projeto para a efetivação da escola de tempo integral, que busca, em meio à ampliação da jornada escolar, um currículo diversificado à formação dos discentes, contando com a participação da família e da comunidade, fazendo com que mais pessoas tenham acesso à Educação que valorize a diversidade cultural.

> Só faz sentido pensarmos na ampliação da jornada escolar, ou seja, na implantação de escolas de tempo integral, se considerar-mos uma concepção de educação integral em que a perspectiva de horário expandido represente uma ampliação de oportunidades e situações que promovam aprendizagens significativas e emancipadoras. (BRASIL, MEC, 2012, p.4).

Assim, o PME tem a possibilidade de colocar em prática todas as formas significativas de aprendizado dentro do ambiente escolar, mediante uma matriz curricular diversificada, que deve pautar-se na proposta de permanência do aluno na escola durante um tempo superior ao “normal”.

Essa iniciativa possibilita aos alunos a oportunidade de estudarem, além das disciplinas já conhecidas, as ofertadas pelo Programa. Ressaltemos a necessidade de treinamento dos profissionais, bem como a adaptação das escolas para receber esses alunos por sete horas ou mais diárias, o que não é o suficiente para mudar a realidade educacional, pois será necessário mais que horas excedentes para uma qualidade de Educação, cultura e lazer.

Dada essa premissa, vemos que o Programa advoga por uma Educação de período escolar além dos muros escolares, para que ações socioeducativas se desenvolvam em locais públicos, com o apoio comunitário por meio das associações de bairros ou com o apoio privado, como é o caso das ONGs.

Feita essa interlocução, Estado e sociedade civil devem buscar uma parceria, no tocante a ampliar a Educação formal, prevendo a parceria público-privado e a gestão participativa da comunidade local.

Inspirado no movimento das "*Cidades Educadoras*"[14],o PME através de seus Documentos de referência pedagógica, esclarece que a educação não deve ser vista como responsabilidade apenas da comunidade escolar, e valoriza a gestão democrática onde todos os agentes envolvidos participem ativamente do projeto escolar, planejando, executando e fiscalizando-o "*promovendo a aproximação entre a escola, as familias e as comunidades, mediante atividades que visem a responsabilização e interação com o processo educacional, integrando os equipamentos sociais e comunitários entre si e à escola". (BRASIL, 2007).*

A ideia não é a de apresentar novas funções para a escola e nem demonstrar que existe uma desresponsabilização por parte do Estado, relativamente à educação pública, mas trata-se de uma interação com outras instituições sociais, de parcerias com outros agentes no processo educacional e na abertura para um conhecimento sociocultural local, tendo em vista problema do distanciamento da escola pública em relação às camadas populares.

Via de regra, vários fatores são apontados para que se justifique a sua continuidade, entre eles: o Programa mantém os jovens por mais tempo na escola, livrando-o de situações de risco; suas oficinas, muitas vezes, complementam falhas acontecidas na aprendizagem dos conteúdos trabalhados no turno regular; a parceria escola-governo-comunidade.

Existem, no entanto outros pressupostos que não garantem a sua continuidade, como no caso, o voluntariado para ministrar as oficinas que desqualifica a profissão docente, indicando que basta "conhecer algo sobre algo" para que o

14 O movimento Cidades Educadoras surgiu em 1990, durante o I Congresso Internacional de Cidades Educadoras, celebrado em Barcelona, onde um grupo de cidades representadas pelos respectivos órgãos de poder, concluíram ser útil trabalhar em conjunto projetos e atividades para melhorar a qualidade de vida de seus habitantes. (Documentos de referência pedagógica, PME, 2007)

ensine; a carência de projetos pedagógicos que norteiam os conhecimentos ofertados pelas disciplinas, na maioria das vezes, não atrelado ao Projeto Político Pedagógico da escola e, por fim, não foram evidenciados indícios de melhoria da *qualidade pedagógica*[15] nas escolas.

Dependendo do comprometimento político, do aporte de volumes de investimentos, do compromisso pedagógico dos professores e gestores, que convivem diariamente no cotidiano da escola, e melhora na infraestrutura das escolas, é que podemos acreditar que, como toda política pública, o PME sinaliza para a necessidade de uma reformulação, além de medidas e ações efetivas voltadas para o seu fortalecimento.

O capítulo terceiro, privilegia os aspectos gerais do Programa *Mais Novo Educação*, sua implantação nas escolas municipais de Fortaleza e a qualidade da Educação e o *Novo Mais Educação.*

15 Pesquisa de avaliação de impacto realizado pelo MEC, ITAÚ SOCIAL, e BANCO do BRASIL nas escolas acompanhadas por esse programa realizada no período de 2008 a 2011 e divulgada em 2015, com resultados negativos nos índices de desempenho nas disciplinas de língua portuguesa e matemática. (MEC, 2015)

3 UM BREVE PANORAMA DO PROGRAMA NOVO MAIS EDUCAÇÃO

3.1 O PROGRAMA NOVO MAIS EDUCAÇÃO DO GOVERNO FEDERAL: ASPECTOS GERAIS

Ao estudarmos uma política pública desde a sua criação até a sua efetivação, temos pois que compreender o contexto histórico, político e educacional de sua formação. Após essa reflexão, é que passamos a entender qual a sua agenda de intencionalidade.

O contexto histórico político a que nos reportaremos aqui, trata-se do período compreendido de 2013 a 2017, em que todos os indicadores apontavam para o crescimento da democracia no país.

O que assistimos, entretanto foi o desenrolar de uma crise generalizada, que abalou por completo as nossas instituições já fragilizadas com questões ligadas à corrupção, que a essa altura assolava o País (campanhas políticas cercadas de vergonhosos escândalos de abusos de poder econômico, conchavos, patríocinio de bancos, empresas, empreiteiras, multinacionais).

No ano de 2015, por exemplo, assistimos a uma crescente onda de manifestações conservadoras pelo País, que reforçava o discurso de intolerância entre distintos grupos sociais, e revelou um processo de desconstrução das forças democráticas em construção pelo País, agravado pelo enriquecimento ilícito e a corrupção dos homens públicos.

Nesse mesmo percurso político, no ano de 2016, mediante um conturbado processo de impeachment, que destituíu a então presidente Dilma Roussef, demonstrando nossa fragilidade democrática, subiu ao poder o vice- presidente Michel Temer, em 12 de maio de 2016, num embate travado entre forças pró e contra o projeto político vencedor nas urnas das eleições de 2014 no Congresso Nacional.

Nesse mesmo ano, o povo brasileiro assistiu a embates importantes travados entre o Judiciário e o Congresso Nacional, bem como, notícias alarmantes sobre desfalques, corrupção, desperdício de dinheiro público, omissão e impunidade, trazendo uma onda de intranquilidade ao Brasil.

Com a derrubada de um governo eleito democraticamente, uma complexa articulação de interesses, começou a se desenvolver, no que se constituiu a base

política do governo do presidente Michel Temer, interesses esses que não representam o da grande maioria da população brasileira.

> Infelizmente, os eventos que vem ocorrendo no país desde 2013 apontam que estávamos apenas surfando na crista da onda democratizante que provavelmente está chegando ao seu final. Assim, temos que analisar, junto com o elemento empírico da expansão da democracia o seu elemento regressivo. Em geral esses elementos regressivos envolvem fortes divisões politicas, crise econômica e profundo desacordo em relação ao projeto do país. (AVRITZER, 2018, p.3)

Essa regressão democrática causada pós impeachment teve influxo em nossa política, logo nos primeiros cento e oitenta dias do governo Temer. Surgiram o que seriam os primeiros contornos das atuais mudanças, que viriam no campo das politicas públicas e programas sociais.

Com uma agenda completamente própria, intitulada "*Uma ponte para o Futuro",* o governo Temer se propôs acalmar as forças financeiras do mercado e a elite econômica brasileira, com um discurso democrático, mas de corte neoliberal mediante uma política de controle e retenção de gastos, o que lhe custou uma forte ruptura com a soberania popular, tendo ele alcançado um índice de rejeição jamais visto por um presidente na história do País, o que demonstra sua inabilidade ao lidar com o público é proporcional à incompetência de seu governo e ministros na direção do rumo do País.

Assim, o sistema financeiro, privilegiado politicamente no governo Temer, assumiu a condução da economia e gerou uma mudança radical na política econômica do Brasil, gerando uma crise sem precedentes no setor público, com a redução de gastos fundamentais nas áreas da previdência social, ciência, tecnologia, saúde e educação, impondo mudanças importantes nas políticas públicas nacionais, conquistadas no governo Lula como: a proteção da igualdade social e a ampliação das políticas de proteção social, em que a desigualdade e a pobreza diminuíram significativamente no País.

Nesse conturbado panorama político, o Governo Temer publicou a Medida Provisória N°726 de 12 de maio de 2016[16], numa legitima forma de demonstrar a

16 A medida provisória N°726 de 12 de maio de 2016, extinguiu todas as Secretarias e Ministérios ligados à ampliação dos direitos ou as políticas distributivas, tais como o Ministério dos Direitos Humanos, a Secretaria de Assuntos da mulher, a Secretaria para a Igualdade Racial, a Secretaria de Cultura e o Ministério da Reforma Agrária. (AVRITZER,2018).

inexistência de qualquer relação do seu governo com a pauta dos direitos sociais do governo anterior.

Em razão da crise política e econômica que recaiu sobre o Brasil, o programa *"Mais Educação",* sentiu seus efeitos com a redução dos recursos financeiros destinados aos programas educacionais.

Com o atraso e a irregularidade nos repasses dos recursos advindos do (PDDE/EDUCAÇÃO INTEGRAL), em muitas escolas, tornou-se inviável a continuidade do Programa, o que prejudicou também a adesão de novas escolas e as que continuaram o desenvolvendo o fizeram com incentivos programados do exercício anterior, e redefiniram algumas atividades em detrimento de outras.

Somada a essa questão, foi realizada uma pesquisa pela Fundação Itaú Social e Banco Mundial no ano de 2015 denominada: "*O programa Mais Educação*: *Relatório de Avaliação Econômica e Estudos Qualitativos*", que evidencia impactos nada significativos nas taxas de abandono escolar e nos resultados dos alunos nas provas de Matemática, pondo em xeque a operacionalização do Mais Educação, ocasionando mudanças (já no governo Dilma Roussef), no redesenho do Programa.

Ao assumir a Presidência, Michel Temer modificou diversos programas educacionais e, por meio da Portaria Interministerial N°1.144 de 10 de outubro de 2016, implantou o Programa "*Novo Mais Educação,"* com a clara intenção de melhorar a aprendizagem dos alunos nas disciplinas de Língua portuguesa e Matemática.

Por ser um dos principais programas da política Educacional para a Educação Básica do País, o MEC, observando as avaliações do antigo programa e ouvindo diversas criticas e sugestões, propôs melhorias no redesenho do Programa. Em contrapartida, existiu um conjunto de variáveis que desde a operacionalização do PME, dependendo do contexto, exemplificam seus aspectos ou resultados desde a sua implantação:

Quadro 1 - Variáveis positivas e negativas da operacionalização do programa mais educação

ASPECTOS POSITIVOS	ASPECTOS NEGATIVOS
Ampliação das oportunidades educativas oferecidas aos alunos;	Falta de articulação do programa com o projeto político pedagógico da escola;
Estreitamento das relações com a comunidade;	Falta de espaço físico adequado para a realização das atividades;
Mérito de inaugurar a ampliação da jornada escolar;	Atrasos nos repasses dos recursos prejudicando a oferta das atividades;
Programa indutor de políticas de educação em tempo integral;	A jornada de tempo integral é oferecida somente a uma parcela de alunos e não para sua totalidade;
Incremento nos recursos da alimentação escolar;	As oficinas no contraturno não deveriam atrapalhar as demais atividades do ensino regular;
Equipe gestora passou a ter um papel fundamental para garantir que as atividades fluam;	Perfil dos monitores muitos sem formação pedagógica;
Exercício de olhar para os territórios educativos que envolve diferentes espaços e Instituições e parcerias público-privada	Ausência de articulação entre o ensino regular/currículo comum e as oficinas do programa mais educação

Fonte: BRASIL, MEC/2010

O Novo Mais Educação atende ao que determina a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), Lei N°9.394 de 20 de dezembro de 1996, no que se refere à progressiva ampliação do período de permanência dos alunos na escola, o monitoramento dos indicadores educacionais e o envolvimento da comunidade nas decisões do âmbito escolar, compromissos que também fazem parte do Plano de Desenvolvimento da Escola-PDE.

De acordo com o seu Caderno de Orientações Pedagógicas, o Novo Mais Educação deve acontecer nas escolas públicas do País, por via do acompanhamento

pedagógico em Língua Portuguesa e Matemática, visando a desenvolver o pleno domínio da leitura e do cálculo, bem como trabalhar com atividades no campo das artes, cultura, esporte e lazer.

As escolas públicas de Ensino Fundamental que implementarem o Programa, terão por determinação a ampliação da oferta de educação de tempo integral[17] de crianças e adolescentes, mediante a complementação da carga horária de cinco ou quinze horas semanais no turno e contraturno escolar e a melhoria da qualidade do fluxo escolar, por meio da cooperação com as secretarias estaduais e municipais de educação, mediante apoio técnico e financeiro do Ministério da Educação.

Existe uma enorme probabilidade de que haja correlação direta entre o número de horas que o aluno passa na escola e o quanto ele pode aprender, porém, em termos de alunos atendidos, a Educação de tempo integral ainda caminha timidamente.

> Há escolas no Brasil, onde as crianças estão aprendendo menos do que poderiam por causa da insuficiência de recursos financeiros; da insuficiência de professores de sua baixa escolaridade, de salas barulhentas e/ou abafadas. Não é preciso um grande esforço intelectual para discernir implicações deste fato para a política pública com consequências tanto para a eficácia quanto para a igualdade de oportunidades em nosso sistema educacional. (ALBERNAZ, Ferreira e FRANCO, 2002, p.23).

Vale ressaltar que a reformulação do *Mais Educação,* agora *Novo Mais Educação* objetiva as metas 6° e 7° do Plano Nacional de Educação, em que o país precisa atingir no período de 2014 a 2024, a ampliação da oferta da Educação em tempo integral na Educação Básica, e o alcance aos índices do IDEB registrados por via de avaliações para um diagnóstico em larga escala.

O PNE (2014-2024) traz como meta a proposta de Educação de tempo integral pelos próximos dez anos, agregando a isso critérios condicionantes de organismos internacionais que se constituem: na ampliação da jornada escolar; nos resultados positivos nas avaliações dos índices educacionais; diminuição da evasão

17 Tempo integral representa a jornada escolar com duração igual ou superior a sete horas diárias, em que o aluno permanece na escola ou em atividades escolares, conforme disposto no artigo 4° do Decreto n°6.253/2007. Já a expressão jornada escolar ampliada refere-se a um período superior a quatro horas diárias. Dessa forma, em termos quantitativos podemos inferir que a definição de “jornada ampliada” compreende a de “tempo integral”. (BRASIL, 2007)

escolar; ações integradas entre ensino regular e o contraturno; melhorias no espaço físico das escolas e concepção de Educação condizentes com o contexto escolar.

À medida que a sociedade se modifica por meio da evolução tecnológica, linguística e cultural, a Educação também exige novas demandas, e para essa educação acontecer, fazem-se necessárias mudanças urgentes, tanto na gestão pública, na esfera política, quanto na participação dos cidadãos, de modo que se consiga garantir o acesso, a permanência, como também a qualidade do ensino. É por isso que Paro ressalta:

> Dá perspectiva de uma educação integral, a pergunta que se faz é se vale a pena ampliarmos o tempo dessa escola que aí está. E a conclusão a que chegamos é que antes (e este é um "antes" lógico não cronológico) é preciso investir num conceito de educação integral, ou seja, em um conceito que supere o senso comum e leve em conta toda sua integralidade do ato de educar. Dessa forma, nem se precisará levantar a bandeira de tempo integral porque para fazer-se a educação integral, este tempo maior necessariamente terá que ser levado em conta, a escola que aí está fracassa portanto, porque é parcial. È por isso que precisamos pensar sobre a educação integral. (PARO, 2009, p.18-20)

Na verdade, em toda a trajetória histórica das políticas públicas educacionais elaboradas para a classe trabalhadora, estas sempre foram formuladas para responder as necessidades da sociedade do capital, e não as demandas da classe trabalhadora que clama por mais instrução e igualdade de condições de permanência e acesso na escola.

O discurso oficial do Governo Federal, de que a escola de tempo integral (ETI) teria a possibilidade de apresentar um mundo mais interessante aos estudantes, diferenciado daquele que as crianças e adolescentes conhecem, o que passaria a representar a possibilidade de tirá-los das ruas e colocá-los num ambiente considerado protegido. Portanto, uma das medidas anunciadas pelo governo Temer, seria a reforma do Ensino Médio prevendo como meta que todas as escolas desse nível de ensino passem a ser de tempo integral.

A ampliação do tempo na escola para essas milhares de crianças e adolescentes, na perspectiva da superação da precarização dos tempos e espaços, precisa na visão de Arroyo superar:

> Os arremedos de escola, as escolas de três e até quatro turnos, ou as formas variadas de suplência onde se finge oferecer tempos e espaços educativos para

> uma classe que sempre foi condenada à privação cultural imposta pela degradação do trabalho e da vida social e pela elitização do saber. (ARROYO, 1988, p.9)

Segundo Arroyo, a lógica da necessidade de ampliação do tempo escolar, no discurso oficial do governo é justificada pela desestruturação familiar, pela violência e outros tipos de conflito, como a pobreza, por exemplo; daí a necessidade de manter as crianças pobres ocupadas em todo tipo de atividade na escola, durante todo o dia, numa lógica perversa de uma sociedade de princípios neoliberais.

> Essa dimensão moral da pobreza e da riqueza leva a ver na pobreza, enquanto indicador de ociosidade, a fonte de todos os vícios. Os pobres são encarados como “as classes perigosas”. A pobreza gera violência, embota a mente, desvirtua a vontade, torna os estômagos vazios feras predispostas à desordem social, ao crime, a violência. (ARROYO, 1988, p.5).

A pobreza no Brasil é fruto de um sistema social injusto e excludente, onde o governo e os políticos veem na pobreza um mal necessário. Essa massa é composta de pessoas desempregadas, com nível escolar baixo ou nulo, sem moradia nem saúde, que convivem com a fome e miséria absoluta, alijados do mercado de trabalho em função da cor da pele, situação econômica, baixa escolarização, carentes de oportunidades e perspectivas de vida.

Isso implica que a resposta dada pelo Governo Federal, estados e municípios no tocante aos programas e projetos, por meio da ampliação do tempo de permanência diária dos alunos na escola, parece não ter uma preocupação ou relação direta com o saber sistematizado, por tratar-se de uma solução imediatista para os problemas localizados que estão além dos limites da escola, Paro ressalta:

> Os projetos de escola pública de tempo integral parecem constituir, no momento presente, tentativas de sanar deficiências profundas em duas áreas específicas de políticas sociais – a da educação e a da promoção social. No primeiro caso, os projetos apresentam-se como alternativa para enfrentar os sérios problemas de fracasso escolar que percorrem a rede pública de ensino de ponta a ponta, mantendo elevados os índices de evasão e repetência. No segundo, eles constituem busca de soluções para o problema de abandono real ou latente de crianças e adolescentes e em alternativas de prevenção da delinquência. (PARO, 1988, p.17)

De maneira geral, *o Novo Mais Educação* não traz em seu escopo uma “nova proposta”, tanto seus objetivos como suas diretrizes ressaltam a importância apenas da aprendizagem quantitativa, no investimento para aumentar a proficiência

dos alunos por meio do acompanhamento pedagógico obrigatório para as disciplinas de Português e Matemática, e na ampliação do período de permanência dos alunos na escola.

O foco no acompanhamento pedagógico das disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática, aparece muito mais como um reforço escolar, com a ênfase na visão do *desempenho escolar,* categoria essa que trouxe como novidade o IDEB e o estabelecimento de metas para cada nível de ensino, concentrando esforços nos percentuais e índices dos alunos nas provas, para que apresente impacto significativos e desejáveis na política de resultados.

Para a obtenção desses "resultados desejáveis," todavia, torna-se necessário trabalhar uma série de dificuldades que envolvem a aprendizagem dos alunos, como aponta Cavaliere (2007,p.102): "*Uma concepção de educação integral que envolva múltiplas dimensões da vida das crianças e adolescentes, precisa de um tipo de escola onde ocorre vivências reflexivas".*

O programa anterior utilizava a expressão "E*ducação integral",* pois estava embutida nos seus textos e documentos, atrelada a uma concepção de Educação, tanto voltada para a formação humana como para a proteção integral dos alunos. Cavaliere nos convida a entender, o quanto se distância o atual programa *Novo Mais Educação* das dimensões formativas da Educação integral, pois pensar em Educação integral ou (em) tempo integral, não se resume somente a estabelecer propostas de ampliação da jornada escolar, ou horas a mais no ambiente escolar. Segundo a autora, o ideal na vida escolar, seria:

> A recepção pela escola da criança como um ser integral, ou seja, um indivíduo em suas dimensões. Desta forma estaria a escola balizando a configuração intencional no seu ambiente em experiências individualmente e socialmente relevantes, e evitando pré-conceitos e cristalizações que lhe retirariam a capacidade de promover processos significativos de reconstrução de experiência. Uma das bases da concepção de educação integral é, justamente esta predisposição de receber os educandos como indivíduos multidimensionais. (CAVALIERE, 2002, p.262)

Assim como no programa anterior, em sua nova versão o *Novo Mais Educação* também deve estar alinhado à proposta curricular da escola, integrado junto ao projeto político-pedagógico, redefinindo tempos, espaços, atividades e a atuação dos profissionais nas ações complementares. Esses aspectos serão discutidos a seguir com a apresentação de sua implantação nas escolas.

3.1.1 A implantação do novo mais educação

No período de 2008 a 2011, o Ministério da Educação (MEC), alinhado a uma conjuntura de monitoramento e avaliação, junto aos organismos de financiamento (Fundação ITAÚ Social e Banco Mundial), realizaram uma pesquisa de avaliação de impacto e estudos qualitativos, objetivando avaliar detalhadamente esses programas.

No ano de 2015, com o resultado da pesquisa divulgado, com efeitos negativos sobre o desempenho médio das escolas nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática, acompanhadas por esse Programa, e com o aumento das taxas de evasão escolar, considerando os índices de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) nas escolas avaliadas, o MEC anuncia um novo formato para o Programa *Mais Educação*.

Embora tanto o formato anterior como o modelo atual sejam programas de indução da ampliação da jornada escolar, e haja uma continuidade das ações, as concepções da proposta que carregam são díspares.

O formato anterior do Programa, embora possuindo uma concepção progressista de Educação da gestão intersetorial e territórios educativos, depende assim como o atual, da política econômica do País, o que infelizmente fez com que o mesmo não desse conta de seus pressupostos referentes à Educação, que tinha como intuito:

> Ações que devem abarcar os âmbitos da educação, arte, cultura, esporte e lazer, mobilizando-os para a melhoria do desempenho educacional, para o cultivo de relações entre professores, alunos e suas comunidades, para a garantia da proteção social e formação para a cidadania, incluindo as perspectivas temáticas dos direitos humanos, consciência ambiental, novas tecnologias, comunicação social, saúde e consciência corporal, segurança alimentar e nutricional, convivência e democracia, compartilhamento comunitário e dinâmicas de rede. (BRASIL, 2007c).

Atualmente o município de Fortaleza é o quarto maior sistema Educacional[18], do Brasil. A capital cearense abriga 142.630 (cento e quarenta e dois

18 Informações levantadas com base no Anuário da Educação de Fortaleza 2017-2018. Disponível em: http://www.todospelaeducacao.org.br

mil e seiscentos e trinta) alunos matriculados [19] no Ensino Fundamental, contabilizando 5.384 (cinco mil, trezentos e oitenta e quatro) turmas, com 21 unidades de tempo integral do primeiro ao quinto ano e 153 (cento e cinquenta e três) centros de Educação Infantil. Nesse universo, está inserido o programa Novo Mais Educação, implantado no final do ano de 2016 nas escolas da rede pública municipal de ensino de Fortaleza.

Vejamos a tabela a seguir, para verificarmos a distribuição por D.E (Distrito de Educação) em Fortaleza, do número de alunos acompanhados pelo *Novo Mais Educação,* distribuídos pelas escolas das seis secretarias executivas regionais de Fortaleza.

Quadro 2 - Número de escolas e alunos da rede pública

DISTRITOS DE EDUCAÇÃO	NÚMEROS DE ESCOLAS COM O PNME	NÚMEROS DE ALUNOS ACOMPANHADOS PELO PNME
Distrito de Educação I	42	211
Distrito de Educação II	27	308
Distrito de Educação III	42	226
Distrito de Educação IV	44	278
Distrito de Educação V	39	311
Distrito de Educação VI	53	377
TOTAL= 06	**TOTAL=247**	**TOTAL=1.710**

Fonte: Secretaria Municipal de Educação (SME) e Coordenadoria de Planejamento (COPLAN).

No sentido de garantir a ampliação desse tempo de escolarização, caberá aos sistemas de ensino estaduais e municipais conjugar esforços, de modo que suas escolas ampliem progressivamente e funcionem em tempo integral. No artigo 2° da Portaria N°1.144/2016, são listadas as seguintes finalidades do Programa:

19 Dados extraídos do site do Inep/Censo Escolar (Educacenso 2018) no endereço http://matricula.educacenso.inep.gov.br

> I.Alfabetização, ampliação do letramento e melhoria do desempenho em língua portuguesa e matemática das crianças e adolescentes, por meio de acompanhamento pedagógico específico;
> II. Redução do abandono, da reprovação da distorção idade/ano mediante a implementação de ações pedagógicas para melhoria do rendimento e desempenho escolar;
> III. Melhoria nos resultados de aprendizagem do ensino fundamental nos anos iniciais e finais;
> IV. Ampliação do período de permanência dos alunos na escola.

Tais objetivos demandam a existência de disponibilidade financeira (infraestrutura, equipamentos, materiais didáticos) e recursos, que não podem ser adquiridos com o aporte de recursos financeiros, indissociáveis para a viabilização do direito à Educação pública de qualidade.

Assim, como no Programa anterior, o *Novo Mais Educação* também deve estar alinhado à proposta curricular da escola, integrado junto ao projeto político-pedagógico, redefinindo tempos, espaços, atividades e a atuação dos profissionais nas atividades complementares, ficando assim distribuídas:

A) *Articulador da escola:* que deverá ser responsável pela Coordenação e organização das atividades na escola, promovendo a interação entre escola e comunidade, prestando informações sobre o desenvolvimento das atividades para o seu monitoramento e pela integração do programa com o projeto político pedagógico da escola. Deverá ser um professor, coordenador pedagógico ou possuir cargo equivalente, com carga horária mínima de 20h, em efetivo exercício lotado na escola.

B) *Mediador de aprendizagem*: será o responsável pela realização das atividades de acompanhamento pedagógico, quando a escola fizer a opção por realizar (cinco) ou (quinze) horas de atividades complementares semanais e devem trabalhar de forma articulada com os professores da escola para promover a aprendizagem dos alunos nos componentes de matemática e língua portuguesa, utilizando tecnologias e metodologias complementares, já empregadas pelos professores em suas turmas.

C) *Facilitador*: é o profissional responsável pela realização das (sete) horas de atividades de escolha da escola, a escola poderá ofertar (cinco) horas de atividades complementares por semana, sendo (duas) atividades de acompanhamento pedagógico (uma) de língua portuguesa e (uma) de matemática, com duas horas e meia de duração.

O trecho transcrito, retirado de acordo com o Documento Orientador (versão I), do *Novo Mais Educação* nos aponta o direcionamento do Programa por um uso intensivo pedagógico no ensino das disciplinas de Português e matemática, secundarizando as outras áreas e atividades, o que descaracteriza de certo modo, o objetivo maior que é o de levar o máximo de conhecimento nas artes, cultura e esportes a milhares de crianças e adolescentes, para um reducionismo de meramente estender a jornada escolar, o que a maioria das instituições escolares já fazem. Foi uma mudança, que se fez sentir pelo fato de o programa priorizar especificamente, essas duas áreas do conhecimento, e o *"rendimento*" dos alunos nessas disciplinas.

O *Novo Mais Educação,* a exemplo do anterior, possui uma jornada ampliada segmentada em dois turnos com tempos diferentes. O turno regular obedece ao que manda a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional- Lei N°9.394/1996 com suas quatro horas diárias; e o contraturno escolar complementa esse tempo variando de cinco a quinze horas semanais. O quadro a seguir, detalha a carga horária do Programa Novo Mais Educação, e o outro a composição das turmas.

Quadro 3 - Carga horária do programa novo mais educação

AMPLIAÇÃO 05/H SEMANAIS	Língua Portuguesa - 2,5h Matemática - 2,5h Acompanhamento Pedagógico - 5h semanais Acompanhamento Pedagógico - 8h semanais
AMPLIAÇÃO 15H/SEMANAIS	Língua Portuguesa - 4h Matemática - 4h 03 atividades de livre escolha - 7h

FONTE: Documento orientador-Adesão-Versão I

Quadro 4 - Carga horária do programa novo mais educação

DEMAIS ATIVIDADES DE LIVRE ESCOLHA DAS ESCOLAS NOS CAMPOS DAS ARTES, CULTURA, ESPORTE E LAZER	Até 30/35 Estudantes
ACOMPANHAMENTO PED AGÓGICO EM PORTUGUÊS E MATEMÁTICA	Até 20/25 Estudantes

FONTE: Documento orientador-Adesão-Versão I

Um aspecto relevante, que podemos observar no quadro IV diz respeito às atividades de artes, cultura e esportes, que sob outros aspectos no Programa anterior, eram oferecidos através de nove macrocampos de livre escolha da escola, enquanto que nessa nova reconfiguração, apenas a opção de 15h de carga horária oferece essas atividades, limitando-se a três áreas: cultura, esporte e lazer.

Soma-se a isso, o fato de que os diversos fatores aqui retratados fazem com que o novo formato do Programa se associe às formas tradicionais da Educação, diferente da versão anterior do Programa, cuja regra se baseava na oferta de atividades denominadas de socioeducativas presente no contraturno escolar.

Outra mudança diz respeito aos profissionais que irão trabalhar com o *Novo Mais Educação,* pois por meio dos Editais N°35/2018 e N°41/2018, a Secretaria Municipal de Educação de Fortaleza, lançou a seleção simplificada de mediadores de aprendizagem e facilitadores, para atuarem no Novo Mais Educação.

Essa seleção destina-se a atender a demanda da rede municipal por mediadores de aprendizagem e facilitadores, bem como constituir um banco de dados (recursos humanos), que irão desenvolver seus trabalhos nas escolas contempladas com o Novo Mais Educação.

Espera-se que a escola cumpra seu papel de garantir as necessidades básicas de seus alunos, levando em consideração seu meio, cultura e possibilidade de acesso e permanência. Desde os anos de 1990, os debates sobre a ampliação da jornada escolar, considerada como Educação de tempo integral se intensifica, até chegar ao que hoje representa ainda um modelo elitista de Educação, em que a prioridade é o alcance das metas e o desempenho dos alunos nas chamadas avaliações externas e internas.

O *Novo Mais Educação* se insere nesse contexto, pois trata de uma nova “reissignificação” ou “reordenamento” do programa anterior, com vistas à melhoria da qualidade da Educação, discurso oficial adotado pelo governo, em que as escolas visam a instituir na gestão pública os padrões de gerenciamento do mercado, e as escolas passam a ser ranqueadas quantitativa e não qualitativamente. Em se tratando de Educação, considera-se polos antagônicos.

A ideologia dominante do mercado traz consequências severas, como o enfraquecimento do nosso sistema educacional, que fica à mercê das práticas

originárias do mercado, e, por outro lado, o fortalecimento cada vez maior dessa relação empresas privadas que vendem seus pacotes didáticos (programas, projetos), e onde os verdadeiros protagonistas (alunos) se distanciam desses serviços mercadológicos não diretamente ligados ao processo educativo.

É necessário que as políticas públicas na área da Educação, contemplem as instituições escolares com o aumento da jornada escolar, mas visando ao pleno desenvolvimento do ser humano, porém, como são manipuladas por organismos internacionais, torna-se inviável a verdadeira qualidade da Educação, que nesse caso, se respalda na perspectiva da eficiência e desempenho. Sobre essa qualidade da Educação abordaremos no tópico a seguir.

3.1.2 A qualidade da educação e o Novo Mais Educação

A *qualidade da educação*, ganhou centralidade nas discussões de políticas públicas educacionais, no tocante às escolas públicas do Brasil desde os anos de 1990. A relação do Brasil com o Banco Mundial não é nova e teve seu ápice no período de 1990 a 2000, no que se refere à cooperação técnica e financeira no campo educacional, com relação ao montante de recursos financeiros aplicados e orientações para reformas educacionais no País.

Essas reformas, em consonância com as orientações de organismos internacionais, como é o caso do Banco Mundial, se inseriram num contexto de reformas no aparelho do Estado, que, na prática pelas relações do mercado financeiro, significava racionalidade financeira, diminuindo o tamanho do Estado, com a reforma administrativa, da previdência e as privatizações abrindo o País ao capital internacional.

É importante destacar o fato de, que no que diz respeito à *qualidade da educação,* ante as exigências impostas pelo mercado internacional, palavras como *eficiência* e *eficácia* tornaram-se frequentes, explicitando a dependência da nossa política educacional aos organismos internacionais, que controlam os recursos destinados aos programas e projetos executados no País. Dada a fragilidade do Estado, faz-se necessária uma adequação à economia internacional:

> A partir da metade dos anos 80 também adquiriu força no Brasil, o debate sobre a necessidade de reforma no Estado, nos aspectos relacionados à sua

> inserção na economia internacional, ao redirecionamento da máquina estatal, alegando a necessidade de modernização, tornando-a, assim mais ágil e eficiente. (CAMINI, 2013, p.59)

Com o aumento da internacionalização do mercado, a começar pela reforma do Estado (1995-2002) no governo Fernando Henrique Cardoso, ocorreu também uma mudança efetiva em todo o setor educacional, pois a Educação passa a ser atingida pelo ideário privatizante.

> Com relação ao setor educacional, com a proposta de inserir o Brasil no mundo globalizado, reforçou-se o discurso que vinculava investimento em educação, com crescimento econômico. Para os gestores educacionais alinhados à visão neoliberal, fazia-se necessária a definição de um novo padrão de gestão educacional, adequado às exigências das empresas e respaldados pela racionalidade e pela lógica do mercado. (CAMINI, 2013, p.71)

A Educação assume agora o papel de alavancar o desenvolvimento econômico do País, colocando-o na era da globalização e da modernidade. No Brasil, essas orientações visam a formação de uma agenda para a proposição de políticas educacionais, direcionadas à qualidade da educação, nas escolas públicas, o que leva a pensar em outras formas de gestão mais voltadas para a visão empresarial.

Essa visão empresarial nada mais é do que o modelo gerencial caracterizado na descentralização, e redução de gastos e pela busca da eficiência e da eficácia, como estratégia para tornar o Estado mais eficiente, como uma resposta à crise do Estado burocrático e de péssima qualidade. É importante ressaltar que essa forma de organização da gestão traz inúmeras e significativas mudanças no campo educacional.

Notadamente, percebemos que foi imposta uma nova modalidade de gestão no sistema educacional brasileiro, o gerenciamento da Educação baseado nas ofertas de serviços educacionais (competitividade e concorrência), respaldado pelas reformas ocorridas nos anos de 1990, onde os critérios de mercado (teorias e modelos baseados na organização e administrações empresariais e burocráticas) passaram a servir de referencial de competência para as escolas e sistemas de ensino.

O modelo de gestão por resultados (GPR), se consolida cada vez mais na Educação, com foco nos resultados das avaliações externas, e o gestor assume definitivamente o papel de protagonista, por ser considerado o responsável por garantir uma “educação de qualidade”, ou seja, baseado nos elevados índices do

alunos no IDEB, como se fossem somente esses os graves problemas da nossa educação, e como se os índices que medem a aprendizagem não tivessem qualquer relação com as questões econômicas, sociais e culturais que afetam os alunos.

Agora parte-se do princípio *da qualidade da educação,* em que os resultados a serem atingidos, e a elevação dos índices educacionais nas avaliações externas, são o que importa, porque vem dinheiro para a escola, não importando as condições de trabalho de milhares de professores e alunos. Essa nova têndencia da gestão da Educação não tem como objetivo a ser perseguido o de sanar o déficit de atraso de investimentos no campo da educação, obstacularizados durante anos por força das elites dominantes, que impediram o processo democrático e inviabilizaram a implantação de políticas educacionais.

Estamos vivenciando na Educação uma realidade baseada apenas na elevação dos índices educacionais, focado diretamente nos resultados, um modelo gerencialista da gestão vinculado aos interesses do mercado, com “pacotes” já prontos para serem colocados em prática pelas escolas.

Na realidade, acontece é que as decisões são tomadas em nível federal, e não deixam margem para discussões nas escolas por aqueles que realmente fazem a Educação acontecer de fato, cabendo aos estados e municípios o cumprimento do que foi estabelecido e a responsabilidade de garantir a “qualidade da Educação”, buscando parcerias com a sociedade civil e comunidade escolar.

Nesse contexto, a discussão acerca da *qualidade da Educação* envolve questões macroestruturais, que de certo modo interferem na qualidade da Educação ofertada. Como afirma o próprio MEC: “*É fundamental, portanto, não perder de vista que qualidade é um conceito histórico, que se altera no tempo e no espaço, vinculando-se às demandas e exigências sociais de um dado processo*” (BRASIL,MEC, 2009).

Portanto, o conceito de qualidade é amplo, exige um conjunto de fatores, que se alteram no tempo e espaço a depender de novos desafios que a sociedade impõe “ *A qualidade se transformou em um conceito dinâmico que deve se adaptar permanentemente a um mundo que experimenta profundas transformações sociais e econômicas”.* (UNESCO,2001).

> Qualidade significa melhorar a vida das pessoas, de todas as pessoas. Na educação a qualidade está ligada diretamente ao bem viver de todas as

> nossas comunidades, a partir da comunidade escolar. A qualidade na educação não pode ser boa se a qualidade do professor, do aluno, e da comunidade é ruim. (GADOTTI, 2013, p.74)

Na busca pela E*ducação de qualidade,* não se pode perder de vista que a noção de educação passa, de tempos em tempos, por profundas transformações, e isso requer adequar as melhores estratégias com a garantia de participação de toda comunidade escolar, no investimento das condições que possibilitem essa qualidade.

> Não há qualidade na educação, sem a participação da sociedade na escola. A garantia de espaços de deliberação coletiva está intrinsecamente ligada à melhoria da qualidade da educação e das políticas educacionais. Só aprende quem participa ativamente no que está aprendendo. (GADOTTI, 2013, p.34)

O Brasil apresenta hoje, questões macroestruturais como é o caso da concentração de renda, desigualdade social e garantia do direito à Educação, que podem dificultar a garantia de uma Educação pública de qualidade.

Outro entrave à *qualidade da educação,* diz respeito aos limites orçamentários pelos quais atravessa o atual governo, que, de certo modo fortalece a atual crise de qualidade na Educação. Como carro-chefe do discurso oficial do governo, utilizada como política educacional contemporânea, as avaliações externas reforçam a obtenção de recursos financeiros, mediante a da premiação às escolas que conseguiram garantir a elevação dos níveis educacionais, mas o preço a se pagar é alto, pois essas avaliações impostas às escolas ignoram as particularidades e o contexto social em que as escolas estão inseridas, tendo em vista que somente os números interessam.

> Assim sendo, iremos presenciar na educação brasileira um novo modelo de gestão focada diretamente nos resultados, totalmente pautada em valores empresariais, onde perdeu-se a dimensão do que é qualidade em detrimento da quantidade e a tão propagada equidade cede lugar para o individualismo e o jogo do mercado. O que prevalece, portanto, é uma grande contradição desse novo modelo gerencialista de gestão que em sua aparência se diz democrática, mas que na essência visa a efetivação de uma educação totalmente vinculada aos interesses de mercado onde o individualismo e a concorrência são as suas bandeiras. (BEZERRA, 2015, p.5)

Segundo o discurso oficial do Governo Federal, o PNME tem como objetivo alcançar os resultados nas avaliações em larga escala. O PNME expressa como linhas gerais para sua fundamentação o atendimento a estatutos jurídicos como a Lei

de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei N°9.394 de 1996 e o Plano Nacional de Educação (PNE) N°13.005 de 2014.

A primeira preconiza a capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da escrita, leitura e cálculo; e, no segundo, o disposto sobre a ampliação da oferta de educação em tempo integral, e a melhoria da qualidade do fluxo escolar das escolas públicas.

Na defesa do PNME, seus idealizadores (gestores e técnicos do MEC) veem nele uma possível solução contra os males da sociedade, ao mesmo tempo em que garante proteção e prevenção, pois o aluno poderá dedicar-se aos estudos ocupando todo seu tempo na escola.

No Brasil, entretanto por ser um país de capitalismo dependente, a questão econômica sempre será colocada como um determinismo central, que perpassa as relações no campo da disputa entre Educação para formação e o conhecimento e a Educação para o trabalho, constituindo-se na diferença classista das escolas, onde os mais pobres estudam para formarem-se operários, e os filhos da elite, para tornarem-se especialistas ou dirigentes. Segundo Boaventura de Sousa Santos:

> Urge portanto, a necessidade de um novo projeto de educação que, a partir da concepção do paradigma pós-moderno, combata as desigualdades socialmente produzidas (gênero, classe, raça, etnia, etc) e promova a emancipação dos sujeitos do cotidiano escolar, que o autor designa de projeto Educativo Emancipatório. (SANTOS, 2009 apud PIMENTEL, 2011, p.6).

Baseado na existência de uma elite brasileira que insiste em se perpetuar no poder, é que a classe trabalhadora, historicamente ursupada de seus bens e serviços, deve cobrar investimentos dos Estados nas escolas; e o Estado deverá incentivar um projeto de Educação voltado à classe trabalhadora, que pretenda produzir novas formas de sociabilidade e que venha a superar a redução de sua educação fundamentada na preparação para o trabalho. Em seu artigo 227, a Constituição Federal destaca:

> É dever da família, sociedade e do Estado assegurar à criança, e ao adolescente, com absoluta prioridade o direito à vida, saúde, alimentação, educação, lazer, profissionalização, cultura, dignidade, respeito, liberdade, convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (Redação dada pela Emenda Constitucional N°65 de 2010, BRASIL, 1988)

O Estado deverá desenvolver uma política pública que contribua para o fortalecimento da Educação integral, capaz de garantir o ensino das artes, cultura, esporte e lazer, configurando-se na verdadeira escolarização e amplitude do trabalho docente. Paro propõe uma reflexão rigorosa acerca do conceito de Educação e oferece duas características críticas, decorrentes desse conceito:

> O primeiro é que a educação visa à formação do homem em sua integralidade de sua condição histórica, não se restringindo a fins parciais de preparação para o trabalho, para ter sucesso em exames; O segundo é que o conteúdo é a própria cultura humana em sua inteireza, com produção histórica do homem, não se bastando nos conhecimentos e informações como faz a educação tradicional. (PARO, 2010, p.26)

Com a chegada do *Novo Mais Educação*, Cavaliere discute as possibilidades de trabalharmos a Educação integral e em tempo integral no Brasil, sob duas vertentes:

> Uma que tende a investir em mudanças no interior das unidades escolares, de forma que possam oferecer condições compatíveis com a presença dos alunos e professores em turno integral, e a outra que tende a articular instituições e projetos que ofereçam atividades aos alunos no turno alternativo às aulas, não necessariamente no espaço escolar, mas preferencialmente, fora dele. (CAVALIERE, 2009, p.52)

Na verdade, esses programas governamentais são objeto de uma descontinuidade, na medida em que tentam escamotear uma política educacional que não consegue abarcar uma Educação integral para as crianças e jovens da periferia.O que contraditoriamente, se insere na contramão do que seria a formação integral de milhares de crianças e adolescentes, na escola pública, oriundos das camadas mais pobres da população.

Novos desafios são impostos pela sociedade a todo momento, a escola inserida nesse contexto deve repensar a visão que se tem sobre Educação e trabalhar com uma produção contextualizada com a realidade mais próxima do educando, pois cada vez mais a sociedade exige pessoas criativas, abertas e ávidas de conhecimento. Mas a realidade que temos é outra, no que diz respeito à Educação.

A escola se modernizou, mas está longe de atingir a igualdade de oportunidades para grupos ou classes, ou de democratizar as competências para um convívio social e político, ou seja, encontra-se restrita aos interesses de grupos que

controlam os valores sociais e culturais, reproduzindo-os e conservando-os. Jacques Delors[20] especialista internacional em educação reforça:

> Nenhuma pessoa vive sem a educação. Esta é a síntese do que pode diferenciar a sociedade subdesenvolvida e sociedade moderna fundamentada no conhecimento. A Educação é a causa principal da transformação social da vida das pessoas com consciência crítica, passível de entender, agir e transformar o mundo real em que vive. Compete à educação encontrar e assinalar as referências que impeçam as pessoas de ficar submergidas nas ondas de informações, mais ou menos efêmeras, que invadem os espaços públicos e privados e as levem a orientar-se para projetos de desenvolvimento individuais e coletivos. À educação cabe fornecer, de algum modo, os mapas de um mundo complexo e constantemente agitado e, ao mesmo tempo, a bússola que permite navegar através dele.(Unesco, 1995, p.12)

Nesse sentido, conclui-se que somente por via da Educação é possível superar a lógica excludente do capital, transformando pessoas capazes de assumir atitudes críticas diante da sociedade, na luta pela apropriação histórica dos direitos de acesso aos bens constituídos com seu trabalho.

O problema é complexo, pois os desafios são enormes no avanço do padrão mínimo de qualidade da Educação. Portanto, não será qualquer programa, por exemplo, elaborado a nível federal e aplicado nas escolas das redes públicas estaduais e municipais que irá salvar o déficit histórico que temos com a Educação pública.

A universalização da Educação pública de qualidade somente será um dia concretizada, quando o aporte de recursos e investimentos destinados à Educação, esteja voltado aos interesses dos trabalhadores. É certo, que só combateremos esse capitalismo excludente e elitista, que aqui se instalou, por meio da Educação (do conhecimento), e isso somente será possível quando tivermos superado a ideia de exclusão, de formação de pessoas capazes de assumir uma atitude crítica ante a sociedade, na luta pela apropriação histórica dos direitos de acesso aos bens estabelecidos com o seu trabalho.

> Num Estado moderno o sistema educativo tem sua missão intimamente associada à construção da cidadania, da equalização de oportunidades e de

20 Delors, Jacques. Economista de nacionalidade francesa, presidente da Comissão Europeia entre 1985 e 1995. Foi autor e realizador do relatório, para a Unesco, da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI, intitulado: Educação, um tesouro a descobrir. Disponível em: http;//www.comitepaz.br/dellors

> abertura de possibilidades para o crescimento, tanto individual quanto dos grupos socialmente organizados. (GARCIA, 2001, p.74)

Diferententemente dos governos anteriores, é importante ressaltar que o Programa *Mais Educação* foi lançado na efervescência de um governo para a classe trabalhadora, cujo objetivo era fazer com que milhares de crianças e jovens oriundos das camadas mais pobres da população tivessem acesso a um maior tempo de permanência na escola, ou seja, uma Educação integral atrelada a uma Educação de tempo integral, que respondesse às necessidades da classe trabalhadora, que clama por mais instrução e igualdade de condições de permanência e acesso a escola. O que de uma certa forma tentou romper no País com a velha fórmula de se fazer políticas públicas para a Educação, a fim de responder às necessidades da sociedade do capital.

No que concerne ao governo Temer, que sucedeu ao governo do Partido dos Trabalhadores, volta à tona o modo neoliberal de fazer políticas públicas. É onde o Programa *Mais Educação* é alvo de uma reformulação, e passam a valorizar o desempenho nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática, em detrimento do desenvolvimento do indivíduo, das condições intra e extras escolares.

Nessa discussão, os dois planos de Educação, compreendidos nos anos de 2001 a 2011 e de 2014 a 2024, colaboram no sentido de assegurar que as escolas brasileiras atendam gradativamente seus alunos em tempo integral[21], com uma Educação escolar de *qualidade.*

Por não considerar na elaboração e implantação de uma política pública de educação os fatores sociais, bem como os contextos locais dos agentes envolvidos, é que surgem as contradições na elaboração e avaliação das políticas públicas de educação que sempre estarão atreladas às políticas externas, orientadas pelas regras e leis do mercado por parte do governo Federal, e onde os principais sujeitos desse processo se veem alijados de uma verdadeira educação de qualidade. Tendo a sua avaliação focada pela "*premiação de resultados".*

21 A Educação (em tempo) integral está presente na legislação Nacional brasileira por meio da Constituição Federal de 1988, nos artigos 205,206 e 227; no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei n°8069/1990); na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n°9.394/1996) nos artigos 34 e 87. (BRASIL, 1998)

Com efeito, os instrumentos de controle, como o Banco Mundial, por exemplo, pois o País continua recebendo os seus empréstimos, coloca como tônica da questão o financiamento e as avaliações, de tal modo que a legislação e os sistemas de ensino foram se adequando às exigências do mercado, e a questão da qualidade significa produtividade e desempenho.

Como contradição, temos as políticas públicas da Educação orientadas pelas leis e regras do mercado, atendendo às demandas do setor produtivo, enquanto opera na lógica que é do Estado a responsabilidade de garantir a Educação. Nesse sentido, deixa transparecer a ideia de que está garantindo os direitos à Educação.

Explorando toda essa discussão, vemos que a educação institucionalizada na atual sociedade, sempre estará a serviço da legitimação dos interesses dominantes, e o programa *Novo Mais Educação* não foge à regra, pois opera em subordinação aos interesses do capital.

De fato, ter-se-ia que pensar um trabalho a médio e longo prazo, mais amplo, com o envolvimento de toda a sociedade civil, e ter a clareza de que a garantia do padrão de qualidade se potencializa à medida que são postos em prática todos os recursos para a modernização da Educação. O quadro que exemplifica os principais pressupostos legais que fundamentam a política educacional referente ao Programa *Novo Mais Educação*, encontra-se no anexo dessa pesquisa.

4 O NOVO MAIS EDUCAÇÃO NO MUNICÍPIO DE FORTALEZA

4.1 A POLÍTICA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE FORTALEZA

Nesse capítulo, será abordado o contexto político em que se deu a implantação do Novo Mais Educação no Município de Fortaleza, com a orientação do Governo Federal em reduzir os baixos indicadores voltados à alfabetização das crianças nas séries iniciais e finais mediante a ampliação da jornada escolar.

Na esfera municipal, oficialmente, a ampliação da jornada escolar no Munícipio de Fortaleza, ocorreu na gestão da ex-prefeita Luizianne Lins de Oliveira, que aderiu ao Programa *Mais Educação* em outubro de 2008, na intenção de melhorar os índices das escolas públicas municipais que encontravam-se baixos, segundo critérios do IDEB.

Foi exatamente nesse período, precisamente de 2005 a 2008, que ocorreram as deliberações que iriam constituir a política Municipal de Educação de Fortaleza, na gestão da ex-prefeita Luizianne Lins de Oliveira, com a criação da Secretaria Municipal de Educação, atual (SME) em julho de 2007, que modificou toda a atual estrutura administrativa dessa secretaria.

Todos os documentos elaborados pela gestão municipal de Fortaleza, se deram com a adesão no primeiro semestre de 2007, por parte do Munícipio, ao Plano Compromisso Todos pela Educação, instituído pelo Decreto N°6.097/2007 de 24 de abril de 2007.

Com o objetivo de dar maior celeridade na elaboração e desenvolvimento de projetos e ações, priorizando o atendimento junto às escolas, e proporcionando maior autonomia aos órgãos, foi criada a Lei Complementar N°0039, de 13 de julho de 2007[22], quando ocorreu o desmembramento de duas Secretarias da Educação e Assistência Social.

Outras ações sucederam a essa macroação no âmbito municipal no ano de 2007, como a criação do Conselho Municipal de Educação (CME)[23], a instituição do

22 A Lei Complementar N°0039 de 13 de julho de 2007 desmembrou duas pastas com a destituição da Secretaria de Educação e Desenvolvimento e Assistência Social (SEDAS), com a criação da Secretaria Municipal de Educação (SME) e da Secretaria Municipal de Assistência Social.

23 O Conselho Municipal de Educação foi instituído pela Lei N°9.317 de 14 de dezembro de 2007 (FORTALEZA, 2007)

Sistema Municipal de ensino de Fortaleza e a criação do Plano de Cargos Carreiras e Salários (PCCS)[24] para a categoria magistério da Prefeitura de Fortaleza, visando à democratização do sistema de ensino público.

> Cada sistema de ensino há de implantar gestão democrática. Em Nível de gestão de sistemas na forma de conselhos de educação que reúnam competência técnica e representatividade dos diversos setores educacionais; em nível das unidades escolares, por meio da formação de conselhos escolares de que participe a comunidade educacional e formas de escolha de direção escolar que associem a garantia da competência ao compromisso com a proposta pedagógica emanada dos conselhos escolares e a representatividade e liderança dos gestores escolares. (PNE, 2001)

À prefeitura de Fortaleza cumpre atender, então, à meta XIII do plano de metas Compromisso Todos pela Educação, ao implantar o Plano de Cargos Carreiras e Salários para os profissionais da Educação Municipal, privilegiando o mérito, formação e avaliação do desempenho.

Essa adesão do Município de Fortaleza, ao referido Plano encontra-se fundamentado em vinte e oito Diretrizes, por via de um plano de competências políticas, técnicas e financeiras para a operacionalização de programas de manutenção e desenvolvimento da Educação Básica (PMDE), cujo caráter visa à melhoria dos indicadores educacionais, e de acordo com o que diz a Lei N°10.172 de 09 de janeiro de 2001, no seu artigo 2°(PNE,2011) " *A partir da vigência desta Lei, os Estados, Distrito Federal e os Municípios deverão com base no Plano Nacional de Educação, elaborar Planos Decenais correspondentes".*

Todo o suporte técnico e financeiro manifestado pela União, às redes públicas da Educação Básica dos Estados, Distrito Federal e Municípios se dá mediante o Plano de Ações Articuladas (PAR)[25] durante a elaboração do seu PAR, a Secretaria Municipal de Educação, baseou-se numa ferramenta disponibilizada pelo MEC, que mapeava o sistema municipal de ensino nas suas quatro dimensões básicas, por meio do SIMEC (Sistema Integrado de Monitoramento Execução e Controle do Ministério da Educação), que flexibilizou a elaboração do PAR.

24 O Plano de cargos carreiras e salários (PCCS) foi criado através do Decreto N°6.094/2007 que define um piso salarial para os professores da Educação Básica em determinação ao que preconiza a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996. (FORTALEZA, 2007).

25 O Plano de Ações Articuladas (PAR) tem como competência o diagnóstico da situação educacional dos sistemas de ensino em quatro dimensões básicas: formação de professores e profissionais de serviço e apoio escolar; gestão educacional; práticas pedagógicas e avaliação; infraestrutura e recursos pedagógicos. (FORTALEZA, 2007).

A Secretaria Municipal de Educação de Fortaleza passou a reunir todos os seus esforços na elaboração desse documento (PAR), cujas diretrizes são pautadas no Decreto N°6.094, de 24 de abril de 2007, referente ao período 2007 a 2010, e posteriormente, 2011 a 2014 e 2015 a 2018.

Existia, também, uma preocupação por parte de gestores e técnicos da SME e suas coordenadorias em estruturar e organizar sua política educacional em relação à avaliação de qualidade e rendimento dos estudantes. Foi, então, que a Secretaria Municipal de Educação formulou suas Diretrizes Curriculares para o Ensino Infantil e Fundamental.

Foi com a chegada ao Paço Municipal no ano de 2013, do atual Prefeito Roberto Claudio Rodrigues Bezerra para o primeiro mandato 2013 a 2016, sendo reeleito para o segundo mandato 2017 a 2020, que a política educacional do município de Fortaleza foi ganhando novo redimensionamento, ocorrendo, então, uma descontinuidade das políticas municipais que vinham sendo implementadas no governo que antecedeu a atual gestão.

A primeira ação tomada, foi a criação do Decreto municipal N°13.165, de 27 de maio de 2013[26], que se refere ao reordenamento do parque escolar da rede municipal de ensino de Fortaleza entre os seis distritos de Educação, em consequência do crescimento demográfico do Município.

Cinco anos mais tarde, com a criação de várias escolas de tempo integral, o atual prefeito de Fortaleza, Roberto Claudio Bezerra, pelo Decreto N°14.230, de 06 de junho de 2018, publicado no Diário Oficial do Município, redefine para “fins pedagógicos” o parque escolar da rede municipal de Fortaleza, entre as seis coordenadorias dos Distritos de Educação, conforme o quadro seguinte.

26 Decreto exclusivamente para fins pedagógicos, reordenando o parque escolar da rede municipal de ensino de Fortaleza entre os seis distritos de Educação. (FORTALEZA, 2013).

Quadro 5 - Unidades escolares por distrito de educação

Distritos de Educação	ESCOLAS PATRIMONIAIS DE TEMPO PARCIAL	CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL (CEI)
SER I	45	21
SER II	42	29
SERIII	41	20
SER IV	46	34
SER V	45	28
SER VI	50	29
TOTAL=06	**TOTAL=269**	**TOTAL=161**

*Fonte: SME/2018 Coordenadoria de Planejamento (COPLAN).

Estão nesse quantitativo as escolas municipais de tempo parcial que são no total de 269 escolas, conforme o quadro VI e, desse quantitativo duzentas e três escolas que contemplam o Programa *Novo Mais Educação* por serem escolas de tempo parcial da rede pública municipal de ensino de Fortaleza. Não foram acrescentados nessa contagem: as escolas de tempo integral no total de vinte e três escolas distribuídas por Distrito de Educação; o anexo escolar, centros de atendimento educacional especializado; e as creches, por não constituírem em escolas patrimoniais que possuem autonomia administrativa.

Esse reordenamento veio também redistribuir as atribuições da gestão nas unidades escolares em 2013, que foi alvo de uma alteração no modelo de seleção dos gestores, por meio de uma regulamentação da Prefeitura Municipal de Fortaleza, via Portaria N°123, de 27 de maio de 2013[27], diferente do proposto no Relatório do 1° Ciclo de Monitoramento das Metas do (PNE) biênio (2014-2016), apresentado pelo INEP/MEC.

> O conceito de gestão democrática da escola está ancorado no fato de: a escolha de diretores deve ocorrer a partir da critérios técnicos de mérito e desempenho, associados à participação da comunidade escolar; a escola possuir autonomia pedagógica, administrativa e de gestão financeira; a elaboração do projeto pedagógico, currículos escolares, planos de gestão escolar, regimentos escolares e constituição de conselhos escolares ou

27 A Portaria N°123 de maio de 2013 estabelecia a seleção pública para os cargos em comissão de Diretor e Coordenador Pedagógico, restrito a professores da Rede Municipal, Estadual e Federal de Ensino, bem como o processo de seleção através de prova escrita, análise de títulos, curso de formação e entrevista. (FORTALEZA, 2013)

> equivalentes, envolver a participação e consulta às comunidades escolar (contando com alunos e seus familiares) e local, assegurando a participação dos pais na avaliação de docentes e gestores escolares. (Metas do PNE biênio 2014-2016, INEP, MEC)

A regulamentação para o cargo em comissão de Coordenador Pedagógico das escolas da rede municipal de ensino de Fortaleza, ocorreu por meio da Lei Complementar n°0150, de 28 de junho de 2013, por intermédio dos mesmos procedimentos para a seleção dos diretores e vices. Na gestão anterior, esse cargo não caracterizava cargo em comissão.

Mediante Portaria conjunta N°004/2018, de 10 de julho de 2018, publicada no Diário Oficial do Munícipio de Fortaleza, no dia 06 de setembro de 2018, a Prefeitura de Fortaleza dispõe sobre a distribuição dos cargos de Diretor Escolar, Vice-Diretor, Secretario Escolar, Coordenador Pedagógico da Educação Infantil e Coordenador Pedagógico do Ensino Fundamental nas unidades de ensino da estrutura administrativa da Secretaria Municipal de Educação, caracterizando todos os cargos em comissão.

Outra ação política de influência utilizada pela atual gestão diz respeito à avaliação externa[28], considerada carro-chefe das ações políticas e vinculada às pressões dos organismos internacionais, como um diagnóstico que viabiliza o compromisso assumido internacionalmente, por um conjunto de mudanças, orientações e diretrizes na gestão do sistema de Educação.

> Novos tempos requerem nova qualidade educativa, o que implica mudança nos currículos, na gestão educacional, na avaliação dos sistemas e na profissionalização dos professores. A partir daí, os sistemas e as políticas educacionais de cada país precisam introduzir estratégias como descentralização, reorganização curricular, autonomia das escolas, novas formas de direção das escolas, novas tarefas e responsabilidades dos professores. (LIBÂNEO, OLIVEIRA; e TOSCHI, 2013, p.43-44).

Somos sabedores de que Educação é um processo contínuo, junta-se a ela uma série de fatores para o alcance de bons resultados, como: o aumento de 180 para 200 dias letivos em 1996, por meio da LDB; o Plano de Desenvolvimento da Educação

28 A Avaliação externa é um instrumento de aprendizagem que realimenta todo o planejamento do ensino, pois tem como função diagnosticar, acompanhar e possibilitar o desenvolvimento do educando. É um motor contínuo de caráter, diagnóstico, formativo e cumulativo do desempenho acadêmico do estudante considerando os aspectos quantitativo e qualitativo.(FORTALEZA,2011, v,1.p.45-46).

(PDE) lançado em 2007; a introdução do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB); e as avaliações externas[29] que suscitaram alguns avanços.

Essas recomendações estão contidas no Relatório do Banco Mundial[30], documento intitulado “Prioridades e estratégias para a Educação,” que recomenda: a organização da Educação, o planejamento do currículo especificando os objetivos da aprendizagem, e a ênfase ao estabelecimento dos padrões de rendimento e resultados.

Sobre a avaliação externa e os indicadores de aprendizagem, o Plano Municipal de Educação trabalha com objetivos e metas para os dez anos, com base nos dados do Instituto Nacional de Ensino e Pesquisa (INEP), no âmbito administrativo estadual, municipal e particular e com índices e médias de proficiência registrados pelo sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB)[31]. O Novo Mais Educação entrou na política municipal de Educação de Fortaleza no ano de 2016, mesmo ano em que foi lançado pelo Governo Federal, no intuito de reduzir as taxas de repetência e melhorar a qualidade da aprendizagem.

Tanto a avaliação externa como a interna, seguem as orientações das Diretrizes Curriculares da Prefeitura de Fortaleza para o Ensino Fundamental, ao passo que o SAEB foi institucionalizado pela Portaria N°1.795, de 27 de dezembro de 1994, que tem como objetivo:

> Aferir a aprendizagem dos alunos e o desempenho das escolas de ensino fundamental, fornecer informações para subsidiar as implantações e revisões de planos e programas de qualificação educacional. (BRASIL,1994)

29 As avaliações externas nas escolas da Prefeitura de Fortaleza, em nível local é promovida pelo governo do Estado do Ceará, através do Sistema permanente de avaliação da educação básica do Ceará (SPAECE). A prova Brasil nas áreas de língua portuguesa e matemática são exemplos de instrumentos das avaliações externas em nível nacional do ensino fundamental. (FORTALEZA, 2007)

30 O Banco Mundial traz em seu relatório intitulado “Prioridades e Estratégias para Educação”, recomendações aos seus devedores acerca do acompanhamento dos rendimentos dos alunos, o que se ensina e o uso dos dados para melhor redistribuição dos recursos educacionais. O Relatório aponta a necessidade de mais privatização de mais gerenciamento por objetivos e uso de indicadores de desempenho e mais controle pelos usuários. (BANCO MUNDIAL, 1995)

31 O Sistema de Avaliação do Ensino Básico (SAEB) teve sua abrangência ampliada mediante a Portaria Ministerial N°931 de 21/03/2005 o SAEB passou a constituir-se de duas avaliações: a) Avaliação Nacional da educação Básica (ANEB), que mantém as mesmas características do SAEB: b) Avaliação Nacional do Rendimento no Ensino Escolar (ANRESC), mais conhecida como prova Brasil, a qual levanta informações sobre o empenho de cada uma das escolas urbanas, com mais de 30 alunos de 5° a 9° série o ensino fundamental. (FORTALEZA, 2007)

De acordo com o Censo Escolar de 2017, do INEP, cerca de 30% das matrículas na Rede Municipal de Ensino de Fortaleza foram de tempo integral. Foi a terceira Capital do País, somente atrás do Rio de Janeiro e São Paulo, e a primeira do Nordeste em matrículas de tempo integral (ETIs), com atendimento a mais de cinquenta e cinco mil alunos. Além das ETIs, dos centros de Educação Infantil e das creches conveniadas, os estudantes do Munícipio de Fortaleza são atendidos por programas de jornada ampliada tais como: @ integração[32], pró-técnico[33] e *Novo Mais Educação*.

Foram analisados nesta pesquisa, os dispositivos legais que normatizam a política da rede pública municipal de ensino de Fortaleza, como: leis, decretos e portarias considerados essenciais na fundamentação da política municipal de Educação de Fortaleza, cujo objetivo é conhecer quais as iniciativas e ações que estão sendo pensadas na elaboração de políticas públicas que visam a melhorar a aprendizagem dos alunos da rede pública municipal de ensino.

O tópico a seguir abordará a constituição histórica da escola José Sobreira de Amorim onde efetuei a pesquisa de campo, como ocorrem a organização e a operacionalização do programa Novo Mais Educação e o papel da gestão junto ao PNME no desenvolvimento dos índices e resultados da escola, e saber o que pensam coordenação, professores, pais e alunos sobre esse programa.

32 O @ "integração", tem por objetivo estabelecer uma metodologia que integra a educação básica com experiências socioeducativas realizadas pela Rede Cuca. Espera-se que o aluno torne-se protagonista de sua aprendizagem e que a Prefeitura Municipal de Fortaleza possa colaborar efetivamente no desenvolvimento intelectual, social e profissional na definição de trajetórias subjetivas de vida e no convívio social por meio da proposição de ações pautadas num fazer para e com a juventude. O @ "Integração" é resultado de uma parceria entre a Secretaria Municipal da Educação (SME) e a Coordenadoria Municipal da Juventude. Os 404 alunos participantes passam a manhã na unidade educacional e as tardes em um dos três CUCAS, na Barra do Ceará, no Mondubim ou no Jangurussu, desenvolvendo atividades como fotografia, informática, audiovisual, teatro, treino funcional, natação, vôlei, handebol, futsal, jiu jitsu, MMA, música e dança.(SME/2018).

33 O "Pro-Técnico" é um programa da Secretaria Municipal da Educação (SME) que acontece em nove polos espalhados pela cidade e pode atender a alunos do 9º ano de toda a rede municipal, conforme o número de vagas ofertadas. Os polos do Pro-Técnico estão nos bairros Vila Velha, Jardim Guanabara, Praia do Futuro, Edson Queiroz, João XXIII, Casimiro Montenegro, Luciano Carneiro, Granja Portugal e Messejana. Os 1.489 alunos participantes passam a manhã na unidade educacional e as tardes em um dos nove polos com aulas para suplementar o ensino básico.(SME/2018).

4.1.1 A constituição histórica da Escola José Sobreira de Amorim

De acordo com dados do (IPECE, 2007),[34] Fortaleza hoje abriga uma população de 627.482 habitantes, sendo que desse total cerca de 369.370 pessoas vivem em aglomerados subnormais. Em uma área de aproximadamente 314,930 km², Fortaleza é considerada a quinta capital mais densamente povoada do Brasil, composta por 119 bairros oficiais, que possuem elevada demanda por políticas públicas nos setores da Educação, Saúde, Infraestrutura, Saneamento Básico.

Com base na sua extensão territorial, população e atendimento de bens públicos, a administração do Munícipio de Fortaleza, na gestão do ex-prefeito (falecido) Juraci Vieira de Magalhães 1997 a 2000, sancionou a Lei N°8.000 de 29 de janeiro de 1997[35], onde dividiu a Capital cearense em seis regiões administrativas.

> Formadas individualmente por bairros circuvizinhos que apresentam semelhanças em termos de necessidades e problemas, para tanto, foi criada em cada região administrativa uma Secretaria Regional, denominadas de Secretarias Executivas Regionais. (FORTALEZA, 1997)

Portanto, para cada sede da região administrativa de Fortaleza foi criado um distrito responsável pelos serviços públicos prestados à população, tais como: Educação, Saúde, Infraestrutura, Assistência Social, Meio Ambiente e Defesa Civil.

Acontece que, com o passar dos anos, período de 1997 a 2017, a população aumentou consideravelmente, e outros bairros oficiais foram criados. Como consequência, observou-se que a maioria da população da cidade de Fortaleza, concentrou-se nos bairros das áreas das SERs V e VI, onde apresentam os menores indicadores sociais. Conforme o quadro VII, podemos observar melhor a distribuição populacional do Município de Fortaleza conforme região administrativa com base no Censo Demográfico de 2010, (IBGE).

34 O Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE), disponibiliza para a sociedade o Anuário Estatistico do Ceará, o qual contempla dados estatisticos permitindo a análise dos aspectos socioeconômicos e geográficos do Estado do Ceará e dos seus 184 munícipios. (IPECE/2017)

35 A Lei N° 8.000/1997 foi criada baseada na descentralização como meio de levar as decisões administrativas para junto do cidadão tornando a organização pública mais permeável as suas demandas: na intersetorialidade, considerando as necessidades dos cidadãos, o consumo dos serviços públicos, o planejamento das políticas sociais de forma integrada e articulada. (FORTALEZA, 1997)

Quadro 6 - Secretarias executivas regionais ondem concentram-se os bairros mais populosos

REGIONAIS	BAIRROS DA CAPITAL	POPULAÇÃO
REGIONAL I	15	363.912
REGIONAL II	21	363.406
REGIONAL III	16	360.551
REGIONAL IV	20	281.645
REGIONAL V	18	541.511 *
REGIONAL VI	29	541.160 *
TOTAL=	**119**	**2.452.185**

* Fonte: Censo Demográfico IBGE/2010.

Sob a jurisdição da Secretaria Executiva Regional VI (SER VI), situa-se a escola patrimonial lócus dessa pesquisa, no bairro Cajazeiras, que possui uma área de 3,3 km² e uma população de aproximadamente quinze mil habitantes, analisando aspectos de renda, longevidade e Educação. O seu Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é de 0,30 considerado baixo, o que situa esse bairro no quadragésimo nono pior índice entre os bairros da capital cearense.

Cajazeiras é um bairro de muitos contrastes, que cresceu próximo à BR-116, de um lado, há a expansão e a especulação imobiliária fomentada desde a copa do mundo de 2014, onde agregou casa e condomínios à região por localizar-se próximo ao estádio Castelão: por outro lado, como qualquer área periférica, padece de graves problemas sociais, como carência de serviços básicos e a violência (retratada na maior chacina já registrada no Estado, na comunidade do Barreirão, fato ocorrido no dia 27 de janeiro de 2018, e que ganhou repercussão internacional).

As diferenças socioeconômicas do bairro, são um agravante, pois os serviços básicos da Saúde à Educação pública deixam de ser ofertados em áreas específicas, como é o caso da comunidade do Barreirão e da Che Guevara, onde não há efetivo de políticas públicas por parte do Munícipio e Governo do Estado, e onde a população, além da violência, sofre com a ausência desses serviços.

> Se você tem bons serviços urbanos, a comunidade terá mais condições de controle da violência. Você terá ruas asfaltadas, iluminação, praças públicas, isso tudo leva a melhores condições de vida. É importante que se diga: a violência atinge um público bem maior hoje,. Vivemos o momento da violência

> difusa, que está presente em todos os lugares e em todas as horas, mas apesar de atingir a todos, temos as vitimas preferenciais, que são essas pessoas mais vulneráveis socialmente. (BARREIRA, Cesar. 2018. Em entrevista ao jornal Diário do Nordeste).

Cajazeiras, também, tem seus encantos e atrativos, pois é um bairro que possui facilidade de acesso pela BR-116; a avenida Paulino Rocha que dá acesso ao estádio Castelão; a beleza natural da lagoa Maria Vieira, onde gansos encantam moradores e visitantes; a sede da Polícia Rodoviária Federal;a capelinha do Rosário de Fátima e a igreja de São Diogo; a pracinha do conjunto Ubiratan Aguiar e do anel Viário; uma escola estadual que funciona nos três turnos e uma creche pertencente a Prefeitura Municipal de Fortaleza; por último a igreja de Confissão Luterana, única da denominação do Estado, e a Escola Municipal José Sobreira de Amorim, da Prefeitura de Fortaleza, na qual iniciei a pesquisa.

A escola Municipal José Sobreira de Amorim, era particular de propriedade do seu fundador Sr. Francisco Vanderlei Teixeira de Oliveira, que foi inaugurada em 31 de janeiro de 1994, anteriormente chamada de Pentágono, cuja finalidade era atender a demanda de crianças e jovens da comunidade que se instalava no bairro Cajazeiras e ocupava o residencial Green Park.

Havia um grande projeto de expansão imobiliária em seu entorno, o que não veio a se concretizar em razão das mudanças de ordem econômica. O mesmo ocorreu com a escola, com a diminuição do número de alunos e o aumento da inadimplência por parte dos pais, o que tornou inviável sua manutenção.

No ano de 2002, o bairro Cajazeiras passou a abrigar quinhentas familias das áreas de risco, advindas da Lagoa da Zeza, Favela do Tasso e Favela do Gato Morto do grande Tancredo Neves, e outras do interior do Estado. Diante dessa nova realidade, houve a necessidade da oferta de ensino público e gratuito que vinhesse a atender as demandas dessa população.

Tiveram início, então, as negociações para a venda do prédio para a Prefeitura Municipal de Fortaleza, uma vez que no referido bairro não havia escola pública municipal. Após o encerramento do ano letivo de 2002, a escola encerra suas atividades e começa a fazer parte da rede pública municipal de ensino de Fortaleza, como escola patrimonial, iniciando suas atividades em 02 de janeiro de 2003. Em julho do mesmo ano, foi registrada com o nome Escola Municipal Professor José Sobreira de Amorim através do Ato de criação da escola Decreto N°11420, de 26/05/2003.

Atualmente, a escola possui treze salas de aulas funcionando do infantil ao quinto ano do Ensino Fundamental, com capacidade para trinta e cinco alunos por sala de aula, funcionando nos turnos manhã e tarde das 07h às 17 horas, num total de trezentos e cinquenta e sete alunos atendidos na escola.

Em suas dependências a escola possui sala para a direção, sala para os professores, sala de atendimento educacional especializado (AEE), cozinha, biblioteca,parque infantil, almoxarifado, sala para secretaria, pátio interno, banheiros, espaços arborizados, sendo as dependências da escola acessíveis aos portadores de deficiência.

Entre os organismos colegiados em atuação na escola temos: o conselho Escolar, e a Congregação de Professores. Programas e Projetos: a escola funciona com o Programa Federal *Novo Mais Educação*, e entre os recursos e repasses recebidos pela escola temos: PMDE, PDDE (Educação básica) e PDDE (*Novo Mais Educação*).

A primeira visita realizada à escola, ocorreu após a anuência da titular da pasta da Secretaria Municipal de Educação de Fortaleza, mediante o processo N°373577/2018 vía ofício do MPPP/UECE a essa secretaria que solicitava a permissão para a realização do trabalho acadêmico de pesquisa na Escola Municipal José Sobreira de Amorim. As visitas e entrevistas ocorreram nos meses de outubro e novembro de 2018, num total de catorze visitas.

Inicialmente fui recebida pela supervisora da escola, que assumiu recentemente a função de coordenadora pedagógica, logo em seguida ela apresentou a professora que é a articuladora do Programa na escola (anteriormente o termo utilizado era coordenadora), que dissipou algumas dúvidas sobre o funcionamento do *Novo Mais educação*, assim como levou-me a conhecer a escola e os que fazem parte da comunidade escolar, que colaboraram com a pesquisa.

Fui levada à sala da direção pela articuladora, para conhecer a gestora responsável pela escola. em seguida, logo no primeiro dia de visita,foram entregues a diretora da escola, os seguintes documentos: 1) carta de apresentação da pesquisadora: 2) anuência da SME autorizando a pesquisa na unidade escolar: 3) cópia do projeto de pesquisa: em seguida, fiz uma explanação da minha presença na escola na sala dos professores. Alguns estavam em planejamento expliquei o teor da

pesquisa cujo tema é o *Novo Mais Educação*, e que gostaria de saber qual a percepção que a comunidade escolar tem sobre o (PNME) na escola.

A articuladora da escola é uma professora da rede municipal de Educação readequada de função (não encontra-se lotada em sala de aula regular), que tem disponibilidade de tempo, conhecimento acerca da comunidade escolar, habilidade em elaborar e coordenar programas e projetos, e bom relacionamento com os professores, alunos, e pais.

Na sala da direção, nos apresentou os documentos do Programa que estavam guardados e catalogados, tais como: Plano de Atendimento para o exercício 2018, o documento Diretrizes para o Desenvolvimento do Programa Novo Mais Educação nas Escolas Municipais de Fortaleza, e o projeto Político-pedagógico da Escola.

Iniciei as atividades na escola logo na primeira semana, usando de uma estratégia: a observação participante. Utilizei de um caderno de anotações e me coloquei como observadora, tentando captar toda a dinâmica da escola e dos que compõem a comunidade escolar, pois participava de conversas informais com professores, alunos e funcionários, o que facilitou compreender o cotidiano dessa escola, assim como a percepção desses atores sociais durante as entrevistas.

Durante a observação participante, pude vivenciar várias experiências, dentre elas o distanciamento que o pesquisador deve ter, pelo fato de ser também um ator do processo, cuja participação no cotidiano da escola, muitas vezes nos impede de conseguir enxergar o que está à nossa volta.

Na observação participante, tudo é aprendizado e tive a oportunidade de acompanhar o funcionamento do *Novo Mais Educação,* mediante as atividades realizadas, tais como: o acompanhamento pedagógico em Língua Portuguesa e Matemática; a participação nas atividades de Educação patrimonial, artesanato e judô. Participei das conversas com os professores e a articuladora do PNME, pessoal de apoio, gestão da escola e por último conversas informais que foram efetivadas com alguns pais de alunos, quando vão buscar seus filhos no término da aula.

As atividades de acompanhamento pedagógico em Língua Portuguesa e Matemática ocorrem nas salas de aula disponiveis na Escola e têm como finalidade trabalhar com as dificuldades dos alunos na leitura e escrita, bem como nas quatro operações aritiméticas; presenciei nas aulas de judô que servem para trabalhar a

concentração dos alunos mais inquietos e indisciplinados, além de ser também um exercício físico; na oficina de artesanato, os alunos fazem uso de vários materiais recicláveis como garrafas pet, fósforos, palitos de picolé, tecidos, para confeção de caixas, panos de prato, etc; por último, a oficina de Educação patrimonial, que procura mostrar aos alunos através de gravuras, vídeos, exposição de cartazes, rodas de memória e documentários audiovisuais, a importância de preservarmos nossos patrimônios históricos. Percebi que os alunos gostam muito das atividades nas oficinas, procuram não faltar a nenhuma delas, e são bastante participativos também, pois, para eles, tudo é novidade. Quantos aos professores eles tentam repassar as oficinas de acordo com as orientações do Programa, e planejamento elaborado por eles.

Depois de uma semana na observação participante, iniciei as entrevistas com os membros da gestão. A primeira entrevistada foi a diretora da escola e as perguntas foram organizadas de acordo com o tema central desta pesquisa.

A entrevista é uma técnica, cujo objetivo é conhecer a percepção das pessoas sobre o mundo, aplicando-se uma expressividade dialógica. Ela dá sentido ao trabalho de campo, por envolver os sujeitos sociais em relações interpessoais. Para tanto se faz necessário despertar nesses atores envolvidos, a confiança na pessoa do pesquisador e na sua atitude ética.

Foi repassado ao entrevistado, o roteiro elaborado das entrevistas, bem como ficou esclarecido que caso alguma pergunta viesse a causar algum constrangimento, não precisaria responder, e que as gravações só seriam realizadas quando autorizadas pelo entrevistado.

A conversa com a gestão foi bastante produtiva até para familiarização com a Escola e discutir como seriam desenvolvidas minhas ações na escola. As entrevistas com os membros da comunidade escolar foram realizadas na biblioteca escolar. A direção explicou que, no inicio de sua gestão, estava bastante preocupada com relação aos pais ausentes da escola, mesmo quando era realizadas as reuniões de pais e percebia que as crianças eram rebeldes carentes, não possuíam um bom rendimento na escola, só pensavam em brincar e só faziam as atividades que não exigiam grande esforço e concentração.

> Para a efetivação de boas políticas públicas de educação, faz-se necessário que nos gestores tenhamos uma boa formação e experiência em gestão, isso

> seria o ideal. Os diretores devem conseguir manter sua atenção voltada para as salas de aula e serem capazes de traçar objetivos claros que sirvam de base sólida para os professores e demais educadores. Ser capaz de analisar as potencialidades de desenvolvimento e aprendizagem da criança, para poder estabelecer os objetivos e os recursos educativos necessários para melhor alcança-los. (DIRETORA NA ESCOLA)

Ela reforçou o fato de que o *Novo Mais Educação*, enseja a possibilidade de extensão da jornada escolar, é bem fundamentado em seu caderno de orientações pedagógicas e no documento Diretrizes para o desenvolvimento do *Novo Mais Educação* nas escolas públicas municipais de Fortaleza, e que atualmente o Município de Fortaleza avançou bastante com o documento Diretrizes Curriculares do Ensino Fundamental, pois traz a educação integral como princípio norteador. Consoante, Teixeira:

> Educação não é privilégio, e sim um direito, não se pode conseguir uma formação integral em uma escola por sessões, com os curtos períodos letivos que hoje tem a escola brasileira. Precisamos restituir-lhe o dia integral, enriquecer-lhe o programa com atividades práticas, dar-lhes oportunidades de formação de hábitos de vida real, organizando a escola como miniatura da comunidade com toda a gama de suas atividades de trabalho, de estudo, de recreação e de arte.(TEIXEIRA, 2007, p.67)

Para a gestão dessa Escola, a Educação integral é, pois, uma ferramenta que propícia o desenvolvimento pleno do aluno (social, cultural e intelectual), dimensões essas que viabilizam o despertar de valores éticos, morais e sociais; e que entendem a importância desse Programa, mesmo diante das dificuldades, como indutor de uma política pública de educação integral.

4.1.2 O funcionamento do Novo Mais Educação na Escola José Sobreira de Amorim

No ano de 2016, houve a substituição, realizada pelo MEC, do programa Mais Educação*,* pelo *Novo Mais Educação* pela Portaria N°1.144/2016 que garante a ampliação da jornada escolar de crianças e adolescentes, com novos critérios para composição de turmas, alterações nos valores repassados às escolas (Resolução N°17 de 22 de dezembro de 2017), do Fundo de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

> Em Fortaleza, a Secretaria Municipal da Educação, compreendendo a importância desse programa para elevar os índices de aprendizagem, com, foco, essencialmente, no público de alunos com dificuldade de aprendizagem em leitura e escrita do 3°ao 5° ano e dos alunos do 6° ao 9° anos, pelo caráter de vulnerabilidade ao abandono, desistência e repetência escolar, concebe o Programa Novo Mais Educação como uma ação que integra política de gestão educacional desta secretaria, tornando o mesmo embrião da educação integral no município cumprindo ainda com as metas de ampliação da jornada escolar e do atendimento de tempo integral previstas no Plano Municipal de Educação de Fortaleza, instituído pela Lei N°10.371 de 24 de junho de 2015. (DOCUMENTO DIRETRIZES PARA O DESENVOLVIMENTO DO PNME NAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE FORTALEZA.2008, P.05)

Atualmente, são duzentas e três escolas contempladas pelos critérios técnicos do Programa, na rede municipal de ensino de Fortaleza, e mais quarenta e quatro escolas definidas pela Secretaria Municipal de Educação de Fortaleza, totalizando quarenta e duas mil e setecentos e quarenta e nove alunos assistidos pelo programa, entre crianças e adolescentes nas duzentas e quarenta e sete escolas da rede.

Nesse universo, encontra-se a Escola Municipal José Sobreira de Amorim, que desde 2016, trabalha com o Novo Mais Educação, e, nesse ano de 2018, através do seu plano de Atendimento, tem o número de alunos e de turmas desenvolvidas na Escola, de acordo com o quadro VIII:

Quadro 7 - Plano de atendimento do novo mais educação da escola municipal sobreira de amorim

NOVO MAIS EDUCAÇÃO	EXERCÍCIO 2018
Carga horária complementar semanal	15h
Número de alunos que participam das atividades complementares	155 alunos
Língua Portuguesa-Acompanhamento Pedagógico	06 turmas
Matemática-Acompanhamento Pedagógico	06 turmas
Educação Patrimonial	06 turmas
Judô	06 turmas
Artesanato	06 turmas

*Fonte: Escola José Sobreira de Amorim/2018.

No caso da E.M José Sobreira de Amorim, a opção da carga horária semanal tem duração de quinze horas de atividades complementares. Realiza-se duas atividades de acompanhamento pedagógico, sendo uma de Língua Portuguesa e uma de Matemática, com quatro horas de duração cada, e outras três atividades de escolha da escola dentre aquelas disponibilizadas no sistema PDDE Interativo, a serem realizadas nas sete horas restantes. As atividades escolhidas pela E.M José Sobreira de Amorim para o ano de 2018 foram: Língua Portuguesa, Matemática, Judô, Artesanato e Educação Patrimonial.

Seguindo as orientações gerais do (PNME), pela Secretaria Municipal de Educação, a escola deverá: 1) compor as turmas com alunos em dificuldades de aprendizagem, considerando o resultado das avaliações diagnósticas da rede em português (leitura e escrita) e matemática, de acordo com o plano de atendimento preenchido pela escola; 2) as escolas também poderão estabelecer parcerias locais na busca de espaços alternativos para desenvolver as atividades do programa em praças, campo de futebol, salão de igreja, etc; 3) acompanhar a frequência e a participação dos alunos no programa, assim como o desempenho dos mediadores e facilitadores. As atividades do programa Novo Mais Educação são desenvolvidas na própria escola, como nos relatou a articuladora do programa, e são assim distribuídas:

Tabela 1 - **Horário do Programa Novo Mais Educação/2018 (Turma A - Manhã)**

HORÁRIO	SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA
7:30h	português	português	português	português	artesanato
8:30h	judô	Ed. patrimonial	artesanato	Ed.patrimonial	matemática
9:30h	matemática	matemática	judô	matemática	judô

Fonte: Escola José Sobreira de Amorim

Tabela 2 - Horário do Novo Mais Educação/2018(Turma B - Manhã)

HORÁRIO	SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA
7:30h	português	Ed.patrimonial	judô	Educ.patrimonial	Judô
8:30h	matemática	matemática	matemática	artesanato	artesanato
9:30h	judô	português	português	português	matemática

Fonte:Ibidem

Tabela 3 - Horário do Novo Mais Educação/2018 (Turma C - Manhã)

HORÁRIO	SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA
7:30h	judô	Ed.patrimonial	judô	Ed.patrimonial	judô
8:30h	português	matemática	matemática	artesanato	artesanato
9:30h	matemática	português	português	português	matemática

Fonte:Ibidem

Tabela 4 - **Horário do Programa Novo Mais Educação/2018 (Turma A - Tarde)**

HORÁRIO	SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA
13:30h	português	português	português	Português	artesanato
14:30h	judô	Ed.patrimonial	artesanato	Ed.patrimonial	matemática
15:30h	matemática	matemática	judô	matemática	judô

Fonte:Ibidem

Tabela 5 - Horário do Programa Novo Mais Educação/2018 (Turma B - Tarde)

HORÁRIO	SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA
13;30h	português	Ed.patrimonial	Judô	Ed.patrimonial	Judô
14:30h	matemática	matemática	matemática	artesanato	artesanato
15:30h	judô	português	português	português	matemática

Fonte: Ibidem

Tabela 6 - **Horário do Programa Novo Mais Educação/2018 (Turma C - Tarde)**

HORÁRIO	SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA
13:30h	judô	matemática	matemática	matemática	
14;30h	português	português	judô	português	judô
15:30h	matemática	Ed.patrimonial	português	Ed.patrimonial	

Fonte:Ibidem

Na escola José Sobreira de Amorim, as atividades do Novo Mais Educação acontecem no contraturno escolar, seguindo cronograma elaborado pela direção da escola e articuladora do Programa. A escola contempla as atividades de acompanhamento pedagógico (Língua Portuguesa e Matemática) e atividades complementares (Judô, Educação Patrimonial e Artesanato).

Cada turma tem vinte e cinco alunos, a exceção das turmas C manhã e tarde, pois têm respectivamente vinte e oito alunos, sob a orientação do mediador de aprendizagem e facilitador. As atividades do *Novo Mais Educação* acontecem nos espaços da escola, são eles: pátio da escola, salas disponíveis e biblioteca escolar. O quadro IX, exemplifica a organização dos espaços e recursos utilizados pela Escola.

Quadro 8 - **Plano de ação do programa novo mais educação/2018 na escola josé sobreira de amorim**

QUAIS SÃO AS ATIVIDADES?	ONDE FUNCIONAM?	PERÍODO DE FUNCIONAMENTO
ATIVIDADE: Língua Portuguesa **ACOMPANHAMENTO PEDAGÓGICO**	Salas de aula disponíveis	De segunda a quinta-feira/ Planejamento na sexta-feira
ATIVIDADE: matemática **ACOMPANHAMENTO PEDAGÓGICO**	Salas de aula disponíveis	De segunda a quinta-feira/Planejamento na sexta-feira
ATIVIDADES COMPLEMENTARES: artesanato	Biblioteca escolar/sala de aula disponível	Segunda, terça e sexta-feira
ATIVIDADES **COMPLEMENTARES**: educação patrimonial	Biblioteca escolar/sala de aula disponível	Quarta, quinta e sexta-feira
ATIVIDADES COMPLEMENTARES: Judô	Pátio escolar	De segunda a sexta-feira

Fonte: Escola José Sobreira de Amorim.

Para a inclusão dos alunos no Programa, a Escola analisou três pressupostos básicos: 1) os problemas de aprendizagem; 2) o nível de exclusão social das crianças; 3) e a intenção de fazer parte do Programa. A exclusão social, aqui mencionada, são crianças que permanecem por várias horas na rua, longe dos cuidados de um responsável, aquelas que sofrem abusos ou maus-tratos, que convivem com pessoas alcoolizadas ou com dependentes químicos. Essa avaliação só foi possível segundo a articuladora:

> Porque a escola vem ampliando os laços com as famílias, desenvolvendo um trabalho pautado na confiança e no respeito, só assim, a escola tem o conhecimento da real condição de vida de cada aluno. (ARTICULADORA DA ESCOLA)

Com efeito, o Programa se configura como elemento de articulação do binômio escola-comunidade, onde está voltada para o cumprimento de sua função,

que é fortalecer ações educativas nas áreas de cultura, esporte, direitos humanos e desenvolvimento social.

Nesse âmbito, as atividades de acompanhamento pedagógico e complementares na escola José Sobreira de Amorim visam ao incentivo da produção artística e cultural dos alunos, levando-os coletivamente a sua valorização e à ampliação das oportunidades de aprendizado. Vemos, no quadro a importância de cada uma delas.

Quadro 9 - Plano de ação do programa novo mais educação da escola josé sobreira de amorim

ATIVIDADES DE ACOMPANHAMENTO PEDAGÓGICO	ATIVIDADES COMPLEMENTARES
Acompanhamento de Língua Portuguesa: Orientação de estudos de leitura, escrita alfabetização e letramento.	**Artesanato**: Deve ser percebido pelo aluno, enquanto elemento cultural de expressão da arte, crenças, tradições e saberes através de suas produções artesanais.
Acompanhamento de Matemática: Orientação de estudos das quatro operações matemáticas.	**Educação Patrimonial:** Promover ações educativas para a identificação de referências culturais, e foralecimento dos vínculos das comunidades com seu patrimônio cultural e natural, com a perspectiva de ampliar o entendimento sobre a diversidade cultural.
	Judô: Desenvolver práticas corporais lúdicas e esportivas, enfatizando o desenvolvimento do aluno, atribuindo significados às práticas desenvolvidas com criatividade.

Fonte: Escola José Sobreira de Amorim.

As atividades de acompanhamento pedagógico em Português e matemática devem ter como foco a superação dos desafios apontados pela avaliação diagnóstica de cada aluno realizada pela Escola. As atividades devem ser coordenadas pelo articulador do programa na escola, de modo a garantir a sua articulação com o currículo e o projeto político-pedagógico e com as atividades propostas pelo sistema de ensino.

O articulador deverá atuar como elo entre o mediador de aprendizagem, responsável pela realização das atividades de acompanhamento pedagógico em

Português e Matemática dos alunos atendidos, e os facilitadores, para que as propostas pedagógicas entre si sejam complementares. Perguntei o que a articuladora acha sobre isso, ela respondeu:

> É uma articulação mesmo, uma espécie de interação pois tenho que interagir com o mediador de aprendizagem, com os alunos e facilitares para garantir efetivamente que o que foi planejado seja colocado em prática, e sejam atividades complementares uma da outra , um conteúdo ou atividade dotado de sentido para os alunos, e não um conteúdo a ser ensinado simplesmente por esta no planejamento ou na proposta pedagógica. (ARTICULADORA DO PNME NA ESCOLA)

Outra alteração do Programa foi realizada com relação a sua avaliação e monitoramento, que, agora no *Novo Mais Educação,* é realizada pelo Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação (CAED), via PDDE/ interativo, por meio dos resultados das avaliações diagnósticas e da elaboração de relatórios periódicos das atividades, o que consiste em informar dados sobre a implementação do Plano de Atendimento na escola, quanto ao número de alunos e turmas.

A elaboração dos relatórios de atividades pela Escola é uma condição necessária para continuar participando do Programa em anos seguintes. Além desse acompanhamento, a SME faz o seu por via das equipes da Coordenadoria de Articulação da Comunidade e Gestão Escolar, Distritos de Educação e da Célula de Superitendência Escolar.

Com relação ao acompanhamento do projeto, realizado pela Secretaria Municipal de Educação, entrevistei a responsável pelo acompanhamento desse Programa nas escolas. Conversamos sobre como é feito esse planejamento, execução e a avaliação das atividades. A técnica discorreu sobre o assunto:

> O acompanhamento das escolas que trabalham com o PNME, se dá através da equipe dos distritos de educação e superitêndencia escolar por meio de reuniões, visitas das formadoras as escolas para acompanhar os professores do programa e consequentemente observar as dificuldades enfrentadas e ver as ações desenvolvidas pelo programa, assim como, experiências, traçar estrátegias para resolver as demandas. (ACOMPANHA O PROGRAMA NA SME)

Já faz tempo que ela acompanha esse programa no âmbito da Secretaria de Educação. Então indaguei se ela percebe alguma mudança nas escolas que participam desse programa. Ela respondeu:

> Ocorre mudanças sim, é um programa que sempre soma, entretanto entre a proposta do programa (o que está escrito), com a realidade (a prática), existe uma grande diferença, mas notamos que as escolas se esforçam bastante para que tudo ocorra da melhor forma possível, assim como a Secretaria também, estamos sempre dispostos a solucionar as demandas por parte das escolas, acrescento que já foram realizados três Editais para seleção simplificada de mediadores de aprendizagem e facilitadores para atuarem no programa. (ACOMPANHA O PROGRAMA NA SME)

Pergunto se, na sua opinião, os índices do IDEB nas escolas da Prefeitura Municipal de Fortaleza melhoraram significativamente em decorrência das ações realizadas pelo Novo Mais Educação. Eis a resposta:

> É importante que as escolas sigam o documento diretrizes para o desenvolvimento do programa novo mais educação das escolas municipais de Fortaleza, pois lá encontram-se todas as orientações e diretrizes para o desenvolvimento do programa, mais as escolas devem também se apropriar da proposta do programa e buscar interação com toda a comunidade escolar, parcerias, articular estratégias para o funcionamento do programa, favorecendo um ambiente saudável e de aprendizado para todos os participantes. (ACOMPANHA O PROGRAMA NA SME)

Solicitei que resumisse a sua concepção do Programa, citando os pontos positivos e negativos, e se na sua avaliação ele deveria permanecer nas escolas.

> Ele deve continuar sim, nas escolas da rede pública municipal de ensino, no entanto temos que aguardar se vai acontecer alguma mudança a nível federal no âmbito educacional. Sobre seus aspectos positivos, ele procura melhorar o rendimento dos alunos em sala de aula, procurar oferecer atividades diversificadas no contraturno, tornando a escola mais atrativa, e sobre os negativos, existem muitas dificuldades ainda que devem ser superadas como a baixa remuneração dos professores do programa, os recursos que muitas vezes chegam atrasados de um exercício para outro, entre outros fatores. (ACOMPANHA O PROGRAMA NA SME)

Percebemos na fala dessa técnica que todas as ações e resultados no Programa Novo Mas Educação somente serão efetivados dependendo da maneira como a escola abraça esse Programa, como se posiciona diante dos resultados tanto positivos como negativos, quebrando as barreiras por uma educação de qualidade, apoiando e incentivando a participação de toda a comunidade escolar na promoção de uma educação integral para as crianças e jovens.

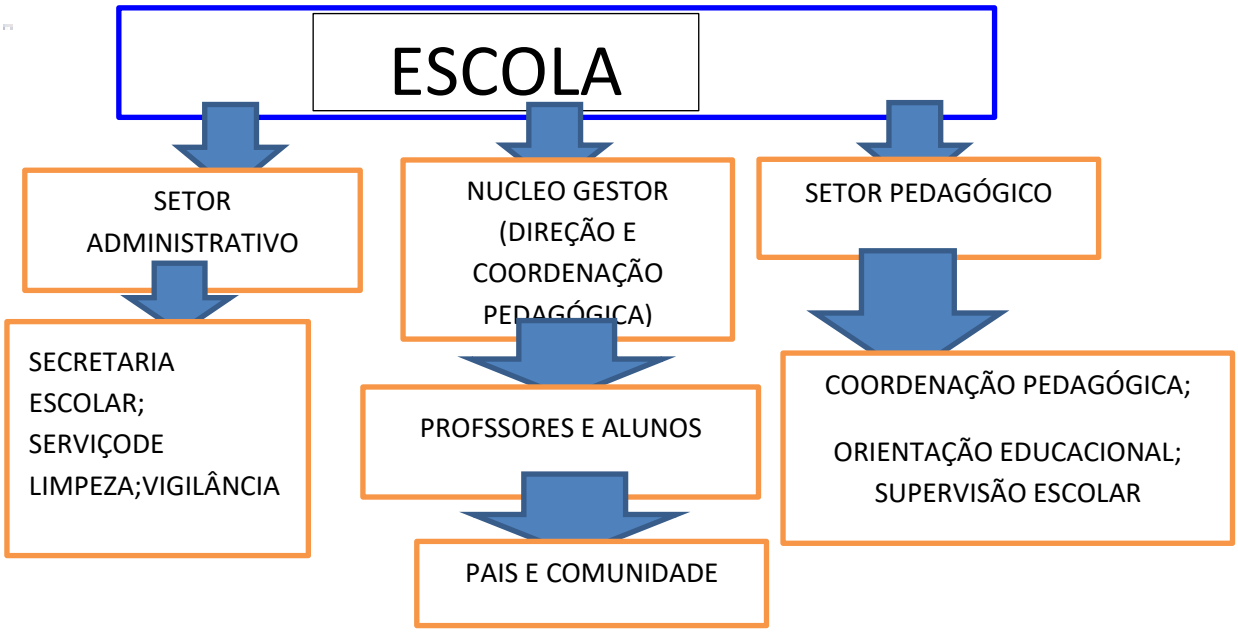
4.1.3 A Gestão da escola

Esta pesquisa pressupõe que os profissionais atuantes na gestão da escola podem influenciar o ambiente escolar, colaborando com recursos necessários para o sucesso das atividades de ensino.

Ao compreender, que na escola, pública suas ações e atividades se organizam em meio à diversidade de situações, tornam-se indispensáveis ao bom funcionamento da instituição escolar os seguintes fatores: o regimento da escola; o planejamento escolar; o projeto político pedágogico; além de outros condicionantes, como o preparo dos professores, as condições de trabalho didático-pedagógico, a estrutura fisica escolar e fatores socioeconômicos.

Nesse caso, caberá à gestão da escola a coordenação do trabalho escolar, que se realizará deliberando às ações coletivamente, por meio da divisão de responsabilidades. O organograma abaixo, mostra como se realiza a organização interna da escola:

Figura 2 - Organograma básico da composição da estrutura organizacional da escola



Fonte: Gestão da Escola/2018

Esse organograma, expõe suscintamente todos os atores considerados responsáveis pelo trabalho escolar de modo articulado e colaborativo, partindo do

príncipio de que toda unidade escolar da rede pública municipal de ensino de Fortaleza necessita de uma organização interna, prevista nos seguintes documentos: Regimento escolar e Legislação municipal ou Estadual.

Com base nessa orientação, foi necessário analisar as percepções e interpretações sobre a realidade educacional de integrantes da equipe da gestão da escola investigada, composta pela Direção (gestor escolar), Coordenador Pedagógico e Orientador Educacional, sem perder de vista, a ideia de que escola produz e reproduz regras e orientações, emanadas das políticas da rede municipal de ensino de Fortaleza.

Dada essa prerrogativa, é que, nesta dissertação respeitou-se a realidade encontrada nessa escola municipal, no tocante à equipe de gestão da escola, considerada decisiva para o desenvolvimento do processo educativo. Pois à gestão escolar competem:

> Todas as atividades de coordenação e acompanhamento do trabalho das pessoas, envolvendo o cumprimento das atribuições de cada membro da equipe, a realização do trabalho em equipe, a manutenção do clima de trabalho e a avaliação de desempenho. (LIBÂNEO, 2013, p.475)

No ambiente escolar, essa equipe de profissionais tem como atribuições articular-se e colaborar uns com os outros, no sentido de que a escola como um todo possa produzir os melhores resultados possíveis no atendimento às necessidades dos educandos. Discorrendo sobre a gestão democrática e participativa da escola, Paro entende que a gestão escolar:

> Abrange um conceito de democracia rigoroso e que leva em conta a convivência livre entre sujeitos, que impregna a própria prática pedagógica e contempla a participação autônoma de todos os setores envolvidos na escola. (PARO, 2008, p.01)

Essa participação se faz sentir quando as atribuições e os níveis de poder de cada um estão claramente definidos, como o grau de envolvimento, interesse e compromisso de cada um quanto à efetividade de uma gestão democrática. Mesmo sabendo da necessidade de ser ter uma equipe gestora comprometida, em que cada um desenvolve seu papel de modo colaborativo, isso não é o que acontece na maioria das escolas municipais.

> Há ainda coisas que precisam ser feitas e independem de negociação, desagradam mais são necessárias. Fazer bem feito, o que tem de ser feito costuma ser tarefa pouco fácil e impopular. A gestão, portanto requer humildade e aceitação. Administrar a escassez, gerir conflitos, tomar decisões em situações complexas. E nada disso se aprende em manuais.(VIEIRA, 2008, p.25*).*

Cabe, então, ao diretor um esforço humano coletivo na busca de objetivos da instituição e, nesse sentido, somar esforços junto ao coordenador pedagógico ou, na falta deste, ao supervisor escolar, agregar aspirações, desejos e expectativas da comunidade escolar com a participação de todos os segmentos.

A função de coordenador pedagógico, assim como a do diretor escolar, são exclusivas de cargo em comissão, sendo que essa função é recente nas escolas municipais de Fortaleza, e foi instituída pela Portaria N°174, de 11 de julho de 2008, cujo objetivo visava à criação desses cargos na perspectiva de elevar os indicadores de rendimento escolar dos alunos.

Outras duas funções que auxiliam o diretor escolar e o coordenador pedagógico nos processos pedagógicos da escola, são as de supervisor escolar e orientador educacional. O supervisor escolar é aquele profissional que deve contribuir principalmente para a participação de todos os segmentos da escola na formulação de projetos para os desafios propostos, buscando a troca de experiências e criação de estratégias para encontrar alternativas, para as ações propostas.

Dadas as mudanças nas atribuições dos supervisores escolares das escolas públicas municipais de Fortaleza, eles poderão, de maneira automática, desde que em efetivo exercício em unidade escolar, assumir a função de coordenador pedagógico, sem necessidade de participação nas seleções públicas realizadas pela Prefeitura Municipal de Fortaleza.

Diferentemente das atribuições do supervisor escolar e do coordenador pedagógico, o orientador educacional é o responsável pelo acompanhamento individual dos alunos, e do relacionamento direto escola-pais. Portanto, a função do orientador educacional preocupa-se com a formação do aluno e em promover o desenvolvimento integral do educando. Sabedores de todos os profissionais que compõem a gestão da escola, esta pesquisa nos permitiu conhecer como a gestão se posiciona perante as percepções do Novo Mais Educação e como esse programa se efetiva na escola.

Inicialmente, foram entrevistados os membros que compõem a gestão da escola. A primeira entrevistada foi a diretora que exerce sua função desde 2013 (Diário oficial do Munícipio de Fortaleza N°15.241 de 17 de março de 2014), ela possui graduação em pedagogia e pós-graduação em Gestão Escolar. Quando perguntada, o que mudou na escola após a implementação do PNME, a diretora responde:

> A melhoria do processo ensino aprendizagem, pois todo programa ou projeto que venha a fortalecer a maior permanência dos alunos na escola será sempre bem vindo, é um programa que não deixa de ter uma intervenção pedagógica específica para as disciplinas de português e matemática com foco na melhoria da aprendizagem o que é super importante, para termos conseguido superar nossas metas, ou seja, é mais um fator colaborativo que veio para somar na escola.(DIRETORA NA ESCOLA)

Ante o relato da diretora, apontando os aspectos positivos do Programa, verificamos que mesmo não garantindo uma Educação integral, pois envolve outros aspectos, existe no Novo Mais Educação a possiblidade de serem desenvolvidas habilidades e competências no educando, mediante o processo ensino-aprendizagem. A diretora nos diz:

> A importância do PNME, na escola não se resume somente a colaborar com o aumento dos índices do IDEB na escola, esse programa contribui para que a escola se torne um espaço atrativo para os alunos de todas as faixas etárias e níveis de ensino e leva alunos a perceber que a escola deve ser um espaço do aluno e da sociedade, é um local aberto a todos e a participação da comunidade. (DIRETORA NA ESCOLA)

Logo em seguida, foi entrevistada a articuladora do (PNME) na Escola. Informou ser formada em Pedagogia e que atua como articuladora do programa na escola há quatro anos. A articuladora fala como é realizado o planejamento das atividades do PNME na escola:

> Faz-se necessário que nós professores tenhamos conhecimentos não apenas acerca dos conteúdos teóricos básicos, mas também que saibamos lidar com a heterogeneidade de alunos com que temos contato diário, procurando dessa forma, atrelar as atividades do PNME com o projeto político pedagógico da escola e o currículo, pois os alunos que cursam o ensino fundamental na rede pública de ensino, apresentam grandes dificuldades em aprender a ler e escrever por não terem esse domínio. (ARTICULADORA DO PNME NA ESCOLA)

Quando perguntada sobre sua concepção de Educação integral, ela continua sua explanação de ideias e admite que o PNME, está longe de contemplar

uma Educação integral, que não se resume somente na garantia de o aluno ter o direito de passar mais tempo na escola.

> A tendência das políticas públicas para a educação, é que o tempo que as crianças e jovens passem na escola, aumente como acontece nos países desenvolvidos, se esse tempo ocorrer de maneira pouco planejada e sem estratégias efetivas, pode apenas desmotivar as crianças e os jovens, mas se esse tempo for empregado com qualidade, pode trazer benefícios ao aprendizado. Portanto, acredito ser um esforço conjunto PNME/escola de dar oportunidade ao aluno de ampliar seus conhecimentos em várias áreas, pois entendo que educação integral é dessa forma. (ARTICULADORA DO PNME NA ESCOLA).

Percebemos, na fala da articuladora do PNME, que somente a ampliação do tempo escolar, não necessariamente, garante aumento de aprendizagem, que, segundo a articuladora, se esse tempo não for empregado com qualidade, pode até desmotivar as crianças e jovens. Essa discussão nos remete a Paro quando diz:

> Que o trabalho de tempo integral não pode ser considerado apenas aulas dadas... É preciso maior dedicação a um tempo de planejamento conjunto na elaboração de objetivos pedagógicos comuns, ainda que isso, isoladamente também não garanta o trabalho interdisciplinar. (PARO, 1988, p.89)

Durante a entrevista, essa profissional continua sua percepção, por que o PNME deve permanecer na escola:

> É notória a evolução dos alunos, a vontade de participar, a melhora do desempenho nas avaliações externas, a permanência dos alunos na escola, assim como o PNME gera condições de melhorar o ciclo social da pobreza no qual essas crianças se encontram, pois na escola o aluno tanto aprende como encontra-se protegido, da violência, do uso das drogas. (ARTICULADORA DO PNME NA ESCOLA).

Ela também cita que, mesmo o PNME permanecendo na Escola, precisa melhorar em alguns aspectos, e apresenta como pontos que precisam ser melhorados no Programa:

> A preocupação somente com o ensino das disciplinas de português e matemática no contraturno escolar, visando melhorar o desempenho dos alunos, pois acredito que o sucesso desse programa depende de uma gestão articulada com os demais segmentos da escola, uma grade curricular que busca a interface com as atividades do programa e materiais didáticos diversificados, tais como: cartolinas, pincéis,fichários, jornais,caderno de música, etc. (ARTICULADORA DO PNME, NA ESCOLA)

Continuamos com as entrevistas, com outro profissional que possui relevada importância e que compõe o quadro da gestão da Escola, a supervisora escolar, que assumiu a coordenação pedagógica da escola. Ela trabalha os dois turnos na Escola possui graduação em Pedagogia e destaca quais os impasses e desafios que a escola vem enfrentando para que o Programa funcione sem ajustes ou deficiências.

> [...] Como maior investimento na infraestrutura da escola, como espaços adequados para o desenvolvimento das atividades, vestuários com armários individuais para os estudantes, para a atividade do judô, indispensável também um espaço para a realização dos alunos prepararem campeonatos, comemorações, etc, fortalecimento das relações escola e comunidade, aquisição de materiais diversos, parceria da comunidade com a escola, entre outros. (COORDENADORA PEDAGÓGICA NA ESCOLA)

Quando indagada se percebeu alguma mudança na vida dos estudantes que participam do Programa na escola, ela registra o sentimento de pertencimento, que os alunos possuem com relação à Escola, e nos diz:

> A melhoria dos índices de aprovação, e consequentemente, nas avaliações externas, a autoestima dos alunos no desenvolvimento das atividades, a prevenção, pois a criança e o jovem não corre o risco de se envolverem com drogas, tráfico, assaltos, pois estão os dois turnos na escola. (COORDENADORA PEDAGÓGICA NA ESCOLA)

Sobre essa reflexão, na fala da supervisora sobre a ampliação da jornada escolar, Paro (1998, p.99) acentua que "*A visão de muitos educadores é a de que a escola é salvadora de todos os males, é aquela que vai resolver todos os problemas, e vai inclusive salvar seus estudantes das mazelas sociais*". A outra indagação a essa profissional, foi se o Programa colabora com o aumento dos índices da escola nas avaliações externas. Na sua fala, ela explica:

> Primeiramente, nos propúnhamos a estar sempre alerta com a frequência e desempenho dos alunos, através dos registros que fazemos, envolvemos todos os profissionais da escola em cada atividade , independente de trabalharem diretamente com o programa, pois buscamos fazer uma avaliação dos nossos resultados para tentar superar as dificuldades que indentificávamos, e o PNME com reforço nas disciplinas de português e matemática ajuda e muito quanto aos problemas de aprendizagem e continuamos avançando com bons resultados. (COORDENADORA PEDAGÓGICA NA ESCOLA)

Ao analisar, os discursos dos entrevistados pudemos perceber que ainda se compreende a questão da escola de tempo integral por meio do PNME, como um mecanismo que contribui para a proteção integral do aluno, pelo fato de passar mais tempo na escola, Guará avalia a Educação de tempo integral, fazendo uma interação com a proteção integral, quando diz:

> A educação integral é um direito de toda criança, uma garantia, uma salvaguarda relevante de promoção de equidade para os que se encontram mais prejudicados em sua cidadania, muitos dos quais apresentam déficits de aprendizagem e vivem em famílias que não conseguem oferecer a seus filhos a atenção e a educação a que têm direito. (GUARÁ, 2009, p.71)

Na realidade, muitos aspectos estão ligados a essa relação família, aprendizagem e sucesso escolar, todavia a escola, como espaço de socialização, deve propiciar o desenvolvimento pleno das potencialidades do educando, e que a ampliação da jornada escolar deve oferecer melhores condições para a efetivar uma educação de qualidade. O orientador de aprendizagem é, portanto, esse profissional encarregado de reunir esforços para a aprendizagem dos alunos e sua permanência na escola, fazendo essa interação junto à família.

A Escola José Sobreira de Amorim conta com duas orientadoras de aprendizagem, cujo trabalho é desenvolvido juntamente com o professor efetivo em sala de aula, no tocante ao aprendizado dos alunos e com as famílias com relação ao acompanhamento direcionado de seus filhos. Sobre essa perspectiva foi entrevistada a orientadora educacional, graduada em pedagogia e pós-graduada em Planejamento Educacional. Ela trabalha na escola há quinze anos e nos relatou:

> [...] A integração das atividades do PNME, com o currículo é efetivada através do acompanhamento pedagógico nas disciplinas de português e matemática, que procura reforçar as atividades desenvolvidas em sala de aula. (ORIENTADORA EDUCACIONAL NA ESCOLA)

Ainda, conforme a entrevistada,

> A escola adota práticas de ensino-aprendizagem no PNME, que seja aberta a novas experiências, novos saberes, que priorize o “conviver com as diferenças” uma educação centrada verdadeiramente no aluno. (ORIENTADORA EDUCACIONAL NA ESCOLA)

Não foi possivel entrevistar a outra orientadora da escola pois estava sob licença médica para tratamento de saúde. Continuando a entrevista com a orientadora

educacional em exercício na Escola, pergunto de que modo ela avalia o PNME como uma política pública de Educação integral, ela responde:

> Por educação integral, entendo que seja uma formação comum indispensável ao aluno que trabalhe a socialização, a autonomia dos educandos, sua formação como cidadão, são príncipios e valores que devem ser trabalhados através de ações concretas dentro do programa, que possam ter uma funcionalidade para a vida do aluno. (ORIENTADORA EDUCACIONAL NA ESCOLA)

Dada essa premissa, compreende-se que a Educação integral não se reduz à extensão diária da escolaridade, fazendo-se necessárias estratégias e instrumentos que trabalhem o aluno na sua integralidade, autonomia e emancipação, e o PNME não vai além, pois se limita a fazer o “dever de casa”, ou seja, contribuir para alavancar os índices das avaliações externas nas disciplinas de Português e matemática.

Nesse desfecho, é pertinente ressaltar que o grande aspecto da Educação integral não é mais tempo na escola, mas o que se faz com esse tempo. Assim é que nessa perspectiva, o PNME necessita de monitoramento, planejamento e avaliação de suas ações na escola.

4.1.4 A influência do Novo Mais Educação sobre os índices do IDEB na Escola José Sobreira de Amorim

Ao tratar do indicador de qualidade (IDEB), da atual política educacional brasileira, é importante esclarecer que os resultados das avaliações externas das escolas e sistemas de ensino da Educação Básica passaram a ser considerados como o principal parâmetro de qualidade da Educação no Brasil. Nesse contexto, o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) prôpos um indicador para aferição da qualidade da Educação.

> O IDEB é um instrumento que visa subsidiar o acompanhamento das metas de qualidade do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), para a educação básica, foi criado em 2007 porém sua série histórica iniciou-se em 2005, quando foram estabelecidas metas bienais de qualidade a serem atingidas, não apenas pelo país, mas por escolas, municípios e unidades da Federação. (HADDAD,2008)

Dada a sua relevância, o IDEB se constitui numa iniciativa do Governo Federal, um meio utilizado para coibir tanto a reprovação como a prática de aprovar alunos que nada aprenderam, ou tiveram um desempenho abaixo da média.

> A meta do Brasil é que em 2021, na escala de 0 a 10, esse índice seja 6,0 media que corresponde aos sistemas educacionais de países desenvolvidos. Logo para o MEC todas as redes deverão melhorar os seus índicadores para atingir essa meta posta no PDE. (HADDAD, 2008)

Como pretensão de ver solucionado o problema, com os índices, o PDE definiu metas e submetas para 2021 a serem alcançadas por escola, Munícipio, Estado e pela União, no período de 2007 a 2021. A priori, para atingir essas metas, será necessário a regularização do fluxo escolar, de modo a diminuir ou estancar as reprovações e o abandono e o desempenho das escolas, de modo que o Brasil consiga atingir o patamar educacional da média dos países da OCDE.

Em outras palavras, isso significa caminhar muito progressivamente para um IDEB igual a 6,0 em 2021, ano do Bicentenário da Independência Política do Brasil, portanto o IDEB hoje, encontra-se consolidado como um instrumento de aferição das avaliações externas, indutor da qualidade do ensino público, que possibilita conhecer o produto final dos processos de aprendizagem das redes de ensino.

No papel de pesquisadora, durante às visitas que realizei na escola, fui me apropriando de materiais, como documentos e registros exclusivos da Escola, que demonstrassem quais as ações ou intervenções que ela realiza no que se refere às políticas de avaliação externa, levando-se em conta os resultados relacionados â melhoria do fluxo escolar e do desempenho dos estudantes nos exames padronizados.

As ações reunidas na sequência, foram extraídas dos documentos catalogadas e das entrevistas, em relação ao uso dos dados educacionais, como modo de melhorar os resultados do IDEB e na utilização de estratégias para maximizar o nível de aprendizado dos alunos.

A) Visita domiciliar às familias dos alunos com baixo rendimento escolar, ou que deixaram de ir à escola.

B) Aulas no contraturno escolar, nas disciplinas de Português e Matemática, oferecidas no *Novo Mais Educação.*

C) Testes de sondagem (simulados) nas áreas de Português e Matemática para os estudantes que apresentam dificuldades de aprendizagem.

D) Monitoramento da frequência e aprendizagem dos alunos,com suporte no registro dos professores.

E) Discussão, em momentos das reuniões de planejamento na escola, sobre os resultados das avaliações externas, com vistas a identificar os problemas para superá-los.

Essas ações, entre outras, caracterizam a dimensão do trabalho desenvolvido na escola, e demonstram o quanto a equipe da gestão está envolvida nesse trabalho, o que indica uma melhora acentuada no aproveitamento e/ou desempenho dos alunos no IDEB/2017. O Quadro XI, específica os dados do IDEB na escola.

Quadro 10 - Indicadores relacionados à avaliação externa da escola

Indicadores Série Iniciais/EF	**2015**	**2017**
Proficiência em Língua Portuguesa	207,8	230,2
Proficiência em Matemática	207,1	240,7
Nota Média Padronizada Português	5,8	6,6
Nota Média Padronizada matemática	5,6	6,9
Indicador de Fluxo (Rendimento)	0,93	0,98
IDEB Medido	5.3	6.6
IDEB Projetado	4.0	4.3
Taxa de Participação	95%	100%

*Fonte: INEP(http://portal.inep.gov.br/indicadores-educacionais).

Esse conjunto de ações, incentivado pela gestão da escola, reunindo esforços para o desenvolvimento da aprendizagem dos alunos, torna-se válido desde que realizado continuamente, e não somente quando da necessidade de conseguir “atingir as metas”, projetadas pelo MEC/INEP nas avaliações externas. Portanto, essas iniciativas aqui relacionadas devem ser feitas rotineiramente pela escola, se o que se busca efetivamente é a aprendizagem dos alunos.

As Diretrizes Curriculares para o Ensino infantil e Fundamental, formuladas em 2011 e publicadas no mesmo ano, atendendo ao disposto no artigo 26 da LDB de 1996, traduz a proposta pedagógica para as escolas municípais de Fortaleza, ressaltando a importância da avaliação externa:

> A avaliação é um instrumento da aprendizagem, que realimenta todo o planejamento do ensino, pois tem como função diagnosticar, acompanhar e possibilitar o desenvolvimento do educando. É um motor contínuo de caráter diagnóstico, formativo e cumulativo do desempenho acadêmico do estudante, considerando os aspectos quantitativos e qualitativos. Desta forma, ela possibilita tanto a aceleração dos estudos quanto o avanço, haja visto o aproveitamento de estudos concluídos com êxito. (FORTALEZA, 2011, v,1,p.45-46)

Uma critica a essa sistemática de avaliação em vigor parte do princípio de ser notório que o nosso sistema educacional é muito complexo, e parte de conjunto de variáveis (infraestrutura, salários, condições de trabalho dos docentes, etc), de que o IDEB sozinho não dá conta, se quisermos analisar a qualidade da Educação brasileira somente por esse indicador.

Preocupante, também, é a maneira como a aferição da aprendizagem dos alunos, se operacionaliza na escola, por via do *Novo Mais Educação,* que contribui com a supervalorização da leitura e da Matemática, em detrimento de outras disciplinas que compõem o currículo escolar, como História, Geografia, Ciências, Artes.

Durante as visitas à escola, foram coletados documentos que subsidiassem quais ações e procedimentos a escola colocou em prática, no que diz respeito às políticas de avaliação externa do Governo Federal, a partir dos resultados relacionados à melhoria do fluxo escolar e do desempenho dos estudantes nos exames padronizados, bem como registros indispensáveis ao bom funcionamento da unidade escolar. O quadro XIII traz a relação desses documentos.

Quadro 11 - Relação dos documentos encontrados na escola

Relação do Documentos produzidos entre (2013-2017)	**ESCOLA POSSUI**
Projeto político-pedagógico	Sim(x) não ( )
Regimento Escolar	Sim(x) não ( )
Plano de Desenvolvimento da Escola - PDE	Sim(x) não( )
Atas de Reuniões	Sim(x) não( )
Registro de Ocorrências (acompanhamento individual dos alunos)	Sim(x) não( )
Registros de acompanhamento (frequência dos alunos por turma)	Sim(x) não( )
Sondagem e Simulados nas áreas de Português e matemática	Sim(x) não( )
Registro de acompanhamento pedagógico dos alunos no contraturno nas disciplinas de português e matemática e nas atividades do PNME	Sim(x) não( )
Portaria N°1.144 de 10/10/2016 que institui o PNME	Sim(x) não( )
Caderno de orientações pedagógicas do PNME	Sim(x) não( )
Resolução N°5 de 25/10/2016 destina recurso financeiros de acordo com o PNME	Sim(x) não( )
Resolução N°9 de 19/07/2017 que altera as disposições da resolução N°5 que regulamenta a política educacional do PNME.	Sim(x) não( )
Diretrizes para o desenvolvimento do Programa Novo Mais Educação nas escolas municipais de Fortaleza.	Sim(x) não( )

* Fonte: Escola José Sobreira de Amorim

Esses documentos foram relacionados buscando: o projeto político-pedagógico e o planejamento escolar; a organização geral do trabalho escolar; e os documentos que norteiam o programa *Novo Mais Educação.* De acordo com a relação desses documentos, passamos a ter uma compreensão maior sobre a influência do PNME acerca dos dados do IDEB na escola e avançar quanto às estratégias de melhoria do rendimento escolar, pois segundo a diretora, esses números se traduzem.

> No empenho de toda a equipe, em acompanhar as turmas e alunos, além das aulas do PNME no contraturno escolar, em procurar frequentemente a familia do aluno faltoso; em criar um clima de comprometimento muito forte entre toda comunidade escolar. (DIRETORA DA ESCOLA)

A diretora dessa unidade escolar assumiu o cargo/função com a expectativa de melhorar o desempenho dos alunos, pois sabia dos problemas enfrentados pela comunidade e seu entorno, como a drogadição, violência, conflitos familiares e infrequência dos alunos.

Situação essa, que foi melhorando a partir de um trabalho desenvolvido na escola, junto aos pais e comunidade, com base no esclarecimento da importância das ações e atividades realizadas pela Escola, no acompanhamento dos alunos junto ao PNME, e no envolvimento de todos os que fazem a Escola nas ações planejadas. Acerca do problema, a diretora informa que:

> Existe uma grande carência de informações entre a maior parte dos pais, sobre o que realmente acontece com seus filhos na escola, numa reunião de pais, por exemplo são poucos que comparecem à escola; alguns se importam e são mais presentes na vida das crianças e outros não se importam muito com o que elas fazem ou deixam de fazer, o que pode auxiliar ou dificultar a vivência escolar da criança. (DIRETORA DA ESCOLA)

Ela continua sua explanação, ressaltando que possui um calendário de reuniões sistemáticas com os pais de alunos do PNME, e que também participa de formação elaborada pela SME. Nesses momentos, são reunidas as dificuldades e compartilhadas as possíveis soluções para os problemas apresentados. A rotina do diretor na escola, entretanto é causada por uma série de ativismos que, às vezes lhe rouba o tempo de estar diretamente mais próximo ao Programa, por ter de dar conta de todas as demandas na escola. E ressalta:

> Quando chego à escola, não consigo seguir um planejamento que fiz no dia anterior, em virtude das emergências que surgem por todos os lados. Esses imprevistos podem implicar em coisas simples, como uma telha quebrada que precisa ser substituída para não causar acidente, um vazamento no cano, um professor que ficou doente e faltou, um aluno que se acidentou e não pode vir a aula. Esses fatos, fazem com que sejamos obrigados a nos reorganizar, e ainda conseguir resolver os problemas imediatos como a prestação de contas ou estar presente nas reuniões da Secretaria Municipal de Educação. (DIRETORA DA ESCOLA)

As escolas possuem autonomia para executar o PNME, na escolha das atividades dos macrocampos, desde que tenham como foco norteador as diretrizes do FNDE/MEC e orientações da SME, segundo as Diretrizes Curriculares do Município de Fortaleza. Vejamos o que explicam as Diretrizes:

> Formação com amplo desenvolvimento e emancipação do sujeito, que compreendido em sua multidimensionalidade, integra o córporeo, o psíquico, o intelecto, o cultural, o político, o ético, e o espiritual (...) todos os saberes apresentados ao educando devem partir da realidade e do contexto em que ele vive e hão de ser mediados pelo conhecimento científico, elaborado ao longo dos tempos; em síntese, todo conhecimento deve se destinar primeiramente para conhecer e interpretar a realidade em que se vive, e posterior e simultaneamente contribuir para transformar a realidade, a situação do educando e sociedade.(DIRETRIZES CURRICULARES DO ENSINO FUNDAMENTAL DO SISTEMA PÚBLICO MUNICIPAL DE ENSINO DE FORTALEZA, 2001,p.35)

Buscou-se fazer, nessa etapa da pesquisa, por intermédio das entrevistas, uma análise de como a escola se articula juntamente com a colaboração do PNME, para alcançar os objetivos definidos pela política educacional em desenvolvimento no Município de Fortaleza, que é a obtenção dos resultados satisfatórios nas avaliações externas e, consequentemente, a melhora dos índices do IDEB. Nas palavras da gestora da escola:

> O Novo Mais Educação, colabora e muito com a aprendizagem dos alunos na escola, e não se trata de mais um projeto dentro da escola, é um programa que acontece todos os dias no espaço da escola articulado ao projeto político-pedagógico (PPP) e ao currículo da escola. (DIRETORA DA ESCOLA)

Nessa circunstância, torna-se importante ressaltar as ações relacionadas às avaliações externas realizadas pela SME, que alavancou os índices das escolas, mediante uma avaliação diagnóstica que prepara os alunos para a prova Brasil; o apoio do Programa Alfabetização na Idade Certa (PAIC); e a divulgação dos resultados do IDEB, ressaltando a importância do envolvimento de toda comunidade escolar, nas escolas que tiveram bom desempenho; e o quanto os alunos avançaram na compreensão dos conteúdos do acompanhamento pedagógico de Português e Matemática.

Usada como instrumento de indução da qualidade do ensino público, a avaliação externa está consolidada e seus resultados visam a contribuir para a formulação das políticas educacionais. Inserido nesse contexto, o PNME implica

certamente, num insumo indispensável a colaborar com os indicadores utilizados para medir a Educação, haja visto o fato de que parte do volume dos recursos a serem repassados pelo governo estadual aos municípios, por meio dos recursos financeiros, pressupõe os resultados do desempenho das escolas e do Município.

4.2 ANALISANDO OS RESULTADOS DO NOVO MAIS EDUCAÇÃO NA ESCOLA: O QUE DIZEM A COORDENAÇÃO, PROFESSORES, PAIS E ALUNOS

O PNME traz em seus textos legais (Documento Caderno de Orientações Pedagógicas e o Documento Orientador Versão I) o objetivo de melhorar a aprendizagem de crianças e adolescentes em Língua Portuguesa e Matemática no Ensino Fundamental, mediante a ampliação da jornada escolar, o que, de certo modo não foi nenhuma novidade para a comunidade escolar, pois eles já trabalhavam com o Programa na versão anterior.

O grande desafio para a Escola foi mostrar para a comunidade do seu entorno, a importância do PNME na Escola, conscientizando os pais acerca de sua nova versão, para que seus filhos participassem do Programa, e demonstrando que, mediado pelo acompanhamento pedagógico nessas disciplinas ocorreria o avanço na aprendizagem dos alunos.

Nessa conjuntura dando continuidade às entrevistas, agora com professores, pais e alunos, perguntamos a uma professora lotada em sala de aula na Escola, com formação em Pedagogia e pós-graduação em Educação Inclusiva, que trabalha na escola desde a sua fundação, qual a sua percepção sobre o PNME. Ela assim respondeu, prontamente:

> Em meu entendimento, o PNME traz uma proposta produtiva pois leva uma oportunidade ao aluno de melhorar sua aprendizagem em português e matemática geralmente são essas disciplinas onde eles têm dificuldades, bem como tem avançado na qualidade de atendimento e traz a educação em tempo integral, como princípio, o que é muito bom, pois o aluno passa mais tempo na escola. (PROFESSORA ANA NA ESCOLA)[36]

36 Todos os nomes utilizados na dissertação são fictícios para preservar a identidade dos entrevistados.

Outra professora entrevistada possui graduação em Pedagogia é pós-graduada em Aperfeiçoamento no Ensino de Ciências e trabalha na escola há quatorze anos. Ela nos descreveu em quais aspectos o PNME deve ser aperfeiçoado:

> A escolha das atividades do programa deve levar em conta a realidade da escola, como o espaço físico, a quantidade de alunos, etc, o controle da frequência dos alunos, deve ser sempre pontuado junto às familias, no que diz respeito a participação dos filhos no programa, pois a participação das familias na vida escolar de seus filhos deve ir muito além do acompanhamento das notas e conversas obrigatórias com professor e direção, a escola deve abrir suas portas a comunidade, para que a comunidade possa se apropriar dela como um bem coletivo. (PROFESSORA ANA PAULA NA ESCOLA).

Ao considerar a evolução dos resultados do IDEB na Escola, as professoras atribuem a forma como o trabalho da gestão da escola é desenvolvido, com a participação de todos os profissionais em cada atividade planejada. Quando indagada sobre a importância do PNME para a Escola, ela respondeu:

> O papel do educador é despertar no aluno, o interesse pelo conhecimento para que ele possa desenvolver a sua criatividade e construir a sua própria história de vida. Crianças com dificuldades de aprendizagem, devem ser encorajadas a superar seus problemas a partir de suas reais potencialidades, o que de certa forma o PNME resgata isso, quando dá oportunidade para que essas crianças e jovens venham a aprender mais, através de outros recursos educativos. (PROFESSORA JULIA NA ESCOLA).

Dando sequência às entrevistas, buscamos descobrir quais eram as concepções dos alunos sobre o PNME, e qual a compreensão deles sobre a Proposta do programa, sua importância para a escola e seus resultados. Por isso, foi realizado o grupo focal, com dez alunos na faixa etária de dez a doze anos de idade, cujo objetivo era compreender as divergências das ideias, ou compartilhar das mesmas ideias, bem como interagir com o maior número possível de alunos participantes do Programa, ouvir suas opiniões, discussões e reflexões sobre o *Novo Mais Educação*.

Uma vez realizadas as entrevistas com os professores, senti então a necessidade de aprofundar a temática da pesquisa com os alunos, tendo em vista que o grupo focal proporciona momentos informais, e os estudantes se acham mais à vontade para expressar opiniões. A respeito do grupo focal, Gatti destaca:

> A técnica é muito útil quando se está interessado em compreender as diferenças,existentes em perspectivas, ideias, sentimentos representações, valores e comportamentos de grupos diferenciados de pessoas, bem como

> compreender os fatores que os influenciam, as motivações que subsidiam as opções, os porquês de determinados posicionamentos. (GATTI, 2005, p.14)

Nas entrevistas eles são espontâneos, quando perguntados sobre o que eles entendem sobre o PNME. Respondem que é muito bom passar mais tempo na escola, do que ficar na rua ou em casa sem fazer nada. Outro responde que têm dificuldade em aprender Matemática e esse “reforço” o auxilia a compreender o conteúdo.

Quando indagados acerca da diferença entre as atividades desenvolvidas no PNME, em relação àquelas da sala de aula regular, eles falam que, com as atividades do PNME eles têm oportunidade de aprender mais coisas, ficam motivados para vir no outro turno, enquanto que, na sala de aula regular, eles têm que fazer as tarefas todo dia, o que muitas vezes se torna cansativo. Indagados se ocorreram mudanças depois da implementação do PNME na escola, um aluno responde:

> Houve sim, a escola é boa e organizada, os professores das atividades do Novo Mais Educação são atenciosos com a gente, as aulas tem uma coisa diferente, pois aqui na escola todo mundo gosta de participar e sai feliz depois da aula, por isso é que nós queremos que esse programa continue. (ALUNO PEDRO NA ESCOLA).

Outros reforçaram a fala desse estudante, enfatizando que todos gostam muito de participar das atividades do Programa. Ressaltaram, ainda que cada um tem sua atividade preferida. Foram unânimes, também, quando perguntados se participaram da escolha das atividades do Programa e disseram que não, porém, ocorreram mudanças significativas na vida deles depois que passaram a ficar mais tempo na escola. Segundo, uma aluna do 5°ano, afirmou:

> Gostaria que tivesse outras atividades no programa, como a dança ou outra atividade esportiva, pois vários colegas meus gostam muito de jogar bola, fora isso, as professoras do programa têm muita paciência com a gente, mais o bom mesmo é se a escola fosse tempo integral pra gente poder almoçar na escola, tomar banho, passar o dia todo, eu ia gostar muito. (ALUNA MARIA NA ESCOLA).

Como vimos na fala dessa aluna, a Educação de tempo integral representa uma oportunidade de a criança e os jovens se desenvolverem em seus aspectos afetivo, cognitivo, físico e social, além de propiciar múltiplas oportunidades de aprendizagem, como acesso ao esporte, ciência e tecnologia, em um ambiente onde essas crianças e jovens podem ter a

possibilidade de novas oportunidades e a consolidação de novas aprendizagens. Para Moll, a Educação de tempo integral, expõe mudanças que devem acarretar:

> A ampliação do tempo de permanência dos estudantes tem implicações diretas na reorganização e/ou expansão do espaço físico, na jornada de trabalho dos professores e outros profissionais da educação, nos investimentos financeiros diferenciados para garantia da qualidade necessária aos processos de mudança, entre outros elementos. A concretização de tais mudanças requer processos de médio prazo que permitam aos sistemas de ensino e às escolas, em seu cotidiano, a (re)construção e o reordenamento material e simbólico do modus operandi. (MOLL, 2012, p.28)

Para eles, é uma oportunidade de avançar também em seus conhecimentos, já que muitos disseram sentir dificuldade em Português e, principalmente em Matemática. Segundo eles, o ensino na sala de aula regular é muito difícil. Vários alunos citaram que se sentem motivados para vir à escola, e que os resultados do *Novo Mais Educação* são muito bons e querem que ele permaneça na Escola. Assim expressa uma aluna do 4° ano da manhã, que participa do Programa:

> É importante passar mais tempo na escola, pois gosto muito dela, e sei que tenho que estudar bastante, e esse programa é uma oportunidade pra gente estudar e aprender mais coisas, gosto muito da atividade do artesanato, pois ensina coisas diferentes e tenho vontade de aprender. (ALUNA AMANDA NA ESCOLA).

Outro aluno, do 4°ano tarde, destaca se houve mudança na Escola depois da implementação desse Programa:

> Os professores falam que melhorou a nossa aprendizagem, o nosso comportamento, a mãe da gente não fica preocupada pois sabe que a gente tá na escola, eu deixei de brincadeira na sala de aula e passei a me esforçar mais nas tarefas, pois tenho dificuldade de aprender matemática e gosto muito dessa aula. (ALUNO JOÃO NA ESCOLA).

Também foram entrevistados os pais de alunos, participantes do Programa, uma das mães que possui Ensino Médio completo, é dona de casa e bastante cuidadosa no tocante à aprendizagem de seu filho. indaguei se ela notou alguma melhora ou mudança, na aprendizagem do seu filho por via do PNME, ela expressou a sua opinião:

> O programa é muito bom sim, mas compreendo que pais com baixa escolaridade têm menos chances de darem o suporte necessário aos seus filhos, por exemplo, não é o que ocorre comigo pois eu me empenho em ajudar meus filhos nesse processo, ler com eles, incentivá-los a buscar o sucesso escolar bem como lhes mostrar a importância dos estudos, o que sozinho o programa não poderá fazer, se não tiver o empenho dos pais também. (RITA MÃE DE ALUNO NA ESCOLA).

A outra mãe entrevistada também, dona de casa com Ensino Fundamental incompleto, pergunto qual a sua percepção sobre o PNME. Eis a resposta:

> O programa é muito bom, porque a sala de aula não é lotada, na sala de aula regular os professores muitas das vezes não realizam uma aula mais eficiente, porque são muitos alunos. No Novo Mais Educação as professoras têm mais condições de controlar a turma e oferecer atendimento mais individualizado de acordo com a necessidade de cada aluno. (AURORA MÃE DE ALUNO NA ESCOLA).

É perceptivel nas falas dessas mães, o quanto a escola é essencial e estabelece diferença na vida de seus filhos, seja através das aulas regulares ou de programas e projetos, que levem à aprendizagem deles. O cuidado que a escola demonstra com eles, pois se sentem amados e protegidos. Outra importante contribuição, nesta pesquisa, diz respeito ao mediador e facilitador de aprendizagem, entrevistei a mediadora de aprendizagem ela possui diploma em Psicologia, com pós-graduação em Psicopedagogia, a ela indaguei a respeito de sua percepção do PNME e se houve mudança na aprendizagem dos alunos com a implantação do Programa na escola, ela respondeu:

> O programa é de suma importância para a aprendizagem dos alunos, pois trabalha as suas dificuldades, tornando o rendimento deles satisfatório na leitura, escrita e matemática. Sobre a minha percepção sobre o programa, acredito ser um apoio a mais, que veio para somar, e colaborar para melhorar os índices da escola. (MEDIADORA DE APRENDIZAGEM NA ESCOLA).

Mais adiante, lhe foi perguntado sobre como é realizado o planejamento das atividades do Programa, e qual a relação dessas atividades com a praticada em sala de aula regular, ela nos disse:

> As atividades são realizadas em conjunto com os professores da sala de aula regular, visando sempre dá apoio aos alunos com maior dificuldade nas disciplinas de português e matemática, os alunos se tornam mais interessados e vejo uma melhora no comportamento deles. (MEDIADORA DE APRENDIZAGEM NA ESCOLA).

A facilitadora de aprendizagem possui graduação em Pedagogia e, durante a entrevista, nos relatou a sua percepção sobre o Programa

> O programa é muito bom e na minha opinião traz resultado para a escola, trabalhamos com alunos em dificuldade na leitura e escrita, e na matemática utilizamos jogos, bingos atividades mais concretas, os alunos participam mais e tornam-se mais interessados, e procuram não faltar as aulas. (FACILITADORA DE APRENDIZAGEM NA ESCOLA).

Pergunto se as atividades do Programa colaboram com o aumento dos índices (IDEB) na escola. Ela respondeu:

> Com certeza, aos alunos participam das aulas e aprendem, principalmente na leitura, seria bom se fosse o ano todo, mas depende muito, esse ano só começou em agosto e isso é ruim. Pois eles aproveitariam muito mais se o programa inicia-se no começo do ano. (FACILITADORA DE APRENDIZAGEM NA ESCOLA).

É possível visualizar no *Novo Mais Educação* a coexistência de distintas instâncias de socialização e uma maior circularidade de valores e referências identitárias, menciono como exemplo a oficina de Educação Patrimonial onde esses alunos passam a conhecer melhor seu território, bairro e comunidade em que estão agrupados, e perceber e valorizar seus pares, sua cultura na construção de um novo sujeito social, consciente de seus direitos e deveres, sabedor da importância dialógica para fazer emergir novas formas de interação social, propensa a interagir com uma nova conjuntura social alinhada às pressões modernas.

O *Novo Mais Educação,* não consegue ampliar espaços de aprendizagem na direção do regime de tempo integral (mesmo tendo sido criado com esse intuito). Falta-lhe levar oportunidade ao educando da aquisição de competências de uma visão social, a conquista de conhecimento e saberes que caminha a passos lentos, para que o educando se torne consciente do seu papel de sujeito que desempenhará no grupo, e prepará-lo para a pluralidade de vivências e atuações na multiplicidade de campos com os quais se relacionará.

Numa visão mais crítica no que concerne à ampliação da jornada escolar, no fortalecimento da promoção da cultura dos direitos humanos, na equidade étnico-racial, religiosa, cultural, territorial, geracional de gênero, orientação sexual, que perpassa nos currículos e materiais didáticos do Programa, *o Novo Mais Educação*, não cuida desses aspectos, não percebe o aluno como sujeito de direito e, portanto,

fazedor do seu protagonismo; não são levado em questão os sujeitos e saberes. Para entendermos, com clareza, como se constituem as ações entre os dois programas, viabilizamos o comparativo no quadro sinótico V:

Quadro 12 - Comparativo entre o programa mais educação (2007-2016) e o programa novo mais educação (reformulado em 2017)

(continua)

MAIS EDUCAÇÃO (2007 A 2016)	**NOVO MAIS EDUCAÇÃO (A PARTIR DE 2017)**
Amplia a carga horária para um mínimo de 7h diárias e construir a educação integral com a realização de atividades de artes, esportes, cultura, direitos humanos entre outras atividades no contraturno escolar seja no espaço educativo ou em outros ambientes.	Melhorar a aprendizagem nas disciplinas de português e matemática por meio da ampliação da jornada escolar de crianças e adolescentes, mediante a complementação da carga horária com 15h semanais no turno e contraturno escolar
COMO FUNCIONAVA: Com uma atividade de acompanhamento pedagógico de 6h semanais e outras 03 atividades nas áreas de cultura, esporte, lazer, etc.	**COMO FUNCIONA**: Com duas opções de carga horária de 5h com duas atividades de acompanhamento pedagógico em português e matemática, e a outra de 15h que contemplará as duas disciplinas, além das 03 atividades nas áreas de cultura, esporte, lazer, etc.
Adesão: As próprias escolas preenchiam o plano de atendimento por meio do PDDE interativo.	**Adesão**: As secretarias Municipais e Estaduais de Educação, indicam as escolas que irão participar do programa.
RECURSOS: Podiam ser empregados em despesas de transporte e alimentação, além de aquisição de material de consumo e na contratação de serviços.	**RECURSOS**: Podem ser empregados nos mesmos itens do programa anterior, porém os recursos são referentes ao período de oito meses.
CRITÉRIOS DE PARTICIPAÇÃO: Escolas urbanas já contempladas pelo programa mais educação e PDE, e nota	**CRITÉRIOS DE PARTICIPAÇÃO**: Prioridade escolas que já receberam recursos na conta PDDE educação

(conclusão)

inferior a 4,6 nos anos iniciais do ensino fundamental e 3,9 nos anos finais no IDEB, além de áreas quilombolas ou índigenas.	integral entre 2014/2016 em áreas de vulnerabilidade social e baixo índices no IDEB.
APLICAÇÃO DAS ATIVIDADES: Monitores que eram preferencialmente estudantes universitários, com formação especifica nas áreas contempladas, ou pessoas da comunidade com habilidades para desempenhar as atividades (capoeira, judô, etc).	**APLICAÇÃO DAS ATIVIDADES**: O trabalho é realizado pelo articulador da escola, o mediador de aprendizagem e o facilitador, sendo que o primeiro é responsável pela coordenação e organização das atividades, que poderá ser o professor, coordenador pedagógico ou estar lotado na escola os dois turnos, o mediador faz as atividades de acompanhamento pedagógico articulando-se com os professores, e o facilitador realiza outras atividades.

Fonte: BRASIL, MEC/2016

Percebe-se dado os aspectos aqui apresentados, o fato de que o *Novo Mais Educação* não institui nada de "novo" às escolas, pois foi um programa implantado com o intuito de elevar os baixos índices das escolas no IDEB, pois, assim como o programa anterior, o *Novo Mais Educação* está associado a critérios específicos de adesão e repasse, que, por não ser universal, prioriza determinados tipos de escolas, cujo resultado pedagógico não tem sido positivo.

Mesmo que para os entrevistados o Programa exprima sua importância, por assegurar maior permanência dos alunos na escola, o PNME mesmo se limita somente ao nível da aprendizagem das disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática, para cumprir as exigências das avaliações externas e de melhoria dos índices do IDEB, por parte das escolas, em detrimento as outras disciplinas do currículo escolar, fazendo enfim, com que as escolas desconsiderem os interesses dos alunos por outras atividades do Programa. Na perspectiva de Moacir Gadotti:

> Se qualidade de ensino é aluno aprendendo, é preciso que ele saiba disso: é preciso "combinar" com com ele, envolvê-lo como protagonista de qualquer

> mudança educacional. O fracasso de muitos projetos educacionais está no fato de eles desconhecerem a participação dos alunos. O aluno aprende quando o professor aprende; ambos aprendem quando pesquisam. (GADOTTI, 2013, p.43)

Podemos destacar a ideia de que sendo o PNME indutor de uma Educação de tempo integral, na prática, sua operacionalização envolve diversos fatores que conduzem a não se efetivar a contento. Citamos, por oportuno alguns deles: o almoço, banheiros adequados para se tomar banho, salas apropriadas para a efetivação do Programa, ante essas limitações, há de se repensar se esse Programa confere qualidade à Educação, já que se apropria de elementos somente para melhorar os índices das disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática.

Mesmo a Secretaria Municipal de Educação de Fortaleza, registrando resultados expressivos na melhoria dos indicadores de desempenho de suas escolas da rede, e tendo como foco uma proposta pedagógica baseada na Educação integral de crianças e jovens, e na ampliação das escolas em tempo integral, mediante programas como o *Novo Mais Educação,* muito ainda, se precisa avançar, com ações e estratégias que devem ser repensadas no âmbito dos anseios da clientela a ser atendida.

Vimos, até aqui, que o quarto capítulo desta pesquisa veio contribuir com os aportes teóricos para a compreensão de como se constitui a organização da escola, dentre outras variáveis que influenciam o desenvolvimento do trabalho escolar, entre as quais podemos destacar o PNME, levando-se em consideração as atribuições para se atingir o objetivo maior da escola, ou seja, a aprendizagem do aluno.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo relatado, teve como proposta uma pesquisa que buscou examinar o programa *Novo Mais Educação* como indutor de uma política pública de tempo integral, cujo objetivo foi analisar o modo como o PNME foi apropriado e utilizado em uma escola pública municipal de Fortaleza, desde a perspectiva do envolvimento de toda a comunidade escolar no período dos anos de 2013 a 2017; e a qualidade da Educação por intermédio do *Novo Mais Educação,* que buscou investigar como os sujeitos encontram-se inseridos na sua nova proposta, que objetiva melhorar a aprendizagem em Língua Portuguesa e Matemática dos alunos e superar continuamente as metas do IDEB.

Como fator relevante para esse estudo, busquei especificamente: 1) compreender como a gestão da Escola estudada se apropria do PNME através de suas ações e atividades para colaborar com a aprendizagem dos alunos; 2) analisar a qualidade da educação com influência do PNME sobre os índices do IDEB na escola selecionada; 3) confrontar as concepções de professores, pais, alunos, mediador e facilitadores de aprendizagem, acerca da percepção do Programa.

Para o desenvolvimento dessa pesquisa, buscou-se a análise dos documentos que norteiam o fazer pedagógico do Programa (Caderno de Orientações pedagógicas e as Diretrizes para o Desenvolvimento do *Novo Mais Educação* nas escolas municipais de Fortaleza); e os principais dispositivos legais que normatizam a sua política educacional, sob a configuração de leis, decretos, portarias e editais que subsidiaram esta procura epistemológica no contexto dessa política pública da Educação no Brasil.

Para tanto, foi realizado um estudo de caso em uma escola de Ensino Fundamental, da rede pública municipal de Fortaleza, com objetivos especifícos de investigar como o *Novo Mais Educação* foi apropriado e utilizado na Escola José Sobreira de Amorim, com assento na perspectiva do envolvimento de toda a comunidade escolar.

As entrevistas e os registros coletados permitiram identificar a importância desse programa para a escola, haja vista, que ela não possui tempo integral, pertence à rede de ensino regular, e permitiram também evidenciar que a escola obteve bom

desempenho nas avaliações do IDEB e, por último, a comunidade escolar vem incorporando gradativamente o propósito e a finalidade do Programa.

No decorrer desta pesquisa, quando da elaboração do trabalho dissertativo, pude observar o empenho da equipe da gestão na Escola, empenhadas em desenvolver ações para melhorar a aprendizagem dos alunos, com vista a superar as suas dificuldades, priorizando atividades assentadas no conhecimento de uma proposta pedagógica, que prioriza a leitura e escrita, por considerar ser essa a maior fragilidade dos alunos.

Outras ações/decisões também foram decisivas por parte da gestão para que evoluissem as metas nas avaliações externas da Escola, tais ações influenciaram a rotina da escola com relação a aprendizagem dos alunos, tais como: a verificação da frequência do aluno rotineiramente; telefonemas para os pais para saber o por que de seus filhos estarem faltando às aulas; cobrança nas reuniões de pais, para assumirem a responsabilidade da participação na vida escolar de seus filhos; o comprometimento da equipe da gestão junto aos professores com os planos e metas de melhoria dos resultados; por último, a atualização dos registros individuais dos estudantes em relação a sua aprendizagem, para verificação dos seus avanços.

Sobre a evolução da escola nos dados do IDEB, é importante ressaltar o trabalho em equipe dos seguintes componentes: articuladora do PNME na Escola, mediador e facilitadores de aprendizagem, que atuaram com propósitos definidos e integrados para melhorar os resultados de proficiência dos alunos a cada ano, estimulando o protagonismo dos alunos e professores de sala de aula; envolver toda comunidade escolar, como a participação dos pais nas reuniões do Programa e perceber na essência quem é o nosso educando, o que este pensa , o que almeja.

Toda essa caminhada, partindo das concepções identificadas no campo de pesquisa mostrou a escola como um veículo da aprendizagem dos alunos, por ser nela que os alunos acreditam superar suas dificuldades para “melhorar de vida”, para quando crescer “arranjar um bom emprego” ajudar a família, etc, os pais acreditam, no entanto que há um imenso caminho a percorrer na busca pela “qualidade da educação”, eles compreendem que, no momento, isso ainda esta distante de acontecer.

Mesmo distante dessa *qualidade da educação*, os pais consideram a escola boa. Os professores entrevistados consideram essencial e oportuno, o *Novo*

Mais Educação, por trazer perspectiva de mudança no campo educacional, por demandar a melhoraria da aprendizagem dos alunos, mantendo-os frequentes nos dois turnos da escola.

Sobre as vantagens do *Novo Mais Educação,* na escola os professores entrevistados apontaram: a permanência dos alunos por mais tempo na Escola; as atividades do Programa em Língua Portuguesa e Matemática, o que visa a superar as dificuldades deles nessas disciplinas; a articulação do Programa com o projeto político-pedagógico da Escola; a evolução dos índices do IDEB da escola e as relações integradas da gestão da escola,com professores, alunos e comunidade em geral.

No que se refere a outros aspectos constatados no estudo de caso, podemos asseverar que existem alguns fatores imprescindíveis para o fortalecimento do *Novo Mais Educação* como política pública de Educação. Ei-las: 1) melhoria na infraestrutura das escolas; 2) monitoração e avaliação contínua das ações do (PNME); 3) conhecimento da proposta de trabalho do (PNME) entre a comunidade escolar; 4) integração dos professores, articulador, mediador e facilitadores de aprendizagem para um planejamento e norteamento das ações a serem executadas.

Em nível de rede municipal, o Programa se propõe contribuir com o aumento da permanência dos alunos na Escola, melhorar sua aprendizagem juntamente com os índices do IDEB, notadamente o que se está fazendo no ambiente escolar, adotando estratégias como a descentralização (o resultado das avaliações e a responsabilidade pelos resultados alcançados ficam a cargo dos gestores, professores e alunos) e um rígido controle nos dias que antecedem as avaliações, e no dias das avaliações, para que os alunos consigam um bom desempenho aferido mediante indicadores considerados eficientes na forma de mesurar a qualidade da Educação.

Outro enfoque trata da questão da educação em tempo integral e da Educação integral. Assim como na versão anterior do Programa, o *Novo Mais Educação* também assegura a crianças e jovens, passarem mais tempo na escola, pois a Educação em tempo integral traz a busca de uma proposta mais abrangente de escolarização. Conforme Arroyo:

> O que se espera de uma educação de tempo integral é justamente proporcionar ao educando uma experiência educativa total, que não se limite

> a ilustrar a mente, mas que organize seu tempo, seu espaço, que discipline seu corpo, que transforme sua personalidade por inteiro. (ARROYO, 1998, p.4).

Cabe-nos, aqui proceder a uma reflexão sobre a óptica da Educação em tempo integral, por considerar em alguns projetos e programas características próprias de proteção e prevenção, o que de certo modo confere um caráter compensatório ao Programa. Torna-se necessário desmistificar isso, haja vista, o fato de que esse programa é utilizado como instrumento político-cultural dessas crianças e jovens, principalmente quando lhes é dada, oportunidade de formação política, social e pedagógica na sua escolarização.

Se somarmos a possibilidade que o indivíduo tem de aprender o tempo todo, a Educação em tempo integral como mecanismo utilizado pelo *Novo Mais Educação,* colabora não só com a permanência do aluno por mais tempo na escola, mas também com a formação integral do ser humano. Como destaca Gadotti:

> Toda escola deve almejar uma educação integral, todas as escolas devem ser de educação integral, mesmo que não sejam de tempo integral. Trata-se de oferecer mais oportunidades de aprendizagem para todos os alunos, a escola de tempo integral deve ter entre outros objetivos: educar para a cidadania; criar hábitos de estudos e pesquisas; cultivar hábitos alimentares e de higiene;suprir a falta de opções oferecidas pelos pais ou familiares; ampliar a aprendizagem dos alunos, além do tempo em sala de aula. (GADOTTI, 2009, p.37-38).

Consideramos mais alguns pontos, quando constatamos no estudo de caso que existem algumas condições, consideradas indispensáveis, para que as ações da política pública de Educação integral se efetive a contento: falta infraestrutura adequada, como espaços destinados às atividades diárias, há necessidade de intercâmbio para articuladores, mediadores e facilitadores de aprendizagem, para troca de experiências entre as escolas que desenvolvem o programa; sempre que houver necessidade, realizar trabalho de conscientização entre as familias dos alunos atendidos pelo Programa, para conscientiza-los que este faz parte do processo ensino-aprendizagem.

Uma vez expressas as análises aqui procedidas, a gestão da Escola e demais beneficiários (comunidade escolar) apostam no Programa, por considerarem ser uma possibilidade para os entraves da qualidade de ensino, ao mesmo tempo em que aparece como um meio seguro de combate à exclusão social de crianças e jovens oriundos das camadas mais pobres da população.

Na Escola pesquisada, após a sua implementação ampliou-se ali o tempo de permanência dos alunos, bem como, contribui com a diminuição da infrequência escolar, pois os alunos gostam bastante do Programa. Outro aspecto importante, diz respeito aos alunos participantes do Programa, identificamos um potencial educativo da Escola, pois esta se preocupa em fomentar a participação das crianças e jovens nas atividades, bem com essas atividades são integradas ao projeto político-pedagógico da escola, visando à aprendizagem dos alunos, e, como consequência positiva, houve a melhora nos índices do IDEB.

Visualizamos que, desde a sua implantação a nível nacional até os dias atuais, o Programa continua a existir, mesmo com uma nova reconfiguração e segue com o que já foi considerado a mais ousada proposta de Educação em tempo integral, já realizada no País. Entretanto, ao longo desse trabalho e durante toda a pesquisa, deixo reunidas algumas recomendações com relação ao Programa, que julgo serem relevantes questões para o seu fortalecimento e sua ressignificação, tais como: ampliar os espaços de aprendizagem em direção ao regime de tempo integral, visando atender a totalidade de alunos da rede; ampliar o monitoramento e o acompanhamento contínuo pela Secretaria de Educação, dessa política pública; o enfrentamento de investimentos, pois o atraso no repasse dos recursos, prejudica o andamento das atividades do Programa; a parceria do binômio escola-comunidade e, por último,a melhoria da infraestrutura das escolas, adequando os espaços fisicos para a realização de suas múltiplas ações.

Concluímos haver no *Novo Mais Educação,* mesmo privilegiando a Educação instrucional; atuando na perspectiva de valorização das políticas de avaliação dos sistemas públicos de ensino e, de certo modo relacionando educação integral a resultado de proficiência dos alunos; um campo aberto de possibilidades no campo social, pedagógico, e cultural o que viabiliza a oferta de novos saberes para o desenvolvimento das crianças e jovens, razão pela qual, todos defendem a continuidade do Programa na Escola Municipal José Sobreira de Amorim.

Estamos, entretanto, perante um novo cenário político que se descortina, configurada na eleição para Presidente da República ocorrido em outubro de 2018 e a posse do atual presidente eleito em primeiro de janeiro de 2019, para governar por mais quatro anos a República Federativa do Brasil. Por conseguinte, não existe uma clareza política por parte do novo Governo na intencionalidade da continuação dessa política de Educação.

REFÊRENCIAS

AFONSO, A.J. Sociologia da Educação não formal: reatualizar um objeto ou construir uma nova problemática? In: ESTEVES, A.J.E.; STOER, S.R. (Eds). **A Sociologia na escola**. Porto: Afrontamento,1989.

AVRITZER, Leonardo. **O Pêndulo da democracia no Brasil**. São Paulo: UFMG, 2018

ALBERNAZ. A., FERREIRA. F.; FRANCO. C. Qualidade e equidade em educação reconsiderando o significado de fatores intra-escolares. **Ensaio. Avaliação em políticas públicas e educação,** Rio de Janeiro, v.15, n. 55, 2002.

AZEVEDO, Janete M. Lins de, **A Educação como política pública**. [S.l.]: Autores Associados, 1997.

ARANTES, Jorge. **Programa especial de educação:** Um Projeto Politíco. Rio de Janeiro: Mauad, 1988.

ARANGUREN, Jose Luiz. **Ética e Política.** São Paulo: coleção Doutrinas e problemas,1967.

APLLE, Michael; BEANE, James (Org.). **Escolas democráticas**. Tradução Dinah de A. Azevedo. São Paulo: Cortez, 1997.

ARROYO, Miguel G. O direito a tempos-espaços de um justo e digno viver. In: MOLL, Jaqueline. **Caminhos da educação Integral no Brasil**: direito a outros tempos e espaços educativos. Porto Alegre: Penso, p. 34-35, 2012.

_____. O direito ao Tempo de escola. **Cadernos de pesquisa**, São Paulo, n. 65, p.3-10, maio 1988.

ARON, Raymond. **As Etapas do pensamento sociológico**.São Paulo: Martins Fontes; Brasília: UNB, 1999.

BOURDIEU, Pierre. **Questões de Sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero. 1983. p.89-94.

_____. **Escritos da Educação**. Org. Maria Alice Nogueira e Afrânio Catani. Petrópolis: Vozes, 2010.

_____. **Bourdieu e a Educação.** Maria Alice Nogueira e Claudio M. Martins Nogueira. São Paulo: Autêntica, 1996.

BOBBIO, Noberto. **Teoria Geral da Política**: a filosofia politíca e as lições dos clássicos. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

_____. **O Futuro da Democracia:** Uma defesa das regras do jogo. 4. ed.Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

BURGOS, Marcelo Baumann. Escola Pública e segmentos populares em um contexto de construção Institucional da democracia. **DADOS-Revista de Ciências Sociais,** Rio de Janeiro, v.55, n.4, p.1015-1054, 2012.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Senado Federal. Secretaria Especial da Editoração e Publicações. Brasília, 2008.

____. Ministério da Educação. Portaria Normativa Interministerial, n°17, de 24 de 2007. Institui o Programa Mais Educação. **Diário Oficial da União,** Brasília, DF, 2007.

_____. Ministério da Educação. **Educação Integral**: texto referência para o debate nacional. Brasília: Mec, 2009.

_____. Ministério da Educação. **Lei 13.005 de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação (2014-2024).

_____. Ministério da Educação. **Redes de Saberes Mais Educação**: pressupostos para projetos pedagógicos de educação integral: cadernos para professores e diretores de escolas. Brasília, 2009.

_____. Ministério da Educação. **Educação Integral:** caderno passo a passo. Brasília: MEC, Secad. p.7-16, 2009.

_____. Ministério da Educação. Série Mais Educação: **Caminhos para elaborar uma proposta de Educação Integral em jornada ampliada**. Brasilia: Mec. Secad, 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parametros Curriculares Nacionais**: Artes. Brasília: MEC, 1997.

_____. Ministério da Educação. **Cadernos pedagógicos Mais Educação**: macrocampo cultura e Artes. Brasilia: Secad, MEC, 1997.

_____. Ministério da Educação. **Lei N°9.394 de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.Brasilia: Presidência da República, 1996.

_____. Ministério da Educação. **Compromisso todos pela educação:** Passo a passo. Secretaria de Educação Básica. Brasilia: MEC, 2008.

BROOKE, Nigel (Org.). **Marcos históricos na reforma da educação**. Belo Horizonte: EDVCERE, 2012.

BIACHETTI, Roberto. **Modelo neoliberal e políticas educacionais.** 2.ed. São Paulo: Cortez, 1999.

BEZERRA,J.E.B.**Princípio de subsidiariedade, coorporativismo e Educação:** para a crítica da gestão participativa. 2010. 145f. Tese (doutorado em Educação) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2010.

BRANDÃO, A.A.P; DALT, S; SILVA, A.P. Educação e pobreza**. Revista Contemporrânea de Educação,** v.4, p.296-313, 1999.

CAVALIERE, Ana Maria Vilela. Educação Integral: Uma nova identidade para a escola brasileira. **Educação & Sociedade,** Campinas, v. 23, n.81, dez, 2002.

CAMINI, Lúcia. **Política e gestão educacional brasileira:** Uma análise do plano de desenvolvimento da educação/ plano de metas compromisso todos pela educação (2007-2009),. São Paulo: Outras expressões, 2013.

CASTRO, Adriana; LOPES, Roseli Esquerdo. A escola de tempo integral: desafios e possibilidades. **Ensaio: Avaliação e políticas públicas em educação,** Rio de Janeiro, v.19.n.71, p.259-282, abr/jun, 2011.

CARBONELL, Jaume. **A aventura de Inovar**: a mudança na escola. Tradução: Fatima Murad. Porto Alegre. Artemed, 2002.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Avança Brasil:** mais quatro anos de desenvolvimento para todos: proposta de governo. [s.l.]: Fhc 1998, p.15

CODELLO, Francesco. In: COELHO, L.M (Org.). **Educação integral em tempo integral:** estudos e experiências. Petropólis, Rio de Janeiro: DP, 2009.

COSTA, Nilson do Rosário. **Políticas públicas, justiça distributiva e inovação saúde e saneamento na agenda social**. São Paulo: Hucitec, 1998.

CUNHA, Marcos Vínicius da. Jonh Dewey e o Pensamento educacional brasileiro: A centralidade da Noção de movimento. **Rev. Bras. Educ.,** n.17, p.86-99, 2001.

CUNHA, Edite da Penha. **Políticas Públicas Sociais**. Belo Horizonte: UFMG, 2002

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Educação e Contradição**. São Paulo: Cortez, 2000. p.7-131.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais.** São Paulo: Cortez, 1998.

CEARÁ. Secretária de Planejamento. **Entendendo os principais indicadores sociais e econômicos.** Fortaleza: SEPLAG, 2010.

DAYRELL, J. **A escola como espaço sócio-cultural múltiplos olhares sobre a educação e cultura**. Belo Horizonte: UFMG, 1996.

DELORS, Jacques. **Educação:** um tesouro a descobrir: Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI. São Paulo: Cortez, 2012.

DEMO, Pedro. **Qualidade e Educação.** Campinas: Autores Associados, 2001.

FREITAG, B. **Escola, Estado e Sociedade**. São Paulo: Moraes, 2000.

FREIRE, Paulo. **Educação e mudança.** Tradução: Moacir Gadotti e Lilian Lopes Martins. 27. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

_____. **Pedagogia da Esperança:** um reencontro com a Pedagogia do Oprimido. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

_____. **Pedagogia do Oprimido.** 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

_____. **Política e Educação.** 5 ed. São Paulo: Cortez, 2001.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e a crise do capitalismo real**. São Paulo: Cortez, 1995.

_____. **A produtividade da escola improdutiva.** São Paulo: Cortez, 2006.

_____. A Interdisciplinaridade como necessidade e como problema nas ciências sociais. In: JANTSCH, P. E; BIANCHETTI, Lucídio (Org.). **A Interdisciplinaridade:** para além da filosofia do sujeito. Petropólis: Vozes, 1995.

_____. Tecnologia, relações sociais e educação. **Tempo Brasileiro**, Rio de Janeiro, n.105, p.131-148, abr/jun, 1991.

FERNANDES, Florestan. **Educação e Sociedade no Brasil.** São Paulo: Dominus/EDUSP, 1996.

FERNANDES, Reynaldo. **Índice de desenvolvimento da educação básica**. Brasília: INEP, 2007B (série documental).

FERREIRA, Oliveiros S. Do Liberalismo no Brasil**. Revista USP**, São Paulo, n.17, 1993.

FÁVERO, Osmar. **Juventude e contemporaneidade**. São Paulo: Anped, 2007.

FUNDAÇÃO ITAÚ SOCIAL. O Programa Mais Educação. Ministério da Educação. **Relatório de Avaliação Econômica e Estudos Qualitativos**. Avaliação Econômica de Projetos Sociais. São Paulo: Fundação Itaú Social, Disponível em: <www.redeitausocialdeavaliacao.org.br>. Acesso em: 5 maio 2018

GADOTTI, Moacir. **Educação Integral no Brasil:** inovações em processo. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2009.

_____. **História das idéias pedagógicas.** São Paulo: Ática, 2003.

_____. **Concepção dialética da educação.** São Paulo: Cortez. 1995.

KOSIK, Karel. **Dialética do Concreto.** Petropólis: Vozes, 1978.

GATTI, B.A; VIANNA, Heraldo M; DAVIS, Claudia. Problemas e impasses da avaliação e projetos e sistemas educacionais: dois estudos de casos. **Avaliação Educacional,** São Paulo, p.7-26, jul/dez, 1991.

GHANEM, Elie. **Educação escolar e democracia no Brasil.** Belo Horizonte: Autêntica; São Paulo: Ação Educativa, 2004.

GEBER, Saulo. Os jovens educadores em contexto de educação integral. In:MOLL, Jaqueline. **Caminhos da educação integral no Brasil:** direito a outros tempos e espaços educativos. Porto Alegre: Penso, p.159, 2012.

GIOLO, Jaime. Educação de Tempo Integral: resgatando elementos históricos e conceituais para o debate. In: MOLL, Jaqueline. **Caminhos da educação integral no Brasil:** direitos a outros tempos e espaços educativos. Porto Alegre: Penso, p.98, 2012.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de pesquisa Social**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 1991.

GUARÁ, Isa Maria F. Rosa. É Imprescíndivel educar integralmente. **Cadernos Cenpec,** Brasília, n. 2, 2006.

GALVÃO, Antônio Mesquita, **A Crise da Ética:** O neoliberalismo como causa de exclusão social. Petrópolis:Vozes,1999.

HADDAD, Fernando. **O plano de desenvolvimento da educação**: razões, príncipios e programas. Brasília: INEP,2008.

IRIARTE, Gregório. **Neoliberalismo:** sim ou não? São Paulo: Paulinas, 1995.

LECLERC, Gesuína de Fatima Elias; MOLL, Jaqueline. Programa Mais Educação: Avanços e desafios para uma estratégia indutora da educação integral e em tempo integral. **Educar em Revista,** n. 45, p.91-110, 2012.

LEBRUN, Gerard. **O Que é política.** 5 ed. São Paulo: Brasiliense,1983.

LEFORT, Claude. **Pensando o político:** ensaios sobre democracia, revolução e liberdade**.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

LINDBLON, Charles E. **O processo de decisão política.** Brasília: Universidade de Brasília, 1981.

LUDKE, Menga; ANDRÉ, Marli. **Pesquisa em Educação:** abordagens avaliativas. São Paulo: EPU, 1986.

LIBLINK, A.M.P; BRANCO, V; Projeto de intervenção pedagógica, in : PINHEIRO, Marta e LIBLINK, Ana Maria Petraits (Org.). **Educação integral e integrada**. Curitiba; UFPR, 2009, p.31.

MACEDO, Lino de. **Ensaios pedagógicos:** como construir uma escola para todos? Porto Alegre: Artemed, 2005.

MANHAS, Cleomar. **Quanto custa universalizar o direito à educação?** Brasília: Inesc, 2011.

MAURICIO, Lucia Velloso. Escritos, representações e pressupostos da escola pública de horário integral**. Em Aberto,** Brasília, v. 21, n.80, abr, 2009.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital.** São Paulo: Boitempo, 2005.

MOLL, Jaqueline. **Caminhos da educação integral no Brasil**: direito a outros tempos e espaços educativos. Porto Alegre: Penso, 2012.

MINAYO, Maria Cecilia de Souza. **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. 18 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. A Gestão Democrática no contexto da reforma do Estado. In: AGUIAR, Márcia Ângela da Silva; FERREIRA, Naura Syria Carapeto (orgs). **Gestão da Educação**: impasse, perspectivas e compromissos. 2. Ed. São Paulo: Cortez. p.101, 2001.

PARO Vítor. A Escola pública de tempo integral: universalização do ensino e problemas sociais. **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo, n.65, p.11-20, 1998.

_____. **Educação como exercício do poder:** crítica ao senso comum em educação. São Paulo: Cortez, 2010.

_____.**Escola de tempo integral:** desafio para o ensino público. São Paulo: Cortez; Autores Associados, 1998.

_____. Educação integral em tempo integral: uma concepção de educação para a modernidade. In: COELHO, Lígia Martha Coimbra (Org.). **Educação integral em tempo integral:** estudos experiências em processo. Rio de Janeiro: FAPERJ, 2009.

PEREZ, Jose Roberto Rus. Avaliação do Processo de implementação: algumas questões metodológicas. In: RICO, Elizabeth Melo (Org.). **Avaliação de políticas sociais:** Uma questão em debate. São Paulo: Cortez, 1998. p.65-73.

POLLAK, Michel. **Memória e identidade social:** Estudos Históricos, Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1992.

PONCE, Sprizão; BARROS, Neta Maria da Anunciação. **Implantação do Programa Mais Educação no Município de Sinop-MT:** Um estudo de caso. [S.l.:s.n.], 2011.

RABELO, Marta K.O. Educação integral como politica pública: a sensível arte de (re)significar os tempos e os espaços educativos. In: MOLL, Jaqueline**. Caminhos da educação integral no Brasil:** direito a outros tempos e espaços educativos. Porto Alegre: Penso, 2012. p.119-125.

ROUSSEAU, J. Jacques. **A origem da desigualdade.** 8. ed. Coleção os Pensadores. São Paulo: Nova Cultural, 2004.

_____. **O Contrato Social.**8. ed. Coleção os Pensadores. São Paulo: Nova Cultural. 2004.

ROMANELLI, Otaiza de Oliveira. **História da Educação no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1984.

RUA, Maria das Graças. **Políticas Públicas.** 2. ed. Florianópolis: UFSC, 2012.

RODRIGUES, Neidson. **Lições do príncipe e outras lições:** O intelectual. A política. A educação. 2. ed. São Paulo: Cortez. 2011.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias,** Porto Alegre, Ano 8, n.16, jul/dez 2006, p.20-45.

SOUZA, Celina. Políticas públicas: questões temáticas e de pesquisa. **Caderno CRH, v.** 39, p.11-24, 2003,

SOUZA, Jessé. **A radiografia do Golpe.** Rio de Janeiro: Leya, 2016.

SECCHI, Leonardo. **Políticas Públicas:** conceitos, esquemas de análise, casos práticos. São Paulo: CENGAGE Learning, 2012.

SILVA, , Pedro.L.B;Marcus, A.B. **O processo de implementação de políticas públicas no Brasil:** caracterização e determinantes da avaliação e programas e projetos. Campinas: NEPP-UNICAMP, 2002. p.18.

SILVA, Nelson. **Ética, indisciplina e viôlencia nas escolas.** Petrópolis: Vozes, 2004.

SAVIANI, Dermeval. **A nova Lei da Educação.** São Paulo: Autores Associados, 1997.

_____. **Escola e Democracia**: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação e política. 3. ed. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2002.

_____. **História das idéias pedagógicas no Brasil**. 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2002.

SNYDERS, G. **Escola, classe e luta de classes.** Lisboa: Moraes Editores, 1981.

SPOSITO, M.P; CARRANO, P.C.R.Juventude e políticas públicas no Brasil. **Revista Brasileira de Educação,** n. 24, 2003,

SCHWARTZMAN, Simon. **As bases do autoritarismo brasileiro.** 3. ed. Rio de Janeiro.Campus, 1988.

VIEIRA, Sofia Lerche. **Política(s) e Gestão da Educação Básica**: revisitando conceitos simples. 2011. Dísponivel em : <http://www.scielo.br/scielo>. Acesso em: 5 maio 2018.

VERGARA, Silvia Constant. **Métodos de coleta de dados no campo**. São Paulo: Atlas, 2006, p.120

YIN.R.K. **Estudo de Caso**: Planejamento e Métodos. 3. ed. Porto Alegre: Bookman.2009.

APÊNDICES

APÊNDICE A - Roteiro para o grupo focal com os estudantes

Caro(a) estudante:

A finalidade deste trabalho será investigar o Programa Novo Mais Educação; as ações desenvolvidas e o envolvimento dos estudantes, com a articuladora, mediador e facilitadores de aprendizagem, professores, coordenação e gestão da escola sobre sua percepção do PNME. A pesquisa faz parte da dissertação de mestrado em políticas públicas pela Universidade Estadual do Ceará - UECE. Nossa reunião será com vários estudantes, todos da escola. São perguntas simples e fácil de serem respondidas. Suas respostas serão tratadas com respeito, e você não será identificado. Sua colaboração é muito importante.

DADOS DO ENTREVISTADO:

Entrevistado: _____

Idade: _____ Série:_____ Turno: _____

1) Há quanto tempo você estuda na escola?
2) Você gosta da escola? Do que você mais gosta na escola?
3) Do que você menos gosta da escola?
4) Você gosta de participar do Programa Novo Mais Educação? Por quê?
5) De quais atividades do programa você gosta de participar? Por quê?
6) Qual a diferença entre as atividades do contraturno escolar oferecidas pelo Novo Mais Educação e as atividades na sala de aula regular?
7) Você foi consultado na escolha das atividades do Programa?
8) O Programa Novo Mais Educação é importante ou não na escola? Por quê?
9) Ocorreram mudanças depois da implementação do (PMNE) na escola e com você?
10) O que você gostaria de falar e que eu não perguntei?

APÊNDICE B - Entrevista com os pais dos estudantes

Senhores pais:

A finalidade deste trabalho é investigar as ações desenvolvidas, o envolvimento dos estudantes com o articulador,mediador e facilitadores de aprendizagem, professores, coordenação e gestão da escola, com vistas a verificar como os pais percebem a operacionalização do Programa Novo Mais Educação. A pesquisa faz parte da dissertação de mestrado em políticas públicas pela Universidade Estadual do Ceará-UECE. São perguntas simples e fácil de serem respondidas. Suas respostas serão tratadas com respeito, e você não será identificado(a). Sua colaboração é muito importante para essa pesquisa.

DADOS DO ENTREVISTADO:

Entrevistado:_____ Idade: _____

Escolaridade: _____

Profissão: _____

1) Como você percebe o Programa Novo Mais Educação?

2) Por que seu filho participa do Programa?

3) Na sua opinião, qual a importância desse tipo de Programa dentro da escola?

4) Em que os pais participam na escola e nas ações do Novo Mais Educação?

5) Na sua opinião, ocorreram mudanças depois da implementação do Programa Novo Mais Educação na escola, com o seu (sua) filho(a)?

6) O que precisa melhorar no (PNME)?

7) O fato de passar mais tempo na escola (contraturno) escolar, melhora as condições de aprendizagem dos estudantes? Por quê?

8) Quais são os benefícios que você percebe pelo fato de se filho passar mais tempo na escola por meio do (PNME)?

APÊNDICE C - Entrevista com a gestão da escola

Caro(a) Gestor(a): Agradecemos a participação da Vossa Senhoria e sua colaboração nesta pesquisa e salientamos que todos os dados serão mantidos sem a identificação do respondente. Ressaltamos que não há resposta certa ou errada e sim a sua percepção e avaliação sobre as questões que são tema desTa pesquisa do Mestrado Profissional em Políticas Públicas pela Universidade Estadual do Ceará - UECE. Sua colaboração é muito importante para esta investigação.

DADOS DO(A) ENTREVISTADO(A):

Entrevistado:_____ Idade: _____
Curso de Graduação; _____
Curso de Pós-Graduação: _____

1) Há quanto tempo trabalha na escola? E como gestora?
2) Quando foi implementado o Programa Novo Mais Educação na escola?
3) O que mudou na escola, após a implementação do Programa?
4) Qual a sua avaliação sobre o Programa?
5) Qual a quantidade de alunos envolvidos no Novo Mais Educação?
6) Quais as atividades desenvolvidas, por turno?
7) O que os alunos pensam sobre as atividades do Programa?
8) O desempenho dos alunos mudou, após a implantação do Programa?
9) Qual é a participação dos estudantes nas decisões das atividades do Novo Mais Educação?
10) Qual a importância do Programa Novo Mais Educação na escola?
11) O que precisa melhorar no Programa Novo Mais Educação?
12) O que dizem os índices oficiais, e o que se pode observar no cotidiano da escola com o Novo Mais Educação? O Programa colabora com o aumento desses índices?

APÊNDICE D - Entrevista com a articuladora do programa novo mais educação

Cara Articuladora do (PNME): Agradecemos a participação da Vossa Senhoria e sua colaboração nesta pesquisa. Salientamos que todos os dados serão mantidos sem a identificação do respondente. Ressaltamos que não há resposta certa ou errada e sim a sua percepção e avaliação sobre as questões que são tema desta pesquisa do Mestrado Profissional em Políticas Públicas pela Universidade Estadual do Ceará - UECE. Sua colaboração é muito importante para a investigação.

DADOS DA ENTREVISTADA:

Entrevistada:_____ Idade: _____

Curso de Graduação: _____

Curso de Pós-Graduação: _____

1) Há quanto tempo trabalha na escola, exercendo essa função?

2) Na sua opinião, o que mudou na escola após a implantação do Programa Novo Mais Educação?

3) Quais os impasses e desafios que a escola enfrenta para que o Programa funcione a contento?

4) Na sua opinião, o desempenho dos alunos melhorou após a implantação do Novo Mais Educação?

5) Qual a importância do Programa Novo Mais Educação na escola?

6) Você percebe alguma mudança na vida dos estudantes que participam do Novo Mais Educação na escola? Quais?

7) Qual a sua avaliação sobre o Novo Mais Educação?

8) Você avalia o Novo Mais Educação como uma política pública de educação de tempo integral?

9) O que precisa melhorar no programa Novo Mais Educação?

10) O que dizem os índices oficiais (IDEB) e o que se pode observar no cotidiano da escola com o Novo Mais Educação? O Programa colabora com o aumento desses índices?

APÊNDICE E - Entrevista com a coordenadora pedagógica

Caro(a) Coordenador(a): Agradecemos a participação da Vossa Senhoria e sua colaboração nesta pesquisa e salientamos que todos os dados serão mantidos sem a identificação do respondente. Ressaltamos que não há resposta certa ou errada e sim a sua percepção e avaliação sobre as questões que são tema desta pesquisa do Mestrado Profissional em Políticas Públicas pela Universidade Estadual do Ceará - UECE. Sua colaboração é muito importante para a investigação.

DADOS DA ENTREVISTADA:

Entrevistada:_____ Idade: _____

Curso de Graduação: _____

Curso de Pós-Graduação: _____

1) Há quanto tempo coordena o Programa Novo Mais Educação na escola?

2) Como é elaborado o Planejamento das atividades do Programa Novo Mais Educação?

3) Qual a sua avaliação do Programa Novo Mais Educação?

4) Na sua opinião, qual a importância do Programa Novo Mais Educação para a escola?

5) Você percebe alguma mudança na vida dos estudantes que participam do Novo Mais Educação na escola? Quais?

6) O que precisa melhorar no Programa Novo Mais Educação?

7) O Programa Novo Mais Educação deve continuar na escola?

8) Qual a sua concepção de educação integral?

9) Qual a frequência de visita, à escola dos técnicos responsáveis da SME e do Distrito de Educação II para acompanhamento das ações do Novo Mais Educação na escola?

10) Com relação aos índices oficiais (IDEB), o que se pode observar no cotidiano da escola com o Novo Mais Educação? O Programa colabora com o aumento desses índices?

APÊNDICE F - Entrevista com a orientadora educacional

Cara Orientadora Educacional: Agradecemos a participação da Vossa Senhoria e sua colaboração nesta pesquisa e salientamos que todos os dados serão mantidos sem a identificação do respondente. Ressaltamos que não há resposta certa ou errada e sim a sua percepção e avaliação sobre as questões que são tema dessa pesquisa do Mestrado Profissional em Políticas Públicas pela Universidade Estadual do Ceará - UECE. Sua colaboração é muito importante para a investigação.

DADOS DA ENTREVISTADA:

Entrevistada:_____ Idade: _____
Curso de Graduação: _____
Curso de Pós-Graduação: _____

1) Há quanto tempo trabalha na escola, exercendo essa função?
2) Na sua opinião, o que mudou na escola após a implantação do Programa Novo Mais Educação?
3) Quais os impasses e desafios que a escola vem enfrentando para que o Programa funcione a contento?
4) Na sua opinião, o desempenho dos alunos melhorou após a implantação do Novo Mais Educação?
5) Qual a importância do Programa Novo Mais Educação na escola?
6) Você percebe alguma mudança na vida dos estudantes que participam do Novo Mais Educação na escola? Quais?
7) Qual a sua avaliação sobre o Novo Mais Educação?
8) Você avalia o Novo Mais Educação como uma política pública de educação de tempo integral?
9) O que precisa melhorar no programa Novo Mais Educação?
10) O que dizem os índices oficiais (IDEB) e o que se pode observar no cotidiano da escola com o Novo Mais Educação? O Programa colabora com o aumento desses índices?

APÊNDICE G - Entrevista com os professores

Caro(a) Professor(a):

Solicitamos de Vossa Senhoria a colaboração na pesquisa sobre o Programa Novo Mais Educação do Mestrado em Politicas Públicas da Universidade Estadual do Ceará -UECE. A finalidade desste trabalho é investigar as ações desenvolvidas e o envolvimento dos estudantes com a articuladora, mediador e facilitadores de aprendizagem, professores, coordenação e gestão da escola com o Programa. Suas respostas terão sigilo absoluto sobre as questões respondidas, e você não será identificado.A sua colaboração é muito importante para a pesquisa.

DADOS DOS ENTREVISTADOS:

Entrevistado (a):_____ Idade: _____

Curso de Graduação; _____

Curso de Pós-Graduação: _____

1) Há quanto tempo trabalha na escola?

2) Qual a sua percepção sobre o Programa Novo Mais Educação?

3) Qual a importância do Programa Novo Mais Educação para a escola?

4) Você percebe alguma mudança de aprendizagem dos alunos que participam do Novo Mais Educação? Quais?

5) Como é elaborado o planejamento das atividades da sala de aula regular e como fazem a interface com as atividades do Novo Mais Educação?

6) Você percebe algumas mudanças na escola após a implementação do Novo Mais Educação?

7) Qual a relação com as atividades desenvolvidas pelo Novo Mais Educação no contraturno escolar; e as atividades da sala de aula regular?

8) O Programa Novo Mais Educação por meio de suas atividades colabora com o aumento dos índices (IDEB) da escola?

APÊNDICE H - Entrevista com o mediador de aprendizagem

Caro(a) professor(a):

Venho solicitar de Vossa Senhoria sua colaboração na pesquisa sobre o programa Novo Mais Educação do Mestrado em Politicas Públicas da Universidade Estadual do Ceará-UECE. A finalidade deste trabalho é investigar as ações desenvolvidas e o envolvimento dos estudantes,professores, coordenação e gestão da escola com o Programa. Suas respostas terão sigilo absoluto sobre as questões respondidas, e você não será identificado. Sua colaboração é muito importante para esta pesquisa.

DADOS DO ENTREVISTADO:

Entrevistado:_____ Idade: _____

Curso de Graduação; _____

Curso de Pós-Graduação: _____

1) Há quanto tempo trabalha na escola?

2) Qual a sua percepção sobre o Programa Novo Mais Educação?

3) Qual a importância do Programa Novo Mais Educação para a escola?

4) Você percebe alguma mudança de aprendizagem dos alunos que participam do Novo Mais Educação? Quais?

5) Como é elaborado o planejamento das atividades da sala de aula regular e como fazem a interface com as atividades do Novo Mais Educação?

6) Você percebe algumas mudanças na escola, após a implementação do Novo Mais Educação?

7) Qual a relação com as atividades desenvolvidas pelo Novo Mais Educação no contraturno escolar; e as atividades da sala de aula regular?

8) O Programa Novo Mais Educação através de suas atividades colabora com o aumento dos índices (IDEB) da escola?

APÊNDICE I - Entrevista com o facilitador de aprendizagem

Caro(a) Professor(a):

Solicitamos de Vossa Senhoria sua colaboração na pesquisa sobre o Programa Novo Mais Educação do Mestrado em Políticas Públicas da Universidade Estadual do Ceará -UECE. A finalidade deste trabalho é investigar as ações desenvolvidas e o envolvimento dos estudantes, professores, coordenação e gestão da escola com o Programa. Suas respostas terão sigilo absoluto sobre as questões respondidas, e você não será identificado. Sua colaboração é muito importante para esta pesquisa.

DADOS DO ENTREVISTADO:

Entrevistado:_____ Idade: _____
Curso de Graduação; _____
Curso de Pós-Graduação: _____

1) Há quanto tempo trabalha na escola?
2) Qual a sua percepção sobre o Programa Novo Mais Educação?
3) Qual a importância do Programa Novo Mais Educação para a escola?
4) Você percebe alguma mudança de aprendizagem dos alunos que participam do Novo Mais Educação? Quais?
5) Como é elaborado o planejamento das atividades da sala de aula regular e como fazem a interface com as atividades do Novo Mais Educação?
6) Você percebe algumas mudanças na escola após a implementação do Novo Mais Educação?
7) Qual a relação com as atividades desenvolvidas pelo Novo Mais Educação no contraturno escolar; e as atividades da sala de aula regular?
8) O Programa Novo Mais Educação através de suas atividades colabora com o aumento dos índices (IDEB) da escola?

APÊNDICE J - Entrevista com a técnica da SME responsável pela execução do PNME nas escolas municipais de Fortaleza

Cara entrevistada:

Solicitamos da Vossa Senhoria a colaboração na pesquisa *O Novo Mais Educação:uma análise a partir de uma escola pública municipal de Fortaleza*, que terá como finalidade investigar as ações desenvolvidas e o envolvimento dos estudantes, professores, coordenação e gestão da escola com o Programa. A pesquisa faz parte da dissertação de mestrado em Políticas Públicas pela Universidade Estadual do Ceará-UECE. Suas respostas terão sigilo absoluto sobre as questões respondidas, e você não será identificada. Sua colaboração é muito importante para esta pesquisa.

DADOS DA ENTREVISTADA:

Entrevistada:_____ Idade: _____

Curso de Graduação: _____

Curso de Pós-Graduação: _____

1) Há quanto tempo coordena o Programa Novo Mais Educação na Secretaria Municipal de Educação de Fortaleza?
2) Qual a sua concepção do Programa Novo Mais Educação? Cite na sua opinião os pontos positivos e negativos.
3) Qual a periocidade de visitas às escolas realizadas pela SME para o acompanhamento do PNME nas escolas?
4) Como é feito o acompanhamento do planejamento, execução e avaliação das atividades do PNME?
5) O que precisa melhorar na execução do (PNME)?
6) Qual a importância do PNME nas escolas? Você percebe alguma mudança nas escolas que participam do PNME? Quais?
7) Na sua opinião você atribui a melhora dos índices (IDEB) nas escolas, às ações realizadas pelo PNME?
8) Como você avalia o (PNME)? Ele deve continuar nas escolas?

APÊNDICE L - Carta de apresentação e de compromisso da pesquisadora
(entregue na ocasião da visita)

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS
CURSO DE MESTRADO PROFISSIONAL EM POLÍTICAS PÚBLICAS

Caro(a) Entrevistado (a)

A presente pesquisa intitulada : *"O NOVO MAIS EDUCAÇÃO: UMA ANÁLISE A PARTIR DE UMA ESCOLA PÚBLICA MUNICIPAL DE FORTALEZA"*, tem finalidade acadêmica, tendo por objetivo investigar como a escola vem utilizando esse programa em seu processo da gestão para melhoria da aprendizagem dos alunos, esperando contribuir para um maior conhecimento do tema estudado. Para tanto, os dados para estudo serão coletados mediante realização de entrevistas, seguindo um roteiro semiestruturado. Será garantido sigilo absoluto sobre as questões respondidas, e resguardados os nomes dos participantes. Os dados coletados serão utilizados na dissertação de mestrado de Glaucia Maria Pinheiro da Silva, abaixo assinada, aluna do Programa de Mestrado de Políticas Públicas da Universidade Estadual do Ceará. Apresento os agradecimentos por sua valiosa contribuição.

Atenciosamente

Glaucia Maria Pinheiro da Silva
MPPP/UECE

APÊNDICE M - Termo de consentimento livre e esclarecido (guardado em arquivo)

PROGRAMA DE PÓ-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS

CURSO DE MESTRADO PROFISSIONAL EM POLÍTICAS PÚBLICAS

Caro(a) Entrevistado(a)

Pelo presente instrumento, o(a) Senhor(a) .....

Sujeito da pesquisa após leitura da Carta de Apresentação, não restando quaisquer dúvidas a respeito do que foi lido e explicado, firma seu **Consentimento Livre e Esclarecido** de concordância em participar da pesquisa cujo título é "*O Novo Mais Educação: uma análise a partir de uma escola pública municipal de Fortaleza".* Resta claro que o sujeito da pesquisa pode a qualquer momento retirar seu consentimento livre e esclarecido e deixar de participar do estudo alvo desta pesquisa; e fica ciente de que todo o trabalho realizado torna-se informação confidencial, guardada por força do sigilo profissional.

Fortaleza, _____ de _____ de 2018

Tendo sido informado(a) sobre a pesquisa:*O Novo Mais Educação: Uma análise a partir de uma escola da rede pública municipal de Fortaleza*, concordo em participar de forma **livre** e **esclarecida.**

Nome:_____

Assinatura:_____

Fortaleza, _____ de _____de 2018.

ANEXOS

ANEXO A - Pressupostos legais referente ao programa novo mais educação que fundamentam sua política educacional:

PRESSUPOSTOS LEGAIS	ANO	DETALHAMENTOS
Estatuto do Magistério do Munícipio de Fortaleza	1984	Art. 1° O Estatuto do Magistério do município de fortaleza, foi elaborado com base na Lei Federal N°5.692 de 11 de agosto de 1971, que estrutura o grupo magistério de 1° e 2° graus do sistema oficial de educação do município de Fortaleza, dispõe sobre normas para o exercício em geral e estabelece vantagens para seus integrantes.
Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)	1990	Lei N°8.069/1990 foi sancionada em 1990 durante o governo Color de Mello, é um conjunto de leis específicas que prevê proteção integral às crianças e adolescentes. Art .2° considera-se criança para os efeitos dessa lei, a pessoa de até doze anos de idade incompletos e adolescentes entre doze e dezoitos anos.
Constituição da República Federativa do Brasil	1988	Art. 205. À educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da

		sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber; III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino; IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais; V - valorização dos profissionais do ensino, garantido, na forma da lei, planos de carreira para o magistério público, com piso salarial profissional e ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, assegurado regime jurídico único para todas as instituições mantidas pela União; VI - gestão democrática

		do ensino público, na forma da lei; VII - garantia de padrão de qualidade.

Diretrizes Curriculares do Ensino Fundamental do Sistema Publico Municipal de Ensino de Fortaleza	2001	Atendendo ao disposto no Art.26 da LDB de 1996 a Secretaria Municipal de educação/SME formulou suas diretrizes curriculares, que traduzem sua proposta pedagógica para o ensino infantil e o fundamental para as escolas municipais de fortaleza.
Decreto N°1.1420 de 26 de Maio de 2003	2003	Cria a escola José Sobreira de Amorim que começa a fazer parte da rede pública municipal de ensino de Fortaleza, como escola patrimonial.
Programa Mais Educação (PME)	2007	Art.2°A contribuição para redução da evasão escolar, da reprovação e da distorção idade/ série; combate a exploração sexual e ao trabalho infantil; interação de atividades educativas, esportivas e de lazer para o desenvolvimento humano em uma visão cidadã e solidária; aproximação entre escola, família, e comunidade; e a consideração à diversidade de expressões de linguagens corporais, culturais e necessidades educativas especiais elementos também constantes no plano de metas “Compromisso todos pela Educação” (BRASIL, 2007)
Decreto N°6.094 de 24 de Abril de 2007	2007	O Decreto n° 6.094 de 24 de abril de 2007, “dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação pela União Federal em regime de colaboração

		com Munícipios e Estados, e a participação das famílias e da comunidade, mediante programas ações de assistência técnica e financeira, visando a mobilização social para a melhoria da qualidade da educação básica". (BRASIL, 2007)
Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB)	2007	O IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica), criado em 2007, pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) é formulado para medir a qualidade do aprendizado nacional e estabelecer metas para melhoria do ensino. A série histórica dos resultados do Ideb e informações sobre as políticas de monitoramento estão disponíveis no portal do Ideb (http://portal.inep.gov.br/portal-ideb).
Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB)	2007	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb é um fundo especial, de natureza contábil e de âmbito estadual (um fundo por estado e Distrito Federal, num total de vinte e sete fundos), formado, na quase totalidade, por recursos provenientes dos impostos e transferências dos estados, Distrito Federal e municípios, vinculados à educação por força do disposto no art. 212 da Constituição Federal. Além desses recursos, ainda compõe o Fundeb, a título de

		complementação, uma parcela de recursos federais, sempre que, no âmbito de cada Estado, seu valor por aluno não alcançar o mínimo definido nacionalmente. Independentemente da origem, todo o recurso gerado é redistribuído para aplicação exclusiva na educação básica.
Lei complementar N°0039 de 13/07/2007	2007	A Lei Complementar N°0039 de 13 de julho de 2007 desmembrou duas pastas com a destituição da Secretaria de Educação e Desenvolvimento e Assistência Social (SEDAS), com a criação da Secretaria Municipal de Educação (SME) e da Secretaria Municipal de Assistência Social.
Portaria N°174 de 11 de Julho de 2008	2008	Fica instituída por meio dessa portaria a função de coordenador pedagógico nas escolas públicas da rede municipal de ensino, na pespectiva de elevar os indicadores de rendimento escolar. A função de coordenador pedagógico não caracterizava-se cargo em comissão, e só passou a ter essas atribuições em 2013, quando através do que dispõe a lei complementar n°0150 de 28 de junho de 2013, integrando-o à estrutura administrativa da SME.

Decreto N°7.083/2010 da Presidência da República	2010	Dispõe sobre os principíos da educação integral que são traduzidos pela compreensão do direito de aprender como inerente ao direitoà vida, saúde, liberdade, respeito,à dignidade e à convivência comunitária como condição para o próprio desenvolvimento de uma sociedade republicana e democrática.
Lei Complementar N°0150 de 28 de junho de 2013	2013	Cria como cargo para provimento em comissão de coordenador pedagógico, integrando-o a estrutura administrativa da SME
Decreto N°13.165 de 27 de maio de 2013	2013	Fala do reordenamento do parque escolar da rede municipal de ensino de Fortaleza entre os seis Distritos de Educação, em consequência do crescimento demográfico do município.
Plano Nacional de Educação (PNE)	2014-2024	Projeto de Lei N°8.035/2010 prevê em sua sexta meta a oferta da educação em tempo integral em 50% por cento das escolas públicas de educação básica até 2020.
Medida Provisória N°726 de 12 de maio de 2016	2016	*A medida provisória N°726 de 12 de maio de 2016, extinguiu todas as Secretarias e Ministérios ligados à ampliação dos direitos ou as políticas distributivas, tais como o Ministério dos Direitos Humanos, a Secretaria de

		Assuntos da mulher, a Secretaria para a Igualdade Racial, a Secretaria de Cultura e o Ministério da Reforma Agrária.
Emenda Constitucional (PEC N°241/2016)	2016	*A Emenda Constitucional (PEC N°241/2016), prevê o novo regime fiscal, como foco no equilíbrio das contas públicas, na retomada do crescimento, e na geração de empregos, subordinando todos os programas e projetos nas áreas de educação, saúde ao regime econômico financeiro do país. (BRASIL, 2016)
Programa Novo Mais Educação	2016	Criado pela Portaria MEC N°1.144/2016 e regido pela resolução FNDE N°17/2017 tem como objetivo melhorar a aprendizagem em língua portuguesa e matemática no ensino fundamental, por meio da ampliação da jornada escolar de crianças e adolescentes.
Resolução N°05 de 25/10/ 2016	2016	Destina recursos financeiros via PDDE- interativo para as escolas públicas do país de acordo com o programa Novo Mais Educação
Resolução N°09 de 19/07/2017	2017	Altera as disposições da resolução N°05 de 25/10/2016 que regulamenta a política educacional do PNME, que destina os recursos financeiros via PDDE- INTERATIVO.

Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação(FNDE) n°11 de 18 de maio de 2018	2017	Destina recursos do fundo de participação dos municipios (FPM) para despesas de custeio consideradas como manutenção e desenvolvimento do ensino, preferencialmente no programa Novo Mais Educação.
Diretrizes para Desenvolvimento do Programa Novo Mais Educação nas escolas municipais de Fortaleza	2018	Estas diretrizes apresentam orientações voltadas para facilitar a execução, o desenvolvimento e a avaliação do programa no âmbito de cada escola, no sentido de aproveitar todo seu potencial pedagógico no contexto da educação integral.
Programa Novo Mais Educação Caderno de Orientações Pedagógicas-Versão I	2018	Caderno pedagógico que apresenta orientações que podem facilitar a execução, o desenvolvimento e a avaliação do Programa no âmbito de cada escola, sem ferir o pacto interfederativo e a autonomia das escolas.
Decreto N°14.230 de 06 de Junho de 2018	2018	Redefine para fins pedagógicos o parque escolar da rede municipal de ensino de Fortaleza entre as seis coordenadorias dos Distritos de Educação para o ano de 2018.
Lei complementar N°0247 de junho de 2018	2018	Através dessa lei complementar foram recriados os cargos de supervisor escolar e orientador de aprendizagem,

		atividades especifícas do magistério municipal de Fortaleza que haviam sido extintos.
Edital N°35/2018 Seleção simplificada de Mediadores de Aprendizagem e Facilitadores para atuarem no Programa Novo Mais Educação.	2018	Estabelece as normas e divulga a abertura de inscrições para a selção simplificada de Mediadores de aprendizagem e Facilaitadores de aprendizagem para o desenvolvimento de atividades complementares nas áreas de Artes, Esporte e Lazer, Cultura e Educação Patrimonial, sob o regime de voluntáriado conforme a Lei Federal N°9.608/1998 e Lei Municipal N°10.194/2014.
Edital N°41/2018 seleção simplificada de Mediadores e Facilitadores de Aprendizagem para atuarem no programa Novo Mais Educação	2018	Estabelece as normas e divulga a abertura de inscrições para a seleção simplificada de mediadores e facilitadores de aprendizagem para o desenvolvimento de atividades complementares nas áresa de artes, esporte e lazer, cultura e educação patrimonial, sob o regime de voluntáriado, conforme a Lei Federal N°9.608/1998 e Lei municipal N°10.194/2014

ANEXO B – Fachada de frente da Escola José Sobreira de Amorim

ANEXO C – Foto da parte interna da Escola José Sobreira de Amorim